

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ADLER SALOMON

**“RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO
SANTA RITA DE CÁSSIA II FRENTE À EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO DE
NOVA SANTA RITA/RS/BRASIL (2006 a 2020)”**

**PORTO ALEGRE
2022**

ADLER SALOMON

**“RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO
SANTA RITA DE CÁSSIA II FRENTE À EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO DE
NOVA SANTA RITA/RS/BRASIL (2006 a 2020)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros

PORTO ALEGRE

2022

ADLER SALOMON

**“RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO
SANTA RITA DE CÁSSIA II FRENTE À EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO DE
NOVA SANTA RITA/RS/BRASIL (2006 a 2020)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, como quesito para obtenção do título de mestre em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa (POSGEA/UFRGS)

Prof. Dr. Everton de Moraes Kozenieski (UFFS)

Prof. Dr. Glaucio José Marafon (UERJ)

Profa. Dra. Michele Lindner (POSGEA/UFRGS)

Profa. Dra. Carmen Rejane Flores (UFSM)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitor: Patrícia Helena Lucas Pranke

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Vice-Diretor: Tatiana Silva da Silva

Salomon, Adler

Resistência dos agricultores familiares do Assentamento Santa Rita de Cássia II frente à expansão da urbanização de Nova Santa Rita/RS/Brasil (2006 A 2020). / Adler Salomon. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2022.
[121 f.] il.

Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2022.

Orientador: Rosa Maria Vieira Medeiros

1. Geografia Urbana. 2. Expansão Urbana. 3. PA SRC II. 4. Produção Agroecologia. Título.

CDU 911.375

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Renata Cristina Grun

CRB 10/1113

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP: 91501-970 / Caixa Postal: 15001.

Fone: +55 51 3308-6569 Fax: +55 51 3308-6337

E-mail: bibgeo@ufrgs.br

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus familiares e amigos, mas especialmente a minha esposa Comilène François Salomon, meu filho Arthur Russell Akio Salomon, a minha mãe Lila Durosier Salomon e meu pai Amondieu Salomon por todo o amor e carinho, bem como por todo o apoio dedicado durante estes anos longe de casa.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da minha dissertação, há dois anos atrás, sempre pensei que ao escrever esta página, momento muito esperado, talvez fosse a última página a ser escrita pois anuncia o que fim da aventura em que embarquei está próximo, mas também porque é a página em que agradeço às pessoas que de uma forma ou de outra, de perto ou à distância contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Agradeço especialmente a professora Rosa Maria Vieira Medeiros, que me aceitou como orientadora em sua imensa generosidade e acolhimento, assim como a sua contribuição para a dissertação ao longo da pesquisa, a quem estou extremamente grato. Obrigado pela vossa simpatia e pelo vosso humor! Obrigado por aturar as minhas mudanças de humor.

Se um dia me lerem, devem saber que tive a oportunidade de trabalhar com uma conselheira maravilhosa; ela era mais do que uma simples orientadora de dissertação para mim, ela deixou uma marca indelével na minha vida, tanto profissional como pessoal, graças à sua disponibilidade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS pelas diversas disciplinas e ensinamentos repassados durante os dois anos acadêmicos nesta Universidade.

A minha esposa Comilène François Salomon e o meu adorado filho Arthur Russell Akio Salomon, que segurou forte na minha mão, tiveram paciência e com amor me deram muita confiança quando estava ansioso, pois era muito difícil devido à distância a que estávamos separados durante esses dois anos.

Aos agricultores familiares do Assentamento "Santa Rita de Cássia II" por sua disposição para colaborar com a realização deste trabalho. Gostaria também de agradecer aos meus amigos especialmente Frantzcia Toussaint, meus colegas e meus professores pelo seu apoio moral durante estes tempos difíceis.

Expressamos também nossa gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Conhecimento e Liberdade (FOKAL), que nos prestou apoio financeiro em momentos muito importantes da nossa educação universitária, durante os dois anos que passou no programa de Mestrado em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bem como ao Programa Bolsas Brasil PAEC OEA-GCUB 2020 pela oportunidade que nos ofereceu. Muito obrigado a todos!

RESUMO

Este trabalho aborda a resistência dos agricultores familiares frente à expansão urbana. O lugar da pesquisa é o Assentamento Santa Rita de Cássia II, localizado em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. Os agricultores familiares neste assentamento adotam estratégias de resistência para manter os seus campos ocupados com as suas atividades agrícolas. Como está organizado o espaço do assentamento de Santa Rita de Cássia II, com destaque para as atividades agrícolas desenvolvidas? Quais são as estratégias de resistência que permitem às famílias de agricultores permanecerem vivas face à expansão urbana em Nova Santa Rita? É a todas estas questões que este trabalho de pesquisa pretende responder. A pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas nas suas formas semiestruturadas através da aplicação de questionários, que combinam perguntas fechadas e abertas e observações feitas em saídas de campo. De acordo com os resultados da pesquisa, as formas de estratégias de resistência que os agricultores familiares utilizam no assentamento são os canais de produção agroecológica, especialmente a produção de arroz ecológico e hortaliças, sem esquecer a contribuição do PAA e do Grupo Gestor Arroz Ecológico, hortaliças, COCEARGS e COOTAP. A partir da importância da produção agroecológica, foi possível identificar que seria interessante para todos os agricultores familiares adotarem a produção orgânica como estratégia de resistência à expansão urbana, construída nos assentamentos os quais são frutos da Reforma Agrária; são produtos que carregam o simbolismo do MST, dos agricultores familiares que fazem esta luta, mas são também produtos ligados à discussão da economia sustentável e solidária. Motriz por detrás da resistência dos agricultores familiares, 80 famílias assentadas produziram na Safra 2021-2022. Num contexto de desenvolvimento da agricultura familiar, uma expressão de resistência contínua, a produção agroecológica desenvolvida no PA SRC II não pode ser absorvida pela expansão urbana. Aqui é expresso o conteúdo das estratégias de resistência dos agricultores familiares, gerando territórios de produção agroecológica de resistência e emancipação.

Palavras chave: Expansão urbana; PA SRC II; Produção agroecologia; Resistência dos Agricultores familiares.

ABSTRACT

This paper addresses the resistance of family farmers to urban expansion. The research site is the Santa Rita de Cassia II Settlement, located in Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. The family farmers in this settlement adopt resistance strategies to keep their fields occupied with their agricultural activities. How is the space of the Santa Rita de Cassia II settlement organized, with emphasis on the agricultural activities developed? What are the resistance strategies that allow farming families to stay alive in the face of urban expansion in Nova Santa Rita? It is to all these questions that this research work intends to answer. The research was carried out with the use of semi-structured interviews through the application of questionnaires, which combine open and closed questions, and observations made during field trips. According to the results of the research, the forms of resistance strategies that family farmers use in the settlement are the channels of agro-ecological production, especially the production of ecological rice and vegetables, not forgetting the contribution of PAA and the *Grupo Gestor Arroz Ecológico*, vegetables, COCEARGS and COOTAP. From the importance of agro-ecological production, it was possible to identify that it would be interesting for all family farmers to adopt, being mainly linked to organic production as strategies of resistance to urban expansion, built in the settlements that are fruits of Agrarian Reform; they are products that carry the symbolism of the MST, for the family farmers that make this struggle, but they are also products linked to the discussion of sustainable and solidarity economy. The driving force behind the resistance of family farmers, 80 settled families produced in the 2021-2022 harvests. In a context of family farming development, an expression of ongoing resistance, the agroecological production developed in PA SRC II cannot be absorbed by urban expansion. Here is expressed the content of resistance strategies of family farmers, generating territories of agro-ecological production of resistance and emancipation.

Key words: Urban expansion; Settlements Santa Rita de Cassia II; Agroecological production; Resistance of family farmers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Mapa de localização do município de Nova Santa Rita/RS	36
Figura 2:– Mapa de Localização do assentamento Santa Rita de Cássia II no município de Nova Santa/RS.....	42
Figura 3:Área de produção de arroz orgânico do assentamento Santa Rita de Cássia II	47
Figura 4: a) produção de couve e, b) produção de morango, no Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita/RS.....	47
Figura 5: a) Produção diversificada de propriedades, a imagem acima mostra algumas das culturas e b) criações das unidades familiares mais procuradas (galinhas, cabras)	49
Figura 6:Imagem da piscicultura no assentamento Santa Rita de Cássia II	50
Figura 7: a) Os novos elementos presentes na organização do espaço; b) a organização do espaço sem a presença de novos elementos	51
Figura 8:Estratégia Saúde da Família Rural Marisa Lourenco da Silva, academia ao ar livre e aspecto da estrada -Assentamento Santa Rita de Cássia II/Nova Santa Rita-RS	53
Figura 9:Escola Primária Municipal Álvaro Almeida-Assentamento Santa Rita de Cássia II	55
Figura 10:Assembleia de Deus, no assentamento de Santa Rita de Cássia II/Nova Santa Rita /RS.....	56
Figura 11:Barragem de cima: Visão de montante para jusante, com vegetação arbórea no maciço sobre o qual há uma estrada municipal	59
Figura 12:Área de preservação ambiental permanente dentro do recinto da barragem	59
Figura 13:Aspecto das casas construídas pelo governo Lula do assentamento Santa Rita de Cássia II.....	62
Figura 14:Assentamento Santa Rita de Cássia II está localizado a 500 metros de distância da sede do município de Nova Santa Rita e a 21 km da Capital gaúcha (Porto Alegre). Casas no fundo das parcelas /PA SRC II	63
Figura 15: Biofertilizantes, adubação orgânica (biomassa, bokashi, esterco) produzidos pelos agricultores.....	68

Figura 16:Imagem da vegetação ao longo dos diques durante o preparo do solo do arroz orgânico	69
Figura 17:Esquema representativo da inserção da produção de arroz orgânico no mercado, produzido no assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita, RS	77
Figura 18: a) um avião pulverizando a produção orgânica dos agricultores e, b) a produção orgânica das famílias Sem Terra é prejudicada pela pulverização de agrotóxicos.....	80

LISTA DOS GRAFICOS

Gráfico 1: Evolução populacional de Nova Santa Rita/RS	35
Gráfico 2: Área estimada em hectares utilizada para cada atividade agrícola em Nova Santa Rita-RS/2020	38

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1:Estabelecimentos agropecuários que receberam assistência técnica especializada em Nova Santa Rita-RS / 2017	39
Tabela 2:Estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos em Nova Santa Rita-RS / 2017	39
Tabela 3:Área cultivada e renda dos principais produtos mais representado no assentamento Santa Rita de Cássia II/2021	45
Tabela 4:Assentamento Santa Rita de Cássia II – Produção de arroz orgânico e convencional	73
Tabela 5:Produção de hortaliças no PA SRC II na safra 2010-2011	100
Tabela 6:Produção de arroz no PA SRC II na safra 2010-2011	100

QUADRO

Quadro 1: Compreensão conceitual de alguns autores acerca da agroecologia	31
Quadro 2: Diferença da produção de arroz orgânico e convencional.....	74
Quadro 3: Objetivos Estratégicos, os Eixos Estratégicos, os meios e as metas do Grupo gestor do Arroz Ecológico.	93

LISTA DE SIGLAS

ATER	: Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	: serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
ASSESOAR	: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CMNSR	: Câmara Municipal de Nova Santa Rita
CNPQ	: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEARGS	: Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul LTDA
CONEXSUS	: Instituto Conexões Sustentáveis
CONSINOS	: Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio do Sinos
COOPAN	: Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA
COOPAT	: Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentados de Tapes LTD
COOTAP	: Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre LTDA
COPTec	: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda
COREDE	: Conselho Regional de Desenvolvimento
EMATER/RS	: Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE	: Fundação Estadual de Economia e Estatística
FAO	: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GGAE	: Grupo Gestor do Arroz Ecológico
GCUB	: Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
IBGE	: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSAN	: Insegurança alimentar e nutricional
IRGA	: Instituto Riograndense do Arroz
MAPA	: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	: Ministério do Desenvolvimento Social
MST	: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA	: Organização dos Estados Americanos
ONU	: Organização das Nações Unidas
PAA	: Programa de Aquisição de Alimentos
PAEC	: Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação

PA SRC II : Assentamento Santa Rita de Cássia II
PDT : Partido Democrático Trabalhista
PNAE : Programa Nacional de Alimentação Escolar
RMPA : Região Metropolitana de Porto Alegre
SEAD : Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SNA : Sociedade Nacional de Agricultura
SRC : Santa Rita de Cássia II
UFRGS : Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNFPA : Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	20
2.1 A pesquisa qualitativa e a escolha das famílias.....	21
3 ALGUNS CONCEITOS RELACIONADOS A ESTA PESQUISA	23
3.1 Assentamento	23
3.2 Agricultura familiar e suas características.....	26
3.3 Agroecologia e desenvolvimento local.....	29
4 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA / RS- REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	35
4.1 Organização do espaço cultivado do Município de Nova Santa Rita/ RMPA/RS/2020.....	37
4.2 Censo Agropecuário do Município de Nova Santa Rita (2017).....	38
4.3 LOCALIZANDO E CONHECENDO O ASSENTAMENTO SANTA RITA CÁSSIA II	40
5 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II.....	43
5.1 Produção de arroz, hortaliças e milho.....	44
5.2 Estratégia de Saúde da Família (ESF), a escola e a academia ao ar livre	51
5.3 Escola	53
5.4 Igreja.....	56
5.5 Área de Preservação Ambiental com barragens.....	57
5.5.1 Percepção em relação à Área de Preservação Ambiental (APA)	60
6 VANTAGENS, DIFICULDADES E LIMITAÇÕES OBSERVADAS NO ASSENTAMENTO	61
7 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II, NOVA SANTA RITA/RS	67
7.1 Custo da água para irrigação e renda da terra no PA SRC II	70

7.2 Comercialização da produção orgânica do PA SRC II.....	75
7.3 Conflitos gerados pela expansão da cadeia produção ecológica	78
8 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DESENVOLVIDAS POR AGRICULTORES FAMILIARES	81
8.1 A Produção de arroz ecológico como ação de resistência desenvolvida pelos agricultores em relação à pressão da expansão urbana	81
8.2 Produção de hortaliças como ação de resistência à expansão urbana em Nova Santa Rita/RS	84
8.3 Contribuição do PAA nas estratégias de resistência dos agricultores familiares .	86
8.4 A Consolidação da Transição como ação de resistência em relação à pressão da expansão urbana do município Nova Santa Rita/RS	89
9. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
APÊNDICE.....	118

I INTRODUÇÃO

A questão do crescimento demográfico é muitas vezes acompanhada por uma expansão dos espaços urbanos em detrimento de outros espaços, como os espaços rurais, envolvendo atividades e usos concorrentes. Assim como na transição demográfica, duas etapas intermediárias podem ser identificadas: (1) a primeira corresponde a um declínio desse predomínio do saldo migratório em favor de um aumento significativo do equilíbrio natural intraurbano e (2) enquanto a segunda corresponde ao forte crescimento da cidade, aumentando a migração líquida em detrimento do campo (LUCCHI, E. A., et al., 2005; STECK,2006).

Em relação ao segundo aspecto, o crescimento populacional nas áreas urbanas, vemos que as áreas rurais contemporâneas estão cada vez mais próximas das aglomerações urbanas. Portanto, segundo o STEFFENS; PREISS et SCHNEIDER, essas áreas são importantes para a produção agrícola, bem como uma solução alternativa de abastecimento de alimentos. Esses espaços desafiam as relações do país no mundo contemporâneo, abordando as relações econômicas e sociais, sem especificar as fronteiras entre o urbano e o rural (STEFFENS,2018; PREISS et SCHNEIDER, 2020).

Enquanto no Brasil, a pressão da expansão urbana em detrimento do rural tem seu principal foco de origem na década de 1950 com os processos de modernização da economia agrícola, a agricultura familiar foi excluída do processo de modernização e encontrou muitas dificuldades. Com o crescimento da população e a expansão das áreas urbanas, há um aumento da demanda por espaço para a população resultando na perda de terras cultiváveis devido aos processos de urbanização. Segundo Santos, no Brasil, o processo de urbanização viu sua importância crescer acompanhado pelo desenvolvimento do setor industrial. A modernização chegou ao campo moldada pelo padrão urbano-industrial, exigindo máquinas, instrumentos, componentes, insumos materiais e mão de obra essencialmente qualificada para a produção (SANTOS, 2006; SANTOS, 2020).

De acordo com o relatório do UNFPA de 2007 apud SAINTE e MATHEUS (2019), a escala do movimento de urbanização tem se manifestado em todos os centros urbanos, em suas periferias e em direção às áreas cultivadas, se espalhando a um ritmo vertiginoso. A PLANT lembra que esse processo de urbanização se traduz em forte tensão sobre os agricultores familiares além do surgimento da demanda por

agricultura de “serviços” (PLANT e al., 2018). DA CUNHA e FELIPE argumenta que o desenvolvimento e expansão das cidades só poderia ocorrer a partir do momento em que a agricultura fosse produtiva o suficiente para alimentar mais pessoas do que aquelas que vivem no campo (DA CUNHA, 2012; FELIPE,2021).

Segundo o Censo Agropecuário realizado em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem a pequenos produtores familiares. Apesar de tudo isso, a agricultura familiar é responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo ou (SCHROETTER,2010), das ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade, ocupando lugar tão importante no espaço rural na geração de renda local, fixando o homem no campo. Tanto que para o MDA e SCHNEIDER, a agricultura familiar tem sido reputada não só a capacidade de adaptação a diferentes contextos, mas também a significativa contribuição à produção de alimentos, o que impacta positivamente a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas (MDA, 2009; SCHNEIDER, 2003). A agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade na organização de sua estrutura interna, no que diz respeito à disponibilidade de uso e distribuição de recursos como terra, mão de obra e capital (GERARDI; SALAMONI, 1994).

Na história do Brasil, segundo FERNANDES, o nascimento dos assentamentos sempre foi negociado com conflitos sociais no campo e, grande parte dos movimentos liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST são em sua maioria ações de resistência contra a intensificação da terra e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua pela conquista da terra e do trabalho, sem falar na atual expansão urbana que os camponeses têm que enfrentar (FERNANDES,1999).

Assim, a realidade do campo no país permanece bastante desequilibrada. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II são muitas, incluindo a redução de suas atividades, que têm suas causas em vários fatores, como a modernização da agricultura, que devido ao alto custo não está acessível para a maioria dos agricultores familiares, ou seja, quem está descapitalizados e não tem condições de arcar com o pacote tecnológico (desde máquinas e equipamentos até recursos financeiros), pode ser excluído da cadeia produtiva. Outras dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares são impostas pelo modelo agroexportador, que produz em larga escala, em grandes extensões de

terra e a pulverização da produção agroecológica com substâncias tóxicas, que são responsáveis pela redução de grande parte dos agricultores familiares no campo. Todas essas realidades e dificuldades encontradas estão recuando e continuando a retirar a força de trabalho do campo, tendo como consequência a expansão urbana. E, além disso, mesmo a construção de uma estrada, por exemplo, segundo HOUIMLI pode muitas vezes levar à divisão e conflitos de terras, à fragmentação das propriedades rurais, à ruptura das condições de trabalho dos agricultores familiares e às vezes à desvalorização das paisagens existentes (HOUIMLI, 2000).

Ainda que submetida em menor grau às relações sociais capitalistas, os movimentos dos agricultores em sua luta para resistir à expansão urbana e à exploração praticada pelo capital, desenvolvem lutas anticapitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam certos pilares de uma nova forma de sociedade organização, que do ponto de vista da organização da produção agrícola, a agroecologia é um dos exemplos reais em que se baseia esta dissertação.

Os assentamentos rurais representam espaços repletos de histórias por meio dos quais muitos agricultores familiares vêm de um histórico de luta e adaptação para se manter na terra. No assentamento Santa Rita de Cássia II do município de Nova Santa Rita, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)¹, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), o lócus dessa pesquisa, produção agroecológica por meio de arroz e hortas, é uma forma de estratégia dos agricultores familiares para se manterem em seus lotes.

O grupo gestor de agroecologia representa um passo forte para os agricultores familiares representados na época pelo MST, pois foram pioneiros no uso de técnicas agroecológicas, respondendo às discussões propostas pelo MST, de que os assentamentos da reforma agrária aderissem a essa nova forma de produzir. Entretanto, a realidade do trabalho prático / teórico se dá por meio de um planejamento e de uma determinada metodologia, o que mostra sua compreensão do desenvolvimento que os agricultores familiares vêm construindo ao longo dos anos e que muito contribui para a estratégia de resistência feita à expansão urbana. Pois segundo FABRINI, o desenvolvimento das forças produtivas com a criação e

¹A região metropolitana de Porto Alegre foi criada por lei em 1973, sendo inicialmente composta por 14 municípios. O município de Nova Santa Rita do Sul está incluído na RMPA. Atualmente, são 33 municípios ao todo no entorno da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. ATLAS SOCIOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO SUL (2020).

fortalecimento das atividades desenvolvidas possibilitará territorializar a luta pela terra (FABRINI,2002).

Este grupo nasceu com o objetivo de mudar o modelo de produção capitalista, historicamente muitas vezes alimentado pelo capital financeiro internacional, assim como o seu desenvolvimento na agricultura, em benefício de uma minoria, parece muito necessário e urgente. Como sinal de resistência e afronta a esse modelo de produção, muitos agricultores e grupos iniciaram um processo de transição para a produção agroecológica. Ao se estabelecerem neste município lançaram mão de diversas estratégias produtivas, ganhando relevância à produção agroecológica, desenvolvida, sobretudo na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Um modelo de produção que respeita essencialmente o meio ambiente e a biodiversidade, produz alimentos limpos e saudáveis e constrói novas relações sociais, culturais e económicas nas comunidades.

No entanto, a relação com os processos de organização espacial e as estratégias de resistência dos agricultores familiares, a construção de conhecimentos agroecológicos através das suas atividades agrícolas desenvolvidas são essenciais como instrumento de apoio aos agricultores do assentamento Santa Rita de Cássia II como forma de oposição ao avanço da urbanização no município de Nova Santa Rita/RS. Dentre essas atividades agrícolas, as que mais se destacam são a produção de arroz e hortas. Segundo LINDNER, há pouco mais de uma década suas atividades estão organizadas em Grupos Gestor e cooperativas de integração, os agricultores familiares começaram a produzir arroz ecológico (LINDNER e al.,2021). Além disso, as hortas orgânicas se diferenciam pela oferta de uma grande variedade de produtos frescos, livres de agrotóxicos e que atualmente desempenham um papel muito importante na resistência dos agricultores familiares assentados na terra.

Essa questão torna-se foco de estudos, notavelmente no que diz respeito às estratégias de resistência adotadas pelos agricultores familiares com atividades no modo de organização e reorganização do espaço, participação no crescimento econômico e demais instalações diante às especificidades do modo de expansão urbana de Nova Santa Rita/RS e também do mundo da produção capitalista.

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo de resistência dos agricultores familiares do Assentamento Santa Rita de Cássia II, expresso em suas atividades desenvolvidas, como forma de oposição ao avanço da urbanização, do Município de Nova Santa Rita/RS.

Para tanto, os objetivos específicos desta pesquisa foram os seguintes:

- ❖ Localizar o assentamento Santa Rita de Cássia II no Município de Nova Santa Rita/RS;
- ❖ Identificar a organização do espaço do assentamento Santa Rita de Cássia II no Município de Nova Santa Rita/RS destacando as atividades agrícolas desenvolvidas;
- ❖ Perceber no desenvolvimento das diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas no assentamento Santa Rita de Cássia II, as ações de resistência dos agricultores em relação à pressão da expansão urbana do município Nova Santa Rita/RS;
- ❖ Relacionar as estratégias de resistência dos agricultores familiares assentados, então identificadas, ao crescimento econômico do assentamento Santa Rita de Cássia II.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, com a coleta de dados (número de famílias, área do assentamento, área dos lotes, escolas, histórico da criação do assentamento, principais atividades agrícolas, com destaque à produção agroecológica de arroz, quantidade produzida e destino da produção, participação nas feiras locais, diferentes formas de venda da produção do assentamento), revisão bibliográfica, observação participante e realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas junto às lideranças do assentamento e à cerca de 10 famílias do assentamento Santa Rita de Cássia II.

A coleta de dados secundários sobre a área de estudo foi realizada através de pesquisas bibliográficas em documentos da assistência técnica local e em dados oficiais colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); FEE-Fundação de Economia e Estatística; INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; COOPAN-Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA; COOTAP-Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre; COOPAT-Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes LTD; COCEARGS-Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul LTDA.

2.1 A pesquisa qualitativa e a escolha das famílias

Este estudo foi qualitativo e baseado em observação científica e técnicas de entrevista, pois de acordo com Gil (2008) a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa. Voltando a Almeida, a abordagem qualitativa é utilizada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não necessita necessariamente de quantificação (ALMEIDA, 1989). É neste caso que se optou por este tipo de abordagem de investigação científica para a realização desta investigação com agricultores estabelecidos em Santa Rita de Cássia II.

A observação científica direta deve ser sistematizada a partir da ideia de que se “utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 107).

Os seguintes detalhes foram observados com a diferença entre observações simples e técnicas científicas no caso de observações RUDIO (1986, p. 33) explica:

A observação científica surge, não para destruir e negar o valor da observação vulgar, mas para valer-se das possibilidades que ela oferece, completando-a, enriquecendo-a e aperfeiçoando-a, a fim de lhe dar maior validade, fidedignidade e eficácia [...].

Durante este campo, fizemos observações que, segundo Gil, nos permitiram observar algo que está a acontecer ou que já aconteceu (GIL, 2008). Para além de entrevistas com agricultores familiares, por vezes o ambiente natural foi a fonte direta de alguma recolha de dados e eu fui o instrumento chave.

Para a obtenção dos dados durante o trabalho de campo, utilizamos o método das entrevistas, nas suas formas semiestruturadas através da aplicação de questionários, que combinam perguntas fechadas e abertas, a fim de priorizar o alcance dos objetivos propostos e para isso, permitindo uma certa liberdade e flexibilidade na resposta ao entrevistado, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo

pesquisador (MINAYO, 2000a, p.108). O fato de deixar certa liberdade para entrevistar nos permitiu encontrar as respostas aos objetivos. Como disse BONI e QUARESMA (2005, p. 74):

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

Para alcançar tais objetivos, a amostragem se tornou necessária.

Segundo TOREZANI (2004, p. 7):

Os pesquisadores trabalham com amostras. Primeiro, porque as populações infinitas só podem ser estudadas através de amostras. As populações finitas muito grandes também só podem ser estudadas através de amostras. Finalmente, o estudo cuidadoso de uma amostra tem mais valor científico do que o estudo rápido de toda a população.

Empiricamente, entende-se que mesmo que houvesse a opção de entrevistar todos os assentados, muitos não se sentiriam à vontade para dar entrevistas. O assentamento Santa Rita de Cássia II localizado em Nova Santa Rita/RS é composto de 102 famílias e entrevistamos 10% das famílias por amostragem aleatória (ou por indicação das lideranças). Considerando a amostra, o número de 10 entrevistas realizadas foi levado em consideração a partir da abordagem qualitativa da pesquisa, conforme explicitado nos parágrafos anteriores. Os questionários que aplicamos às famílias, e as ações participativas, forneceram elementos importantes para um melhor entendimento da realidade do assentamento.

Durante as entrevistas, quando entrevistamos um agricultor, demos aos outros agricultores familiares presentes a oportunidade de darem a sua opinião, complementando as respostas do agricultor familiar em questão, para que pudessemos ter a certeza de que a entrevista tinha sido bem conduzida. Após a realização das entrevistas, foi a vez de tratar os dados coletados organizando tabelas, gráficos, nuvens de palavras, para assim a fim de analisar, compreender, as atividades

agrícolas, as implicações de suas atividades no desenvolvimento local, as ações de resistência dos agricultores familiares expressas em suas atividades desenvolvidas desde a criação do assentamento Santa Rita Cássia II em relação à pressão da expansão urbana.

3 ALGUNS CONCEITOS RELACIONADOS A ESTA PESQUISA

Os elementos conceituais referenciados ao trabalho de pesquisa científica requerem bases teóricas e metodológicas, já consolidadas, como ferramentas para organizar as orientações e as ideias a serem explicitadas, bem como para sustentar os diversos argumentos e resultados obtidos. É essa combinação de dados e reflexão, somada à revisão bibliográfica, que permite avanços teóricos, integrando um processo de investigação global.

Ao instituir regras de distribuição territorial do espaço do assentamento, desde a divisão do lote ao estabelecimento de uma proximidade das relações entre produção e convivência, os homens procuram fazer desse lugar o resgate de um novo político, econômico e cultural.

3.1 Assentamento

Basicamente, podemos entender um assentamento rural como um aglomerado de propriedades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde antigamente existia um imóvel rural (latifúndios) que pertencia a um único proprietário (Latifundiários). “Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias” (SOUZA et MOREIRA, 2017.p.7). Segundo Almeida, o conceito de assentamento sempre defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST perpassa a noção de unidade de produção, orientando-se outras relações fundamentais na constituição do território do assentamento e na territorialidade das famílias assentadas. Esta ideia está presente na definição do conceito de assentamento do movimento (ALMEIDA, 2011).

No contexto deste estudo, o conceito de Assentamento é de grande importância. O assentamento é fruto da luta dos trabalhadores sem-terra que lutam pela reforma agrária. Se faz necessária uma breve contextualização dos processos

que levaram à criação dos assentamentos no Brasil geralmente partiu da luta de classes sociais, uma luta pelo território. O United Nations Development Programme ressalta que ainda hoje, o Brasil é um dos países socialmente e economicamente mais desiguais do mundo (PNUD, 2016), fruto do processo histórico de ocupação de suas terras pelo sistema de capitâneas hereditárias e sesmarias. Isso tem um impacto na economia brasileira, que foi a de produção em escala, com o máximo de tecnologia e produtividade possível, gerando assim uma perda de valor para os produtos, passando o ganho para a quantidade a produzida.

Com isso muitas famílias não conseguiram manter sua reprodução social em pequenas áreas com capacidade limitada de produção em escala, gerando assim um grande volume de excedente de mão-de-obra, que conjuntamente com famílias que haviam perdidos suas terras em conflitos com os indígenas, ou por endividamento, ou por mais diversos fatores, forçaram a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Santos,2011, P.14).

No assentamento Santa Rita de Cássia II, segundo ALMEIDA, (2011, P.14) “a luta pela terra nasceu do trabalho de base dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que organizou acampamentos no estado do Rio Grande do Sul”. No entanto, o movimento tem dois momentos fundamentais, que são os acampamentos onde as famílias se reúnem para construir seu objetivo comum, que é a terra para formar o assentamento sonhado, e num segundo momento, é uma luta por uma sociedade mais justa. Esses momentos expressam um conteúdo histórico resultante dos processos políticos e sociais

Para Fabrini (2002),

O termo assentamento surgiu provavelmente no interior do Estado e refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente, pela viabilidade econômica. Neste tipo de assentamento as populações “beneficiadas” estão destituídas de caráter ativo. (FABRINI, 2002, p. 81).

Santos (2011) deixa evidente o significado de assentamento para o MST,

Para o MST, o assentamento significa mais do que um grupo de famílias ocupando uma área desapropriada. O assentamento representa mais uma vitória do MST como um todo, pois cada assentamento representa que o MST está maior, mais extenso em termos de território e com possibilidade de modificar de local com a agricultura desenvolvida dentro dos assentamentos (SANTOS,2011, p.16).

Com a conquista de cada assentamento o MST se fortalece e busca fazer desses pedaços de terra conquistada, um local de resistência de famílias que buscam sobreviver da atividade agropecuária, mas buscam no conjunto a construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Carvalho, Apud Fabrini (2002),

(...)se refere à importância da criação de Comunidades de Resistência como uma alternativa conjuntural para superação de dificuldades colocadas à pequena agricultura resultante de mudanças macroeconômicas recentes com a implantação da ideologia neoliberal (FRABRINI, 2002, p. 82).

No assentamento Santa Rita de Cássia II, portanto, nas diferentes relações com o território, a diferença está na produção. O conceito de assentamento defendido pelo MST perpassa a noção de unidade de produção, apontando outras relações fundamentais na constituição do território do assentamento e na territorialidade das famílias assentadas. Esta ideia está presente na definição do conceito de assentamento do movimento.

[...] precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural (Caderno de Cooperação Agrícola, 1998).

No caso dos assentamentos, os agricultores sem-terra, procuram evitar as armadilhas da monocultura pois essa produção em escala é uma atividade que hoje tende a excluir as famílias do processo produtivo. Mesmo depois da luta, as famílias continuam organizadas e ligadas ao MST, criam princípios, se organizam e lideram novas lutas pela conquista dos seus direitos fundamentais.

A existência camponesa é garantida pela luta e pela resistência que desenvolvem contra a ordem expropriadora para então buscar modelos de produção mais adequados à agricultura familiar e assim promover o desenvolvimento da produção, garantir a renda e a sustentabilidade. Por tudo isso, segundo SANTOS (2011, P.16-17),

[...] é com essa lógica de ocupar áreas improdutivas, tornando-as produtoras de alimentos mais saudáveis, que o MST continua a surgir em muitas regiões do país, consolidando-se como parte importante da população rural do país.

3.2 Agricultura familiar e suas características

A agricultura familiar teve várias conotações diferentes, gerando discussões infundáveis, não só sobre sua permanência, ou não, no desenvolvimento capitalista, mas também sua definição está sujeita a diferentes interpretações.

A discussão conceitual em torno da agricultura familiar é ampla e complexa. Os primeiros indícios da agricultura familiar no Brasil surgiram no Nordeste, no século XVI, no período Colonial. No surgimento deste exercício, os agricultores eram chamados de camponeses, e passavam por imensas dificuldades, conforme menciona LAMARCHE (1993, p.180).

[...] De maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades e a dependência ante a grande propriedade". (LAMARCHE, 1993, p.180).

A maior afirmação deste conceito se deu por duas vias, segundo SCHNEIDER (1999). Uma via, no campo político, relacionada aos movimentos sociais, principalmente o sindicalismo rural, e, por outro lado, através de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novas referências teóricas e analíticas. De qualquer modo, mantém-se esta noção para caracterizar grupos de agricultores com pequenas extensões de terra que utilizam fundamentalmente trabalho familiar nos processos produtivos. Segundo o mesmo autor, essa expressão abarcou sob sua égide diversas categorias sociais, entre as quais se destacam: assentados, arrendatários, associados, integrados em agroindústrias, entre outros, que não correspondem mais aos termos pequenos produtores, trabalhadores rurais etc.

Na discussão sobre o perfil da agricultura familiar, seus limites e disputas conceituais, hoje, segundo a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para ser considerado Agricultor Familiar, tende que estar enquadrado em alguns requisitos a seguir:

Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas

atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Se compararmos as definições de Agricultura Familiar, basicamente teremos os mesmos conceitos segundo CARNEIRO, “Por agricultura familiar entende - se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. (CARNEIRO, 1999, P.329).

E segundo autores, é importante considerar que:

“A gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, os fatores pertencem à família (exceto às vezes a terra) e são possíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes”. (BLUM, 1999, p.62).

“É o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. (GONÇALVES e SOUZA 2005, p.2).

“Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.” (BITTENCOURT e BIANCHINI ,1996 apud TINOCO,2008, p.1)

Para CORRÊA (2002), o agricultor familiar contemporâneo possui características diferentes do camponês, especialmente nos efeitos causados pela abertura do mundo rural ao modo de vida moderno. Atualmente, o agricultor familiar está integrado ao mercado de diversas formas e, portanto, sofre os efeitos diretos e indiretos da reprodução do capital,

Muito embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas às mudanças de comportamento nas sociedades modernas, refletem-se na composição interna das famílias que, atualmente, são mais reduzidas e, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira à conquista de todos os bens materiais e culturais disponíveis. (CORRÊA, 2002, p.113).

Assim, qualquer esforço para identificar as ações de resistência dos agricultores familiares às pressões urbanas no município de Nova Santa Rita devem ser observadas não apenas as condições objetivas, mas principalmente aquelas de existência subjetiva, como o desenvolvimento de diferentes atividades agrícolas, valores e expectativas inerentes às suas identidades individuais, culturais e coletivas face à urbanização. A competitividade inerente ao sistema neoliberal, seguida pela grande maioria das empresas do complexo agroindustrial, já faz parte do cotidiano dos agricultores familiares integrados. Segundo MEDEIROS e LINDNER, a expansão urbana que ocorreu no campo brasileiro, na metade do século XX, se deu pela modernização tecnológica; pelo crescimento de novas relações de trabalho no campo; pela geração de espaços de conflitos decorrentes do crescimento das desigualdades socioeconômicas (MEDEIROS e LINDNER, 2015, P 31-32).

Além disso para SAVOLDI e CUNHA, os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacitação de geração de renda e riqueza; diferenciam-se em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos como à capacidade de geração de renda e riqueza; diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto como à disponibilidade de recursos e de capacitação² (SAVOLDI et CUNHA,2010). Segundo Lamarche (1994, p.19):

Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. Suas chances de atingir o modelo ideal, ou simplesmente de se aproximar dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles.

Na característica da agricultura familiar, geralmente desenvolvem, segundo BUAINAIM e ROMEIRO (2000), sistemas complexos de produção, combinando diversas lavouras, pecuária e transformações primárias tanto para o consumo quanto para o mercado. Mas, na realidade, na família camponesa, a lógica da atividade agrícola não se dá em termos de prioridade na busca do aumento da produtividade e da rentabilidade, mas no esforço de manter a família em certas condições, culturais e sociais, isto é, a manutenção da propriedade e da agricultura familiar. Baseados em

²Aprendizado adquirido quanto à inversão ambiental e socioeconômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores.

um estudo aprofundado dos sistemas de produção familiar no Brasil, os autores afirmam que os produtores familiares geralmente apresentam as seguintes características:

“Diversificação”: Quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem, sendo que os autores verificaram essa diversificação na maior parte dos estabelecimentos familiares estudados;

“A Estratégia de Investimento Progressivo”: A maior parte das estratégias de “acumulação” e de aumento de produtividade dos agricultores familiares está baseada em pequenos volumes de capital, que podem ser acumulados de forma progressiva (cabeças de gado acumulados ao longo dos anos, equipamentos de irrigação adquiridos progressivamente, máquinas e implementos usados, etc.).

“A Combinação de Subsistemas Intensivos e Extensivos”: Os produtores familiares adotam em geral sistemas que conjugam atividades intensivas em trabalho e terra, com atividades mais extensivas. Quanto maior a disponibilidade de área, maior a participação de sistemas extensivos (cana, pecuária de corte, citricultura). Nestes casos, a prioridade do produtor é introduzir sistemas que garantam uma boa produtividade do trabalho, mesmo que com baixa rentabilidade por unidade de área. Ao contrário, quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra e altamente intensivos no uso do solo (horticultura irrigada e fruticultura). Nessa situação, a estratégia é gerar a maior renda possível por ha, mesmo que a produtividade do trabalho das produções não seja das mais elevadas.

“Uma Grande Capacidade de Adaptação” Os agricultores familiares têm grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é a “pluriatividade” (BUAINAIM e ROMEIRO, 2000).

3.3 Agroecologia e desenvolvimento local

O conceito agroecológico desenvolvido por ONGs e movimentos sociais rurais no Brasil é uma continuação da convenção Rio-92, mas a abordagem mais antiga da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento (FEIDEN,2005, P.53)’. É uma ciência emergente que estuda agroecossistemas, integrando conhecimento de outras ciências, como agronomia, ecologia, economia e sociologia, o que significa que a agroecologia é simplesmente uma nova disciplina científica (ALTIERI,1989). Portanto, segundo Guzmán, a agroecologia não pode ser uma ciência, porque integra conhecimentos tradicionais que, por definição, não são científicos (GUZMÁN ,2002).

CAPORAL e COSTABEBER (2002, p. 13) corroboram que a “agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente [...] a oferta de produtos limpos, isentos de resíduos químicos [...]” e consideram importante dizer que:

[...] Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL e al., 2009, p.17)

Destacam ainda que,

“[...] o entendimento do que é a agroecologia e onde queremos e podemos chegar com ela não está claro para muitos de nós ou, pelo menos, temos tido interpretações conceituais diversas que, em muitos casos, acabam nos prejudicando ou nos confundindo em relação aos propósitos, objetivos e metas [...]” (CAPORAL E COSTABEBER 2002, p. 13).

Como parte de nosso objetivo, agroecologia é a prática agrícola dominante no Assentamento Santa Rita de Cássia II, desenvolvida pelos agricultores familiares. Por essa razão interessa-nos identificar a sua organização do espaço do assentamento, perceber certos pontos de vista/interpretações dos agricultores com relação à sua prática, assim como as diferentes ações de resistência decorrentes de seu desenvolvimento. Essa exegese é importante para explicar os elementos e os fatores que condicionam o uso, ou aplicação, ou adoção, ou apoio da agroecologia para promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

Originalmente, os produtores que adotavam os sistemas alternativos de produção o faziam por convicção pessoal, e movidos pela preocupação com o meio ambiente e com a saúde. Por isso, os sistemas de produção eram estabelecidos com base num conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de um alimento sadio, com características e sabor originais (MATTOS, 2011, p 54). Para esses agricultores, o termo “orgânica”, da expressão “agricultura orgânica”, tem origem na expressão “organismo agrícola” (ASSIS et al., 1998). Além disso, o desenvolvimento de um mercado para produtos orgânicos, vendidos a preços superiores aos convencionais, tem levado à necessidade de certificação e definição legal de padrões mínimos para um produto a ser comercializado como orgânico.

Por outro lado, para Souza (2009, p.5), "muitos autores, militantes da agricultura alternativa e agroecologistas, referem-se a várias disciplinas do conhecimento na tentativa de dar uma definição de agroecologia"(Quadro 1).

Quadro 1: Compreensão conceitual de alguns autores acerca da agroecologia

AUTOR	CONCEITUAÇÃO
REIJNTJES, HAVERKORT e WATERS-BAYER, 1994, p. 264.	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas abrangendo todos elementos humanos e ambientais, suas inter-relações e os processos nos quais estão envolvidos como, por exemplo, simbiose, competição, sucessão ecológica etc.
ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 14.	<ul style="list-style-type: none"> • A disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica se denomina agroecologia e se define como um marco teórico cujo fim é analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla.
GLIESSMAN, 2001, p. 629; 54	<ul style="list-style-type: none"> • A (ciência da) aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.
HECHT, 2002, p. 26.	<ul style="list-style-type: none"> • Definida de forma mais ampla, a agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção
ASSIS, 2002, p. 11.	<ul style="list-style-type: none"> • É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto regulação e consequentemente sustentabilidade.
ALTIERI, 2002, p. 15.	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia (é) uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis

CAPORAL e COSTABEBE R, 2002, p. 4.	<ul style="list-style-type: none"> • A agroecologia corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis.
ORMOND, 2004, p. 21.	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia é um conjunto de conceitos, princípios, normas e métodos que possibilitam estudar, avaliar e manejar de forma consciente os sistemas naturais para produção de alimentos, permitindo compreender a natureza dos agroecossistemas e desenvolvendo sistemas com dependência mínima de insumos energéticos externos.
EMBRAPA, 2006, p. 8.	<ul style="list-style-type: none"> • A agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios básicos para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis.
ALTIERI, 2008, p. 32.	<ul style="list-style-type: none"> • A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas e a sociedade como um todo.
ALTIERI, s/d, p. 28.	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia é a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, provendo uma base para avaliar a complexidade desses sistemas.

Fonte: Extraído de SOUZA (2009, pág. 5)

Referindo-se às suas diferentes abordagens no quadro 1, as que mais se aproximam desta pesquisa são de ALTIERI e NICHOLLS, 2000; HECHT, 2002; ASSIS, 2002; ALTIERI, 2002; 2008. Portanto, segundo OLIVEIRA (2019), a agroecologia, que é uma área relacionada a novos processos de desenvolvimento local e regional e requer mudanças coordenadas nos aspectos econômicos, sociais, ecológicos, políticos e culturais relacionados à produção e consumo de alimentos. Observou-se que a partir do momento em que as famílias optam pela agricultura sem agrotóxicos, localmente chamada de agricultura ecológica, e passam a vender os produtos dessa agricultura em uma feira em Porto Alegre, ocorre um processo de

mudanças, correlacionadas e abrem novas perspectivas para o desenvolvimento local.

No sul do Brasil é muito utilizado o conceito de desenvolvimento local. Um dos promotores deste conceito é a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural -ASSESOAR, considera que uma sociedade rural só se desenvolve quando são satisfeitas certas condições (AVSF, 2010, P.3).

o do protagonismo das populações locais; o grupo e os indivíduos que o compõem devem desenvolver suas próprias capacidades (reflexões, habilidades, técnicas) para influenciar seu próprio futuro; a da equidade entre grupos sociais (indígenas / colonizadores, rurais / urbanos) e indivíduos (homens / mulheres, jovens / adultos) no acesso aos recursos materiais e imateriais; isso influencia a possibilidade de desenvolver novas capacidades individuais e coletivas.

Para MELO E BUARQUE, o termo “local” é o menor espaço geográfico imaginável para um ambiente regional. O desenvolvimento destes “pequenos territórios” está ligado à evolução das condições de vida dos indivíduos e pode manifestar-se de diferentes formas, cada um com características específicas e sofrendo a interferência de diferentes agentes (MELO, 2009; BUARQUE 2002). No entanto, é importante aplicar políticas diferentes em cada espaço. Além disso, devemos considerar a participação dos atores locais nas ações analíticas e decisórias, na gestão dos recursos e na promoção dos bens e serviços produzidos. Buarque destaca que esse desenvolvimento se caracteriza pela exploração do potencial de um determinado território (BUARQUE, 2002 e 1999). Portanto, é quase universal o aceite de que o desenvolvimento local não está apenas ligado ao crescimento econômico, mas também à melhoria da qualidade de vida da população e à preservação do ambiente, como no caso da produção agroecológica MILANI, 2005 e PETITINGA (2010, p.2) acrescentam que estes três fatores estão ligados e são interdependentes e explicam que:

O aspecto econômico implica um aumento do rendimento e da riqueza, bem como condições de trabalho decentes. Se há trabalho decente e se este trabalho gera riqueza, tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais. Da mesma forma, o problema ambiental não pode ser separado do problema social.

A abordagem agroecológica adotada à agricultura preocupa-se com as interdependências que existem entre a tecnologia (humana) e o ambiente (natural) e, através do processo de desenvolvimento local contribui para uma melhor organização dos habitantes e da produção e os ajuda a se enraizar e apoiar as diversas atividades desenvolvidas (BUARQUE, 2002). considera a terra como um recurso em declínio na qual a regeneração é necessária para conservar todos esses recursos naturais, sejam eles úteis ao homem (água, solo, vegetação cultivada) e “inúteis” no estado atual do conhecimento, como as espécies selvagens considerando as possibilidades atuais para o uso futuro. Segundo ALTIERI e YURIEVICH, suas estratégias são baseadas na participação, capacidades e recursos locais, assim como o conhecimento local dos agricultores sobre recursos como meio ambiente, plantas, solos e processos ecológicos neste novo paradigma agroecológico (ALTIERI E YURIEVICH, 1991).

Na região metropolitana de Porto Alegre, as cooperativas agrícolas são de grande importância para o desenvolvimento local principalmente nos assentamentos de reforma agrária. Segundo SIQUEIRA et al (2012), o cooperativismo, tal como definido pelo MST, não é uma simples atividade econômica, mas uma forma de “construção do ser social”, na qual os membros atuam juntos, com o objetivo de fortalecer a solidariedade e quebrar o individualismo. Eles são incentivados a produzir estruturas sociais, a encontrar novas formas de organização e a pensar coletivamente. Quando as cooperativas crescem, elas tendem a criar um agente econômico mais forte do que se os assentados trabalhassem individualmente.

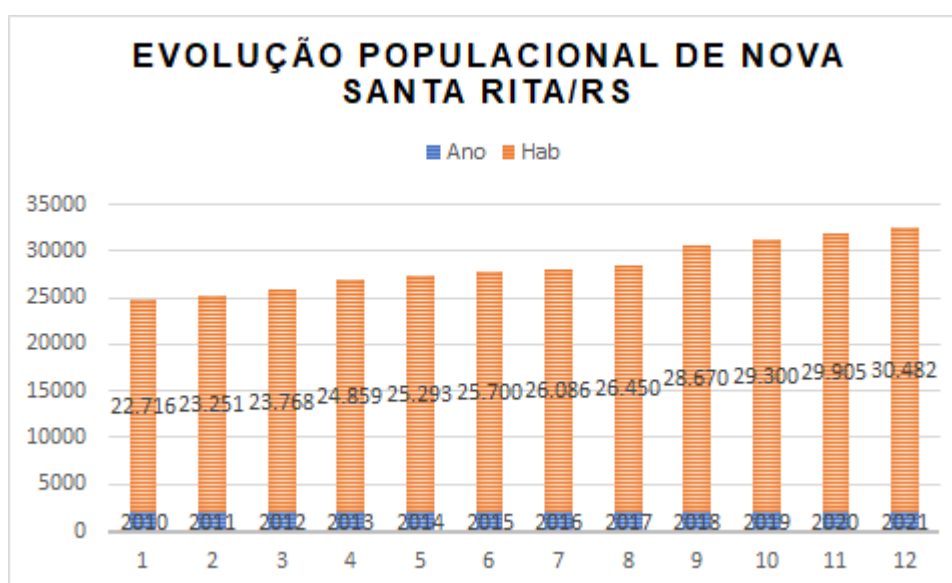
Por fim, ao relacionar o desenvolvimento local com os assentamentos rurais, para tal pesquisa, BUARQUE (1999) afirma que os assentamentos da reforma agrária podem ser considerados e utilizadas numa forma específica de desenvolvimento, como mostra a citação a seguir: “O assentamento não tem a aderência político-administrativa do setor público (municipalidade), mas apresenta uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização comunitária” (BUARQUE, 1999, p.11). Por essa razão, o município rural e o regulamento se tornariam o “principal catalisador para iniciativas e a base do desenvolvimento local usando recursos disponíveis”.

4 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA / RS- REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

O município de Nova Santa Rita criado pelo Lei nº 9585, de 20/03/1992, possui uma área de 217,87 km², está situado a 25 km de Porto Alegre, capital do estado e pertence à Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, com uma densidade populacional de 104,26 hab./km². Apesar de estar próximo da capital, apresenta características de um município rural. Na sua criação já possuía um assentamento, o Itapuí Meridional. Em 1994 foram criados mais dois assentamentos, o Assentamento Capela e Assentamento Sinos e o Assentamento Santa Rita de Cássia II foi criado em 14/12/2005.

Segundo o IBGE (2010), em 2000 a população de Nova Santa Rita era de 15.750 habitantes; em 2010, já contava com um total de 22.716 habitantes. Segundo o IBGE, a população estimada de 2021 é de 30.482 habitantes (IBGE,2021), o que mostra um significativo crescimento populacional, principalmente nos últimos dez anos, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução populacional de Nova Santa Rita/RS

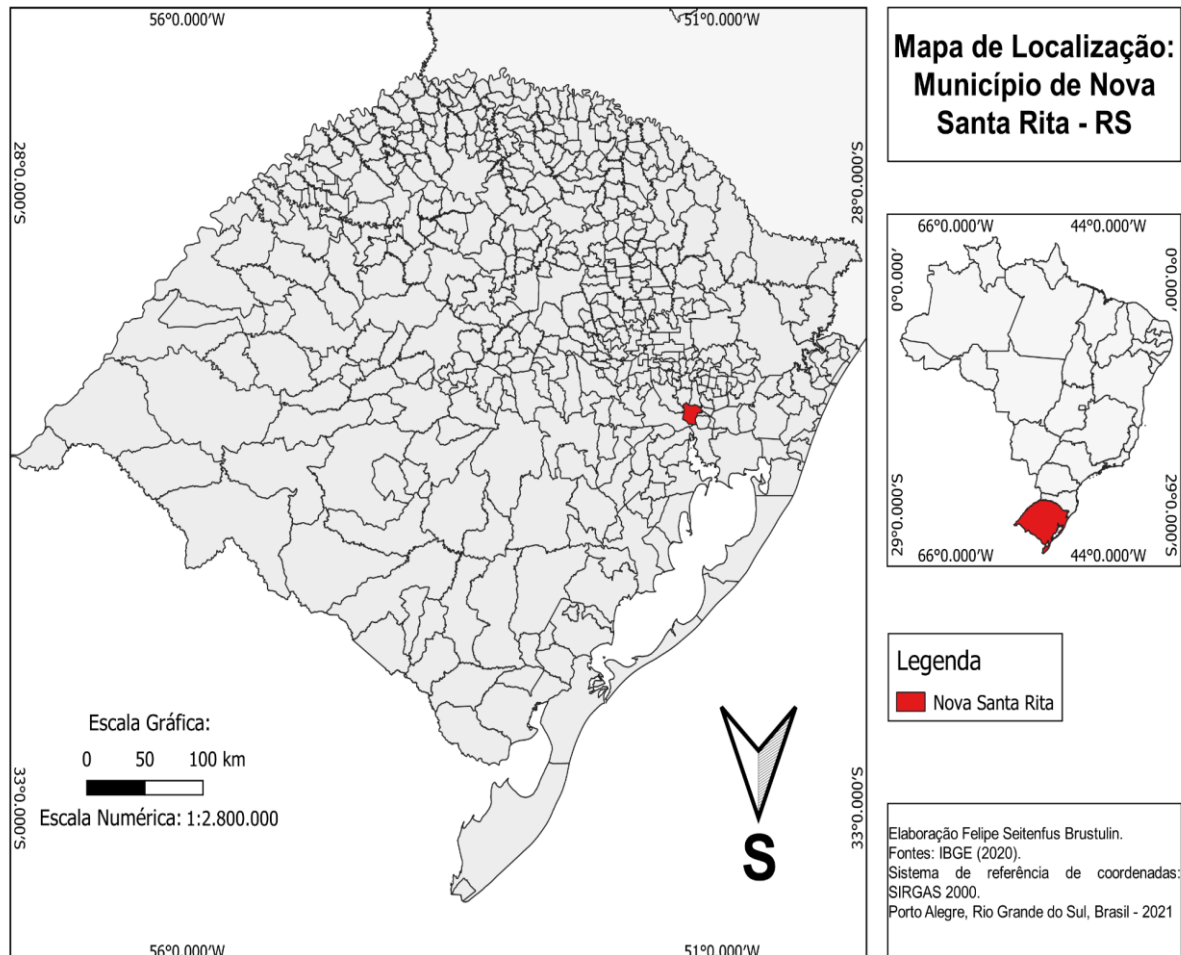


Fonte: IBGE, 2021. elaboração do autor, 2021

Município de Nova Santa Rita (figura 1) faz divisa com os municípios de Cachoeirinha, Canoas, Capela de Santana, Esteio, Montenegro, Portão, Sapucaia

do Sul e Triunfo, e desde 1998 é parte integrante da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, constituindo a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA.

Figura 1: Mapa de localização do município de Nova Santa Rita/RS



Fonte: IBGE. 2020.

Nova Santa Rita/RS faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio dos Sinos, que é composto por 14 municípios: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio do Sinos - CONSINOS situa-se na porção leste do Rio Grande do Sul e o município de Nova Santa Rita ocupa 15,58 % do total desta área.

Na região metropolitana de Porto Alegre e arredores, assentamentos rurais foram estabelecidos, incluindo no município de Nova Santa Rita, onde vivem mais de mil famílias, vinculadas ao MST. Esses assentamentos resultaram de diferentes formas de luta pela terra até a conquista de seus territórios. Portanto, este processo

de luta pela terra enfrentou o capital em uma luta permanente pelos posse dos meios de produção, ou seja, o território disputado não era apenas a luta por uma parcela de terra. Este processo permitiu as famílias camponesas se recriarem, incorporando novos conhecimentos aos seus saberes e ao seu modo de viver.

O segmento que merece mais atenção no contexto desta pesquisa é a agricultura familiar, caracterizado pelo sistema agrícola de policultura, com a produção de frutas, hortaliças e a produção de arroz. É neste segmento da agricultura familiar, bastante representativo no município de Nova Santa Rita, que a produção de base agroecológica encontrou suas possibilidades de expansão.

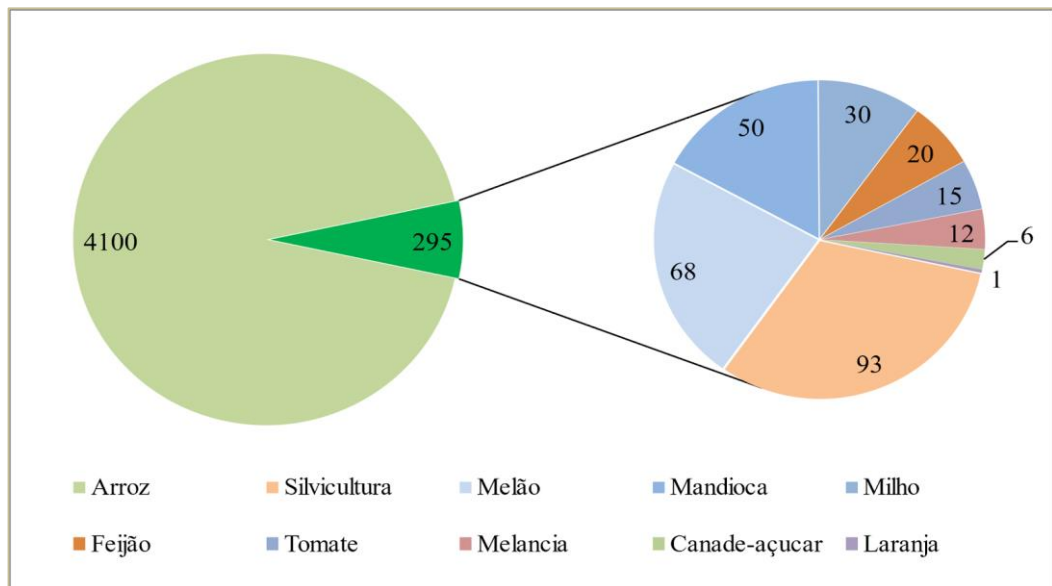
4.1 Organização do espaço cultivado do Município de Nova Santa Rita/ RMPA/RS/2020

O município de Nova Santa Rita sofreu muitas transformações nas diferentes formas de produção é aquele pouco a pouco as famílias se dispersaram, seja por causa das circunstâncias dos conflitos ou aos outros, e as famílias que conseguiram conquistar suas terras e começaram a se dedicar à produção de arroz através de associações de agricultores familiares bem consolidados, cooperativas como a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre Ltda–COOTAP e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA–COOPAN e Grupo Gestor de Arroz (GGAE). Os agricultores também produzem outras culturas, como feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, melancia, melão, silvicultura, tomates, laranja e outros, a maioria dos quais se destinam ao autoconsumo.

As principais linhas de produção do município de Nova Santa Rita hoje são arroz e silvicultura para o cultivo de acácia e eucalipto. Segundo dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses dois produtos agrícolas são responsáveis por mais de 90% da ocupação da área produtiva do município. A produção de arroz ocupa a primeira posição, com 93,29% (4.100 hectares) da área produtiva do município, entregue à COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre), da região de. No entanto, a silvicultura ocupa a segunda posição, com 2,12% (93 hectares) da área produtiva, com a produção vendida em conjunto no mercado. Outras atividades comerciais ou de autoconsumo, como melão, feijão, milho, mandioca, etc., ocupam pouco mais de 4,6% da área (202 hectares). As demais áreas são reservadas para outras atividades do município. No

quadro abaixo (gráfico 2) podemos observar a participação das diferentes atividades produtivas em Nova Santa Rita/RS.

Gráfico 2: Área estimada em hectares utilizada para cada atividade agrícola em Nova Santa Rita-RS/2020



Fonte: IBGE, 2020. elaboração do autor

4.2 Censo Agropecuário do Município de Nova Santa Rita (2017)

Nova Santa Rita, município localizado na região da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), tem como base da sua economia a atividade agropecuária e a agricultura familiar (IBGE, 2017). Segundo dados do censo agropecuário de 2017, são 416 estabelecimentos agropecuários cadastrados em Nova Santa Rita/RS. Desse total, os estabelecimentos que receberam assistência técnica foram 221, o que corresponde a 53,13% dos estabelecimentos agropecuários do município. Entre os estabelecimentos agropecuários, 195, ou 46,87% deles, são considerados estabelecimentos que não receberam assistência técnica especializada (Tabela 1).

Esses dados mostram que mais da metade de seus estabelecimentos contaram com assistência técnica, o que possibilita a prosseguimento de seus objetivos para impulsionar seus estabelecimentos. Esta assistência técnica contribui fortemente e também ocupa um lugar preponderante na expansão da atividade agrícola no meio rural, com que os agricultores há muito sonham.

Tabela 1: Estabelecimentos agropecuários que receberam assistência técnica especializada em Nova Santa Rita-RS / 2017

Assistência técnica	Estabelecimentos	%
Recebe	221	53,13
Não recebe	195	46,87
Total	416	100

Fonte: IBGE (2017)

Uma das produções mais representativas de Nova Santa Rita/RS é a produção orgânica (Arroz e Hortaliças), organizada pelos assentados que teve início, experimentalmente, no final da década de 1990 e atualmente dá identidade a esses assentamentos. Esta experiência de hortas orgânicas foi iniciada no referido município, em pequenas áreas dos assentamentos de Itapuí, Capela e Integração Gaúcha em Eldorado do Sul, na RMPA (LINDNER e al. 2021).

O Censo Agropecuário de 2017 mostrou o grau de envolvimento dos agrotóxicos na produção agrícola de Nova Santa Rita e prova mais uma vez que a produção orgânica continua ganhando espaço no município. De acordo com a tabela 2, em 2017 existem 416 estabelecimentos agropecuários cadastrados em Nova Santa Rita, dos quais 347 estabelecimentos não utilizam agrotóxicos na produção, o que corresponde a 83,41% dos estabelecimentos agropecuários do município. Isso representa mais de dois terços dos estabelecimentos do município. E 69% de seus estabelecimentos agropecuários, ou 16,59% deles, são estabelecimentos que utilizam agrotóxicos em sua produção.

Tabela 2: Estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos em Nova Santa Rita-RS / 2017

Agrotóxicos	Estabelecimentos	%
Utilizou	69	16,59
Não utilizou	347	83,41
Total	416	100

Fonte: IBGE (2017)

4.3 LOCALIZANDO E CONHECENDO O ASSENTAMENTO SANTA RITA CÁSSIA II

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária-(INCRA), o assentamento Santa Rita de Cássia II (Figura 2) tem área total de 1.667,33 hectares, localizado a 500 metros de distância da sede do município de Nova Santa Rita e a 21 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (INCRA,2011).

Conforme a assentada Gabriela Souza, a ocupação ocorreu em abril de 2004, várias famílias Sem Terra, organizadas pelo MST, oriundas de muitas regiões do estado do RS, ocuparam a antiga fazenda Montepio, uma área improdutivo, para assim reivindicar o cumprimento da função social da terra. Ela explica “Nosso objetivo era combater o latifúndio e mostrar à sociedade a violência produzida pelo agronegócio através da exploração dos seres humanos e da natureza”.

Para muitos camponeses foi um período difícil de luta e organização, como acontece em quase todo o Brasil, onde a maioria dos assentamentos se organizam nas ocupações de terras, para depois nascer o assentamento. Santa Rita de Cássia II resultou dessa organização das famílias que garantiu a conquista e o acesso à terra.

De acordo com FERNANDES:

[...]O acampamento dos colonos era um espaço de luta e de resistência, de modo que estavam dispostos ao enfrentamento. Esse enfrentamento fez os brigadianos recuarem de suas posições e começaram as negociações com o governador. Algumas lideranças foram cobrar do governador se ele iria ou não ocupar também aquela terra. O governo autorizou os colonos a plantarem na área e retirou a Brigada Militar do local. Iniciava a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada (FERNANDES, 1999, p.43).

Conforme o INCRA, a data do decreto de criação do assentamento Santa Rita de Cássia II foi no final de 2005 e permitiu o assentamento de 102 famílias (Fonte: INCRA/RS,2014). Cada família assentada recebeu 12 hectares divididos em duas partes: 4 hectares reservados como área de moradia e outras produções como hortaliças e as áreas de várzeas³, e 8 hectares restantes foram destinados à produção

³Várzeas se caracterizam por baixadas de solos hidromórficos e aluviais, geralmente à margem de cursos d'água planos e de fertilidade natural elevada, podem ser temporariamente inundadas ou não. Em geral, constituem um lençol freático elevado, necessitam de uma adequada drenagem e posterior

de arroz, com glebas trabalhadas em sistemas de grupo de produção, reunindo seis a dez famílias por grupo. A área do assentamento possui cinco barragens, sendo três consideradas grandes e duas consideradas pequenas. Entre os 8 hectares reservados para o plantio de arroz, desde a implementação do projeto de regulamento, já havia cerca de 250 hectares sistematizados⁴.

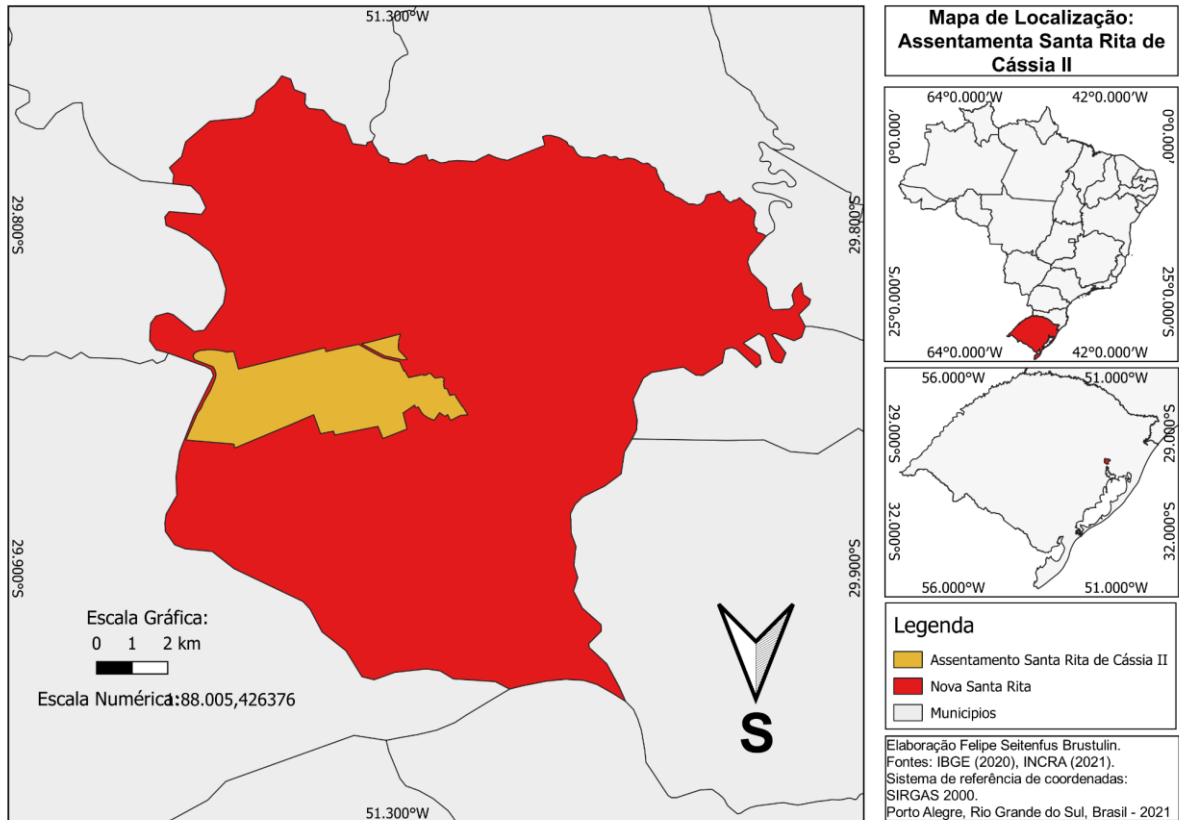
O assentamento limita-se com o início da zona urbana do município, sendo esta localização muito importante para a organização do MST no município, pois neste novo assentamento foi instalada a sede para a organização dos assentamentos do município. O assentamento Santa Rita de Cássia II para ALMEIDA (2011), representou a ligação das famílias assentadas, como uma comunidade, com um território conquistado, que manteve suas especificidades, dentre elas a sua forte ligação com a Igreja Católica e sua organicidade de forma coletiva (ALMEIDA, 2011, P.12). Cada lugar tem sua diferenciação, portanto o assentamento com as especificidades de sua organização, é como se fosse uma ilha cercada pelo sistema capitalista, conforme definido por Woortmann:

São como ilhas cercadas por um oceano de perigos: um *mundus* camponês cercado pelo (mundo) *imundus* da mercadoria, da propriedade privada mercantil desvinculada do trabalho, da ambição; mundo que ameaça a ordem moral, mas com o qual é preciso também saber lidar. Quanto às situações objetivamente mínimas, em momentos de crise aguda numa ordem social e num ordenamento do mundo, os valores tradicionais como que sobem à consciência; o que era dado como natural torna-se mais intensamente pensado (WOORTMANN, 1990, P.22)

sistematização para permitir um aproveitamento agropecuário racional (PROVÁRZEAS NACIONAL: Resumo, 1982, p. 2).

⁴ A sistematização da área de plantio de arroz consiste em preparar a área com máquinas, deixando-a nivelada para realizar o plantio mais adequado à evolução dos contextos agroecológicos, socioeconômicos e culturais para obtenção da produtividade do arroz.

Figura 2:– Mapa de Localização do assentamento Santa Rita de Cássia II no município de Nova Santa/RS



Fonte: IBGE (2020), INCRA (2021).

Segundo ALMEIDA, atualmente, em relação à localização privilegiada do assentamento, próximo aos grandes centros urbanos da região de Porto Alegre, determina a logística dos meios de circulação e a dinâmica produtiva (ALMEIDA, 2011). O assentamento Santa Rita de Cássia II está em pleno desenvolvimento econômico, social e cultural e a participação das famílias assentadas neste processo é muito importante.

A produção cooperativa é incentivada através da agricultura ecologicamente cultivada, tanto na sua forma de produção, quanto na organização do espaço. Os assentados se organizam de forma coletiva e em grupos de produção caracterizados pelo trabalho individual que estabelece uma forma associativa de organização da produção (Associação Vinte e Nove de Outubro e Associação Sete de julho).

5 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II

As argumentações em torno da organização socioespacial do campesinato têm contribuído para a compreensão do processo de adaptação e reabilitação pelo qual passaram os assentados. Partindo para um novo espaço, novas relações e aspirações surgem, envolvem e criam formas diferentes de viver, de enfrentar as dificuldades impostas pelo sistema capitalista. A organização dos camponeses ou agricultores familiares assentados que formaram a nova comunidade, mudou seus papéis ao longo do tempo, ou seja, as formas e os modos de organização mudaram e eles se adaptaram às novas realidades correspondentes. É como o movimento dos camponeses sem terra se renova nesta organicidade nos novos assentamentos, que faz com que o presente dos assentados construa a possibilidade do seu futuro.

Os agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II, são organizados pela solidariedade, confiança e cooperação. Assim, o senso de comunidade está presente por meio dessas formas de organização do espaço agrícola ou mesmo não agrícola. Isso não impede que haja também a produção em pequena escala de outras atividades, como a criação de pequenos animais, inclusive aves, e animais de grande porte como gado leiteiro e, sem esquecer, a presença da piscicultura. Atualmente, em um mundo aparentemente mais instável de proporções globais, a família e o lugar tendem a representar proteção e segurança para todos.

Nesta reflexão, entendemos que a organização dos agricultores familiares em associações, seja para os serviços, a produção agrícola, o lazer, a organização política, a comercialização ou a integração, é uma das estratégias mais viáveis na busca de sua reprodução e resistência à urbanização. Pois, o sentimento de pertença e os interesses comuns constituem a base dessa comunidade, o que pode ser essencial para superar a barreira da indivisibilidade socioeconômica e outras dificuldades que possam surgir. Acreditamos que o processo de organização do espaço que os colonos construíram ao longo de sua história pode demonstrar, na prática, uma nova inserção das pessoas no espaço geográfico.

5.1 Produção de arroz, hortaliças e milho

Apreender é olhar o espaço do seu novo território, é observar o que ele oferece em termos de organização da produção agrícola, das relações comerciais e das trocas de produtos, assim como a distribuição dos lotes, a convivência entre as famílias assentadas e com a comunidade em geral.

Quando o camponês trabalha a terra, prepara e cultiva o arroz, por exemplo, ele procura salvar sua colheita, porque, mesmo que mude de espaço físico ou passe a fazer parte de um movimento social, ele não perde o hábito de cultivar. Portanto, ele sabe muito bem a época do ano em que deve preparar o solo, que tipo de solo é melhor para esse plantio, quando irá colher, os cuidados com a secagem do produto e como armazená-lo.

Esta é uma dimensão da cultura que as pessoas trazem: fazer coisas a partir do que já está automaticamente imbuído no seu ser. E isso se expressa quando os camponeses sem terra vêm para o assentamento e constroem suas casas, organizam a roça, plantam para subsistência, depois pensam em olhar o todo para então construir todas as relações necessárias e assim viabilizar o assentamento.

Sabendo que as práticas organizacionais, assim como as práticas das pessoas, são desafios criados na construção de novas possibilidades, contradições e avanços ocorrerão, dependendo do ambiente em que você está inserido. No assentamento Santa Rita de Cássia II, conforme citado acima, existem 102 famílias vinculadas ao MST, que constituíram 10 núcleos básicos, uma coordenação geral e um grupo de estudos composto por cinco representantes que se reúnem em caso de pedidos de emergência, além da organização de grupos de produção ecológica de arroz, hortas e subsetores agrícolas.

No sentimento expresso pelos agricultores familiares, existe o desejo ou contentamento de produzir coletivamente.

Costumávamos produzir como agricultores familiares, mas cada um tinha o seu lote. E quando chegamos aqui, a discussão dentro do movimento e até no nível cooperativo foi produzir coletivamente para expandir. Durante esta decisão houve alguns de nós que ainda não estávamos habituados a esta questão do trabalho coletivo, mas hoje estamos a pensar nas melhores estratégias para resistir, desenvolver e fazer do nosso assentamento a referência na produção orgânica (entrevistado 1).

Atualmente, entre os 4 assentamentos de Nova Santa Rita, três deles contêm famílias que comercializam hortaliças instalados nos assentamentos de Capela, Itapuí e SRC II. Conhecido como assentamento de produção, atualmente o assentamento Santa Rita de Cássia II possui uma diversidade de lavouras, das quais a produção de arroz, milho e hortaliças (Tabela 3) representa mais da metade da área e renda dos agricultores familiares e um grau a menos, representado por outras culturas como milho, mandioca, plantas medicinais, batata doce, amendoim, melancia, abóbora, feijão, morango, melão, cana-de-açúcar, abóbora, entre outras.

Em termos de ocupação do espaço, o cultivo do arroz é o mais importante no assentamento, sendo de grande importância para a organização coletiva e a formação de grupos de interesse. Essa expansão da produção de arroz tem sido um conjunto de resultados, como o trabalho coletivo que pode ser visto no Tabela 3. A paisagem dos assentamentos foi se transformando gradativamente com a incorporação de novas práticas agrícolas, novas tecnologias e novas alternativas de produção específicas de alimentos saudáveis sem impacto na natureza. A produção de arroz ecológico foi a alternativa encontrada por alguns assentamentos, inclusive o assentamento Santa Rita de Cássia II, que produzem de forma sustentável.

Tabela 3:Área cultivada e renda dos principais produtos mais representado no assentamento Santa Rita de Cássia II/2021

Produção agrícola	Nº de famílias	Área cultivada	Renda líquida
Arroz	80	500 ha	R\$6400 ha/Ano
Hortas	40	80 ha	R\$ 2500 ha/Mês
Milho	11	22ha	R\$5000 um. Ano

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

De acordo com o trabalho de campo realizado por ALMEIDA em 2011, 53 famílias foram produtoras de arroz (ALMEIDA,2011) e com a colaboração dos agricultores familiares nas entrevistas realizadas, atualmente identifiquei cerca de 80 famílias que produzem arroz nesse assentamento. Nessa organização da produção de arroz encontrei muitos elementos que evidenciam a repetição da história de vida do assentado no cultivo da terra e na forma de fazê-lo, ou seja, a organização da

produção familiar é retomada pela ajuda entre vizinhos, como nas comunidades de origem.

Segundo Santos, somente o assentamento Santa Rita de Cássia II em junho de 2011 contava com 32 famílias que comercializam hortaliças e todas as famílias era sócias da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre – COOTAP, com tempo diferente de inserção na certificação Orgânica (SANTOS,2011). Atualmente, com o trabalho de campo realizado junto aos agricultores familiares em julho de 2021, o assentamento Santa Rita de Cássia II conta com cerca de 40 famílias vendendo hortaliças. A figura 3 mostra a área de cultivo de arroz que contribui muito para a organização do espaço do assentamento e das grandes extensões territoriais. Contribui também para a renda dos principais produtos produzidos no assentamento Santa Rita de Cássia II.

No âmbito da produção e organização do espaço, a última atividade que ocupa mais espaço é a produção de milho onde mais de 11 famílias são produtoras com expressão econômica nesta cultura, em uma área plantada de 22 ha, com um volume de produção de 27.750 sacos destinados ao consumo interno, para a alimentação de suínos e bovinos leiteiros. A escolha de outras atividades aparece como determinante para aumentar a produção e por consequência a renda da família.

A Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre LTDA (COOTAP) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN) contribuíram muito nessa expansão do arroz como guia dos agricultores familiares. Atualmente, o principal produto da COOPAN e COOTAP é o arroz orgânico (figura 3), além da produção de hortas na qual participam fortemente os agricultores assentados do Santa Rita de Cássia II.

Figura 3: Área de produção de arroz orgânico do assentamento Santa Rita de Cássia II



Fonte: foto do autor (2021)

Através do trabalho de campo, constatamos que 40% dos agricultores familiares produzem hortaliças Figura 4 em uma área estimada em 80 ha. Essa estimativa foi feita a partir de trabalhos de campo e entrevistas realizadas com agricultores familiares. Essa produção contribui na organização espacial do assentamento assim como a produção de arroz em expansão.

Figura 4: a) produção de couve e, b) produção de morango, no Assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita/RS.



Fonte: foto do autor (2021).

Essa proximidade entre determinadas famílias e o objetivo comum de permanência no campo influenciam diretamente em determinados modos de produção, evidenciado por fatores culturais, pela troca de conhecimentos e de experiências que fazem parte do cotidiano dos agricultores assentados.

Apesar das dificuldades encontradas, os agricultores assentados são produtivos e geradores de renda. Porém, nem todas as famílias moram em suas propriedades, muitas delas também usam casas no município para poderem desenvolver outras atividades em paralelo, o que mostra o caminho da diversificação com a forte presença da pluriatividade⁵.

Com relação à produção de frangos no assentamento, ainda são precárias as formas de preservar o equilíbrio com um manejo adequado em razão da falta de liderança, mesmo assim o desenvolvimento desta atividade também contribuiu para a expansão e consolidação da agricultura familiar no Assentamento de Santa Rita de Cássia II. Nesta fase, iniciou-se uma nova relação na organização do espaço geográfico do assentamento. Essa produção destinava-se tanto ao mercado quanto para o autoconsumo. O excedente foi comercializado na região metropolitana de Porto Alegre. Entre as produções destaca-se a produção artesanal de frango (carne e ovos).

Os galpões (Figura 5) servem de abrigo para as galinhas se protegerem das intempéries e dormirem com segurança para que não sejam ameaçadas por predadores. Neste espaço, também são realizadas atividades de postura de ovos em ninhos artesanais. Para atender as normas de bem-estar das galinhas, o piso é coberto com palha de arroz. Próximo ao galinheiro, como a pecuária familiar é frequente nessa localidade, podem-se observar a presença de cabras nas pastagens, que são destinadas ao autoconsumo (Figura 5).

⁵Segundo Schneider (2003), a pluriatividade é um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo moradia no campo e uma ligação inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Figura 5: a) Produção diversificada de propriedades, a imagem acima mostra algumas das culturas e b) criações das unidades familiares mais procuradas (galinhas, cabras)



Fonte: Trabalho de campo / julho / 2021.

Dada a importância para a história dos agricultores assentados que iniciaram essa atividade no campo, rapidamente percebemos que a piscicultura representa a avenida do subsetor agrícola do assentamento. No início, no assentamento, a atividade pecuária não deu muito resultado. Primeiro foi a criação de gado bovino que segundo os agricultores familiares assentados, esta é uma atividade que exige muito espaço limpo e, nesse assentamento, não é possível desmatar muito, em razão da proteção e fiscalização ambiental.

Por essa razão eles perceberam que precisavam de uma atividade que ocupasse menos espaço. Segundo eles, para dar mais espaço à produção ecológica, não podiam abrir espaço nas laterais, mas cavando, eles conseguiriam fazer isso. Foi então que surgiu a ideia da piscicultura e, atualmente, quase todo agricultor assentado tem um açude, como mostra a figura 6, para desenvolver a piscicultura no assentamento Santo Rita de Cássia II.

Existe uma pequena unidade de produção de cana-de-açúcar como simples geradora de mercadorias, destacando-se em um determinado espaço à beira de viveiros de peixes. Essa pequena produção ganhou importância no estande e também começou a se expandir gradativamente.

Figura 6: Imagem da piscicultura no assentamento Santa Rita de Cássia II



Fonte: Trabalho de campo, 2021

As novas tecnologias relacionadas à agricultura familiar já marcam a paisagem, porque anteriormente havia uso de máquinas. Atualmente, até os galpões de conservação das máquinas já são bem visíveis (figura 7). Contudo, apesar de tudo isto, é possível observar que as novas tecnologias se encontram lado a lado da tradição rural do assentamento Santa Rita de Cássia II (figura 7), mostrando que embora estes novos elementos sejam incorporados, às tradições do povoamento continuam a ser símbolos da cultura local. A velha organização do espaço desse assentamento é expressa pelas marcas do passado.

Figura 7: a) Os novos elementos presentes na organização do espaço; b) a organização do espaço sem a presença de novos elementos



Fonte: Adler Salomon – julho/2021.

5.2 Estratégia de Saúde da Família (ESF), a escola e a academia ao ar livre

Em 29 de setembro de 2014, foi inaugurada a Estratégia Saúde da Família (ESF) Marisa Lourenço da Silva, na antiga sede da fazenda Montepio da Família Militar (MFM). A ESF conta com profissionais do programa Mais Médicos, enfermagem, uma filha de assentados formada em Cuba, dentista, agentes comunitários e tem capacidade para realizar até 150 atendimentos diários, clínicos, além de exames preventivos e puericultura; atendem 2,4 mil pessoas assentadas e agricultores do município. Essa conquista foi possível graças à organização da comunidade, que o construiu com recursos próprios e com a contrapartida da prefeitura (MST,2019).

Esse assentamento foi definido pela sua localização no mapa do município como área rural, pois a Estratégia da Família é a Estratégia de Saúde da Família Rural Marisa Lourenço. Nas entrevistas realizadas, segundo os dirigentes, as estratégias eram todas voltadas para a idade rural e os editais orientados aos agentes comunitários de saúde do meio rural, com o objetivo de atender aos assentados, preservando as mesmas tradições do meio rural. Existem também outras atividades coletivas em estreita colaboração com a comunidade, tais como, uma academia pública atendendo o programa Hiperdia⁶ no qual faz diabetes e hipertensos realizam

⁶ O Programa Hiperdia do Ministério da Saúde tem por objetivo cadastrar e acompanhar todos os pacientes hipertensos e diabéticos.

exercícios semanais; e terapias ocupacionais com atividades orientadas para a saúde mental.

Devido à importância do projeto, em abril de 2019, a Estratégia Saúde da Família Rural Marisa Lourenco da Silva, foi inaugurada com as obras de melhorias e de telhado pela prefeita municipal da época, Margarete Simon Ferretti e o vice-prefeito Antônio Cesar Bairros em estreita colaboração com a Secretária Municipal de Saúde, Ana Paula Goulart Macedo.

O assentamento tem área para atividades regionais e espaço de lazer. Já dotado de uma Academia ao ar livre para a realização de exercícios tais como: remo, cavalgada, costas, ombros e trapézio, tríceps, trapézio e pescoço, costas e lateral da lombar, rotação diagonal, rotação vertical, etc.

O presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Ildo Maciel da Luz, esteve presente na manhã da quarta-feira, 17 de março de 2021, com o objetivo de dar início às obras da nova quadra poliesportiva do município (Figura 8), no Assentamento Santa Rita de Cássia II (CMNSR, 2011). Segundo a Câmara Municipal de Nova Santa Rita (CMNSR), nesta área de 2 mil hectares, cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), essa nova construção será erguida ao lado da Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Almeida, através dos esforços da comunidade local e do deputado federal, Dionilso Mateus Marcon (CMNSR, 2021).

Almeida, um agricultor assentado, conclui que tudo o que foi conquistado pelas famílias até agora é fruto de uma luta coletiva. Para ele,

“A gente deve muito à capacidade que o MST tem de organizar pobres do campo para lutar por Reforma Agrária. O início desta obra de Execução de Quadra poliesportiva é uma prova de que temos que nos unir para que outras importantes conquistas possam chegar até a nossa comunidade” (entrevistado 2).

Em frente a Academia ao ar livre e ao Centro de Saúde, a estrada se encontra em péssimas condições, o que preocupa a população, principalmente nos dias de chuva, considerando as diferentes atividades e os deslocamentos dos agricultores assentados para postos de saúde, feiras entre outros.

Figura 8: Estratégia Saúde da Família Rural Marisa Lourenço da Silva, academia ao ar livre e aspecto da estrada -Assentamento Santa Rita de Cássia II/Nova Santa Rita-RS



Fonte: Trabalho de campo do autor, 2021

5.3 Escola

No campo da educação, a única escola desse assentamento é a Escola Primária Municipal Álvaro Almeida⁷(figura 9), em Nova Santa Rita/RS. Foi fundada na década de 1950 e segundo SANTOS, E.M.E.F Álvaro Almeida foi concebida para servir para atender a uma crescente população operária, principalmente trabalhadores das duas olarias ali instaladas que residiam no entorno (SANTOS,2017, P.7). A escola localiza-se no distrito de Porto da Figueira, no município de Nova Santa Rita, próximo ao rio Caí, fazendo divisa com o município de Montenegro. Uma nova construção já está em andamento, no entanto atrasou em razão da Pandemia pelo COVID-19.

Desde 2015, a escola vem passando por um processo de reformulação de suas ações pedagógicas e metodológicas, assim como o corpo docente vem se alinhando coletivamente em estratégias interdisciplinares. Segundo a diretora dessa escola, a Professora Márcia Eliane da Silva, hoje há um esforço crescente não só para garantir o direito à educação básica de qualidade, mas regida também por princípios

⁷ A escola leva o nome do proprietário da olaria, que doou o terreno para a construção da escola.

relacionados à pedagogia do MST e aos princípios e orientações da Educação Pública do Estado, buscando desenvolver a educação como um processo permanente de formação e transformação, centrado nas diferentes dimensões do ser humano, a partir de a realidade e a cultura da comunidade. Nesse sentido, procura considerar ideias de educadores como PAULO FREIRE (1996) de que a escola possa respeitar as trajetórias de vida e auxiliar na construção da autonomia dos sujeitos.

Essa escola é um centro de educação rural e é tida como uma grande parceira na para evitar que as crianças fossem para a cidade, desvinculando as mesmas de sua realidade, embora o espaço da infraestrutura seja pequeno, de forma a não sair do assentamento. No entanto, o baixo nível de educação dos jovens rurais, bem como a baixa diversidade e fraca força das economias locais, é um obstáculo para o envolvimento em atividades não agrícolas. Essa é a situação aqui, cujos dados mostram que a educação tende a se apresentar como um problema para a agricultura, principalmente entre os jovens filhos de agricultores familiares que combinam atividades agrícolas e não agrícolas. Tal como demonstrado por NIEDERLE (2007) e PERONDI (2007), menos educação não justifica necessariamente o enfraquecimento da agricultura, mesmo que a escolaridade seja cada vez mais uma condição importante para que os jovens rurais possam conquistar o seu próprio espaço. Isso pode ser feito por migração ou permanecendo na própria unidade de produção, combinando atividades, pois quanto maior o nível médio de escolaridade dos agricultores familiares, maior a possibilidade de realização de outra atividade, além da agricultura.

O projeto político pedagógico está baseado na pedagogia do MST, entendendo que a educação deve ser utilizada para a transformação social. Nessa perspectiva, segundo o Plano Político Pedagógico da Escola (1990), deveria ser aberto para o novo; para trabalho e cooperação; aberto ao mundo; focado nas diferentes dimensões da pessoa humana; e o processo de formação/transformação humana deveria ser permanente. Todos esses princípios filosóficos estão carregados de uma visão de mundo, geralmente são concepções próximas da pessoa humana, da sociedade e de tudo o que se espera na educação.

Preocupados com a perda de apoio e assistência técnica, alguns assentados mencionaram dificuldades de acesso à EMATER/RS. Os assentamentos novos são os mais prejudicados, visto que precisam de maior auxílio técnico, caso do assentamento de Santa Rita de Cássia II. O Assentamento Santa Rita de Cássia II tem mais dificuldades no que diz respeito ao acesso à internet, relatado pela maioria

dos assentados. Apesar disso, existem iniciativas importantes por meio de ações que buscam promover a troca de conhecimentos e aumentar a renda dos agricultores familiares. Esta discussão foi trazida pelas lideranças do MST ao assentamento com a implantação da produção agroecológica nos assentamentos de reforma agrária, com a participação dos escola na comunidade, por fim, com a criação do programa “Horta em Casa” durante as férias escolares. Com o suporte dado nas aulas de Práticas Agrícolas, as crianças eram estimuladas a criar suas próprias hortas em casa. Alguns moradores do assentamento, com mais práticas agrárias e maior acesso às sementes, auxiliavam os moradores da Olaria nesta ação, promovendo não só a troca entre as comunidades, mas também a alimentação saudável, o manejo e cuidado com a terra e o meio ambiente. Tudo ocorreu com a supervisão da Diretora Márcia e o Agrônomo Leonardo⁸, tendo seus resultados analisados em aula de forma a contemplar as diferentes áreas do conhecimento.

Figura 9: Escola Primária Municipal Álvaro Almeida-Assentamento Santa Rita de Cássia II



Fonte: foto do autor (2021).

⁸ Oficineiro do Programa Mais Educação na escola, e companheiro do Curso de Educação do Campo -Ciências Agrárias.

5.4 Igreja

É possível que os sem-terra podem ser obrigados a percorrer longas distâncias antes de se estabelecerem em um determinado local, muitas vezes longe de seu local de origem. Nessa perspectiva, o processo de territorialização nos assentamentos rurais se dá, muitas vezes, por meio do enfoque em suas dinâmicas religiosas. Os assentados/as observam que ao se instalarem nesse novo local, as famílias, ao se responsabilizarem pelo problema da agricultura familiar, buscam promover os ajustes necessários para materializar novas relações sociais e criar as condições para a constituição de uma família a partir das experiências vivenciadas trazidos de seus lugares de origem.

O assentamento Santa Rita de Cássia II mantém forte vínculo com a Igreja Católica, mas no assentamento não há Igreja católica. A única igreja que existe é a o templo da Assembleia de Deus, conforme mostrado na Figura 10. E, de fato, esta situação pode produzir situações de crise, contestação e conflito, em particular pela diversidade social e religiosa que se concentra no local de assentamento que muitas vezes já fazem parte da história de vida dessas famílias. Há que se compreender que a religião por sua vez, também, é um elemento de fortalecimento dos laços sociais.

Figura 10: Assembleia de Deus, no assentamento de Santa Rita de Cássia II/Nova Santa Rita /RS.



Fonte: foto do autor (2021)

5.5 Área de Preservação Ambiental com barragens

No Brasil, as barragens em rios têm sido utilizadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população com abastecimento de água, irrigação e produção de energia. Nas últimas décadas, de acordo com Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), as barragens têm sido utilizadas para armazenar água e resíduos, regular o fluxo, para mineração, irrigação, abastecimento humano, fins industriais e mitigação de eventos extremos, tais como secas e inundações (ANA, 2017).

O Brasil é um país continental com uma vasta rede fluvial e tem várias barragens para uma variedade de usos, apoiando o desenvolvimento socioeconômico do país. Esta diversidade de dimensões e finalidades das barragens gera obstáculos técnicos nos processos de manutenção destas estruturas, o que dificulta o cumprimento das normas nacionais e internacionais que determinam os níveis de segurança das barragens (DUARTE, 2008).

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Equipe de Engenharia da IRGA-DOAT/DATER (2014), existe uma realidade difícil em termos de infraestruturas de drenagem e de irrigação nos projetos de Assentamentos implementados nas zonas baixas, áreas de várzeas, que respondem às condições edafoclimáticas para a produção de arroz.

Atendendo ao Grupo Gestor do Arroz Orgânico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA - SEAPA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), está a estudar a situação dos sistemas de irrigação nestes assentamentos, propondo planos de recuperação dos mesmos. Essa parceria será fundamental no avanço da produção do arroz orgânico/ecológico de arroz nos assentamentos de reforma agrária.

No tocante aos recursos hídricos indispensáveis para a cultura do arroz, a rede de drenagem da PA SRC II depende das quatro barragens. Isto porque, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/RS (INCRA), o assentamento Santa Rita de Cássia II possui cinco reservatórios de uso coletivo, quatro dos quais beneficiam diretamente 62 das 102 famílias ali instaladas. Esses reservatórios são de grande importância, para os agricultores familiares ali assentados

pois complementam a irrigação para a horticultura e a alimentação das barragens para a piscicultura em períodos de déficit hídrico. As matrizes produtivas acima mencionadas constituem não só a autossuficiência, mas também um instrumento de inclusão nas políticas públicas tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como resultado, são implementadas barragens em vias navegáveis exigindo ações relativas aos recursos hídricos e à gestão ambiental.

No entanto, a construção de barragens tem várias vantagens e normas são necessárias para garantir a máxima segurança. Considerando as 04 barragens, estas foram inspecionadas pelo Órgão de Inspeção - DRHS, o que resultou numa decisão judicial que obriga o INCRA a adoptar as medidas necessárias para garantir as condições mínimas de segurança destas quatro barragens localizadas no assentamento Santa Rita de Cássia II, no que diz respeito à área estrutural e também ambiental, de acordo com a Ação Civil Pública nº: 5017755-08.2021.4.04.7100, informação no dossier administrativo SEI nº 01088.000184/2021-56.

Assim, na reunião com o Secretário de Agricultura do Município de Nova Santa Rita, de acordo com Certidão SR (11) RS-D1 (8897822), onde foram delineadas as ações para a recuperação das barragens, foi definido que o INCRA seria responsável pelas reparações das duas comportas.

Segundo o IRGA (2014), a maior barragem tem uma área de acumulação de 15 ha e armazena 461,361m³ na cota normal, permitindo a irrigação de 46,13ha, atravessada por uma estrada municipal movimentada. Um ponto relevante do seu reservatório é a água de um verde intenso que mostrar sinais de eutrofização e vegetação arbustiva e arbórea nos seus lados a montante e a jusante (figura 11) que formou uma área de preservação ambiental permanente (figura 12). O vertedouro está assoreado e densamente coberto por vegetação, os condutores de água sob a rua a jusante são subdimensionados, e a água de drenagem é conduzida através de terrenos das residências integrantes que fazem parte do assentamento a jusante. Há erosão na encosta a montante devido à falta de proteção.

Figura 11: Barragem de cima: Visão de montante para jusante, com vegetação arbórea no maciço sobre o qual há uma estrada municipal



Fonte: foto do autor (2021)

Figura 12: Área de preservação ambiental permanente dentro do recinto da barragem



Fonte: foto do autor (2021)

5.5.1 Percepção em relação à Área de Preservação Ambiental (APA)

Todos os agricultores familiares entrevistados declararam estar conscientes da existência desta Área de Preservação Ambiental Permanente como parte da organização espacial deste assentamento; eles têm também uma certa sensibilidade para com o ambiente e consideram esta área de preservação ambiental permanente como uma riqueza patrimonial sensível ao ambiente deste assentamento e têm a impressão de que o local onde vivem é uma escolha única.

Os argumentos que avaliam positivamente esta área de preservação para eles é desde preservar os animais que vivem ali (aves, peixes, cervos, “bichinhos”) até manter a água que é fundamental para a sua produção agroecológica. Para alguns deles, a existência desta área propicia um ar mais limpo e um clima mais fresco. Também colocam argumentos relacionados com a saúde, com a proteção da natureza, ou seja, a não destruição dos recursos procurando produzir de forma racional do ponto de vista ambiental, político e econômico. A proteção desta área é vista como uma forma de demonstrar à sociedade que os agricultores assentados não destroem os recursos, "como diz a burguesia", diz o assentado.

Esta área para eles lhes dá uma melhor qualidade de vida através de um ambiente livre de venenos, pois sua produção agrícola é sem venenos. Daí a importância de uma vigilância e fiscalização especial para esta área. Concordam que devem continuar a praticar uma agricultura livre de produtos químicos e venenosos. Isto inclui sua rejeição pela agricultura convencional em favor de outro tipo de agricultura, nomeadamente a agricultura biológica, em oposição à rejeição do uso de produtos químicos. Tal como a agricultura sustentável, a agricultura biológica visa a utilização do solo sem o esgotar e sem comprometer as gerações futuras.

6 VANTAGENS, DIFICULDADES E LIMITAÇÕES OBSERVADAS NO ASSENTAMENTO

Na sequência dos entrevistados, apesar das resistências, os agricultores familiares evocam as vantagens com a proximidade de grandes centros urbanos, tais como foi registrado nesta fala:

Graças à facilidade de transporte nas melhores condições de estrada, na safra as famílias assentadas estiveram presentes em mais de 42 pontos de feiras agroecológicas espalhadas pela região metropolitana de Porto Alegre; O acesso às escolas e universidades é mais fácil, principalmente para os filhos dos primeiros assentados; Proximidade de hospitais e outros centros de atendimento médico, pois existe apenas um centro médico (Estratégia Saúde da Família Marisa Lourenço da Silva) neste assentamento (entrevistado 3).

Atualmente, no caso da agricultura familiar, os efeitos da crise sanitária e as medidas preventivas necessárias dificultam a comercialização, uma vez que restaurantes populares, escolas públicas e feiras são parte importante do destino da produção familiar. Para além da redução do funcionamento desses estabelecimentos, existe também uma preocupação logística, uma vez que se verificou a interrupção de parte dos serviços de transporte público e privado, que ligam o meio rural à área urbana. De acordo com Valadares; Alves; Galicia; & Silva; Conexsus, as consequências da redução dos canais de comercialização e as dificuldades logísticas são muito prejudiciais para a agricultura familiar como um todo, isso leva a redução da renda dos agricultores familiares e ao acesso à alimentação adequada para a população em situação de vulnerabilidade social. Por fim, a médio prazo, existe a ameaça de contração da oferta, aumentando o risco de desabastecimento após a pandemia e, conseqüentemente, elevação dos preços de produtos alimentícios (VALADARES et al.; CONEXSUS, 2020).

Entre as desvantagens, uma que foi citada por boa parte dos agricultores familiares é a pressão urbana, que pode vir a ameaçar a existência dos assentamentos ao longo do tempo. Essa preocupação é especialmente considerável no assentamento Santa Rita de Cássia II. Esse assentamento foi criado no governo Lula e durante sua criação foram construídas casas para os assentados/as, que foram colocadas ao longo das estradas (figura 13). Hoje, os agricultores familiares estão preocupados com

algumas construções no fundo dos lotes. Este caso mostra as dificuldades futuras que serão enfrentadas por esta proximidade com o centro urbano.

Figura 13: Aspecto das casas construídas pelo governo Lula do assentamento Santa Rita de Cássia II



Fonte: Foto de autor, 2021

→ Os agricultores familiares realmente garantirão a sustentabilidade das terras agrícolas?

As terras agrícolas representam um recurso vital e não renovável, cuja vocação produtiva deve ser preservada para as gerações futuras. Nesse sentido, o aumento da população e das necessidades alimentares nas próximas décadas, sem esquecer o impacto das mudanças climáticas e as adversidades na produção agrícola, tornam os agricultores familiares extremamente vigilantes.

Na verdade, parece que poderíamos testemunhar rapidamente um desperdício sério e irreversível de terras agrícolas. Além disso, a proteção dos terrenos agrícolas na periferia do prédio é um baluarte contra a expansão urbana galopante e permite ao agricultor resistir. O assentamento Santa Rita de Cássia II encontra-se num ponto de inflexão no que diz respeito à proteção de suas terras agrícolas e à sua utilização. As pressões urbanas são cada vez mais fortes da proximidade com o centro urbano do Município de Nova Santa Rita/RS, pois a zona verde deste assentamento, como mostra a figura 14 a seguir, é cobiçada por diversos motivos tais como atividades econômicas diversas; ocupação do território por atores não interessados na

agricultura. Isso poderia levar à desintegração da zona verde resultante da fragmentação e da cessação das atividades agrícolas quando adquiridas por um não agricultor.

A área de produção agrícola é um recurso limitado, a sua gestão e proteção requerem grande rigor por parte dos vários níveis de governo. Além disso, a gestão otimizada da urbanização e, portanto, o controle da expansão urbana que corrói as terras agrícolas deve ser uma prioridade. A mensagem das Autoridades Planejadoras do Território de Santa Rita de Santa Rita de Cássia II à pressão da expansão urbana da Nova Santa Rita deve ser clara: a proteção do território de produção agroecológica é de importância estratégica para os agricultores familiares e requer gestão responsável da urbanização porque prevenir é melhor do que remediar. No curto prazo, se nada for feito para garantir a proteção da zona de produção agroecológica, considerando a proximidade do centro urbano e do agronegócio, a zona verde será convertida para outros usos que não a agricultura familiar.

Figura 14: Assentamento Santa Rita de Cássia II está localizado a 500 metros de distância da sede do município de Nova Santa Rita e a 21 km da Capital gaúcha (Porto Alegre). Casas no fundo das parcelas /PA SRC II



Fonte: Alex Garcia, 2019

Muitos assentados se mostraram descontentes com os rumos decorrentes das políticas do Assentamento Santa Rita de Cássia II, antes de 2017. As famílias

enfrentavam falta de água, infraestrutura, moradia, galpões e ferramentas de trabalho, além de problemas de saúde. O transporte foi outro problema, pois não havia acesso aos lotes, obrigando-os a abrir estradas. No entanto, a constante mobilização do MST mudou parte da realidade. Atualmente, todas as famílias têm acesso à eletricidade, água potável e à saúde, beneficiando-se de certa forma com a proximidade do centro urbano de Nova Santa Rita. A prefeitura construiu quatro poços artesianos que entraram em funcionamento em 2018. Antes, a água consumida vinha de poços cavados que, pelas suas características, apresentam risco de contaminação.

Dentre os assentamentos que existem neste município, o PA SRC II tem o pior acesso ao interior, em termos de estradas. A estrada está em más condições, o que dificulta os deslocamentos em dias de chuva para outros lugares. Se considerar que muitos agricultores familiares transportam seus produtos para venda em automóveis de passageiros, dá para ter uma ideia das dificuldades que encontram nos seus cotidianos.

Durante as entrevistas de campo, os moradores relataram outro aspecto do assentamento de Santa Rita de Cássia II, que foi a opção de alguns deles pelas atividades urbanas. De acordo com um morador desse assentamento:

“No assentamento Santa Rita de Cássia II, tem vizinhos que não plantam nada. Alguns trabalham no agronegócio, como pedreiros, eles apenas moram aqui. É por isso que existem tantos locais sem nada. Minha esposa e eu queremos plantar perto de nossa casa. Já estamos habituados a plantar hortas, mas chegamos a um ponto em que não temos forças para o fazer, o tempo passa com a nossa energia, a nossa força e as nossas ambições de trabalho” (entrevistado 4).

Observando, podemos deduzir nesta fase que, essa proximidade também é um desafio. Até o momento, nenhuma agrovila foi formada no assentamento Santa Rita de Cássia II. As casas construídas por Lula estão distribuídas ao longo de uma estrada que corta a vila e que por sua vez é pública. Outro aspecto mencionado por Rosa (2018, P.64), “foi a proximidade do assentamento ao centro de Nova Santa Rita, que, embora seja um município pequeno, tem experimentado um rápido crescimento”.

O acesso ao crédito foi uma questão destacada por todos os agricultores familiares entrevistados e a maioria observou que essas dificuldades aumentaram após as mudanças políticas que o Brasil vivenciou, com a formação de um Ministério da Agricultura mais focado. O acesso ao crédito também trouxe dificuldades para o

assentamento Santa Rita de Cássia II, no qual os agricultores familiares destacaram o quanto é difícil manterem os cultivos em seus lotes, particularmente as hortas e, atualmente ainda mais, em razão do sistema de pulverização de veneno por aviões nas propriedades vizinhas.

Porém, para manter a produção agrícola, segundo ROMANOS e MANSUR em seu relatório, eles enfatizaram que:

O crédito rural é um instrumento que proporciona aos produtores rurais a oportunidade de se desenvolverem economicamente e de aprimorarem suas técnicas de produção visando à sustentabilidade das atividades financiadas. Tem por objetivo estimular os investimentos e garantir o valor do custeio da produção e comercialização, favorecendo o setor e estimulando o desenvolvimento e a modernização de toda economia rural, seja ela para o pequeno, médio ou grande produtor (MANSUR e al., 2018, p.19).

Os agricultores familiares sinalizam um enfraquecimento das políticas municipais voltadas à produção, o que desestimula a continuidade de seu trabalho.

Segundo eles:

“Esse assentamento foi criado pelo Lula. Naquele momento veio muito incentivo, construímos esta casa, compramos as primeiras sementes. Depois os incentivos foram diminuindo e praticamente pararam. Desde a chegada do governo Bolsonaro, surgiram os mesmos problemas e estamos sem ajuda. É graças à ajuda da cooperativa que no nosso caso estamos plantando arroz” (entrevistado 5).

Conhecido como a capital da produção orgânica, Nova Santa Rita tem famílias de produtores agroecológicos que sofrem com a pulverização aérea de venenos aplicados nas fazendas vizinhas. Diante dessa situação, no dia 1º de dezembro de 2020, na sessão ordinária, a Câmara de Vereadores de Nova Santa Rita, abriu um espaço para a realização da Tribuna Popular, que teve como pauta a agricultura orgânica e familiar do município. Na ocasião, Irma Maria Ostroski, representante da associação 29 de outubro, em defesa dos produtores do assentamento Santa Rita de Cássia 2, explicou os danos sofridos pelas suas plantações por conta de uma pulverização realizada sobre a região, onde vivem cerca de vinte famílias (CMNSR, 2020). Em sua declaração, ele explicou:

“Nós viemos denunciar para a Câmara e a sociedade de Nova Santa Rita, que entre os dias 10 e 12 de novembro, fomos pulverizados com veneno! Agrotóxicos jogados de avião em propriedades onde são produzidos arroz, com os quais fazemos divisa e, não foi pouco” (entrevistado 6).

Para dar resposta à denúncia feita pelos produtores, a Câmara de Vereadores desta Município aprovou a LEI Nº 1.680/21., DE 30 DE JULHO DE 2021, define nos artigos 1º, 2º, 3º, 5º e 6º Fica instituída a política estratégica de proteção de territórios produtivos sensíveis e agroecológicos para mitigar o impacto de agrotóxicos no município de Nova Santa Rita/RS, dispõe o seguinte:

Art. 1º Fica vedada a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins, por meio de pulverização aérea dentro do perímetro urbano do Município de Nova Santa Rita - Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Fora do perímetro urbano do Município de Nova Santa Rita a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins, por meio de pulverização aérea deverão observar o seguinte: I - fica vedada a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins, por meio de pulverização aérea no interior dos territórios de produção de cultivos sensíveis e agroecológicos indicadas no Anexo 01 desta Lei; II - uma distância mínima de 500m (quinhentos metros) de povoações, escolas, unidades de saúde, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população e das divisas dos territórios de produção de cultivos sensíveis e agroecológicos indicadas no Anexo 01 desta Lei; III - uma distância mínima de 250m (duzentos e cinquenta metros) de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais;

Art. 3º A aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins por meio de pulverização aérea somente poderá ocorrer nas situações em que as condições metrológicas (vento, temperatura e umidade), estiverem favoráveis, com os seguintes critérios mínimos: a) ventos de no máximo 7 km/h; b) temperatura de no máximo 30º Celsius; c) umidade relativa do ar mínima de 50% (cinquenta por cento).

Art. 5º Todas as atividades aeroagrícolas realizadas no Município depende de comunicação prévia para a Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Santa Rita – RS.

Art. 6º As aeronaves aeroagrícolas que realizarem a pulverização aérea no Município de Nova Santa Rita devem: I - ser equipadas com tecnologia de embarcação como: DGPS, "lightbar", fluxômetro, válvula "by-pass", válvulas de segurança individuais; II - estar cadastradas no Sistema Nacional de Documentação da Aviação Agrícola - SISVAG; III - capacitar os operadores para a realização da pulverização nos limites de segurança e em condições meteorológicas adequadas para evitar deriva; IV - estar com a atividade aeroagrícola previamente licenciada junto ao órgão ambiental competente e atender a todos os requisitos desta Lei.

Art. 7º Em caso de descumprimento das disposições contidas nos artigos 1º, 2º, 3º, 5º e 6º desta lei, o infrator estará sujeito à multa de no mínimo 100 UFM (cem unidades fiscais do Município) e no máximo 10.000 UFM (dez mil unidades fiscais do Município).

7 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II, NOVA SANTA RITA/RS

A produção de arroz no assentamento Santa Rita de Cássia II divide-se, essencialmente, em duas formas de organização do trabalho e duas matrizes tecnológicas. Uma das formas de organização do trabalho advém do trabalho coletivo desenvolvido no assentamento. Essas famílias uniram seu lote e seu trabalho é feito de forma coletiva para a produção. A outra forma, refere-se ao trabalho familiar-individual dizendo respeito aos demais produtores. Destaca-se que esses agricultores familiares desenvolvem certo grau de cooperação simples, como troca de horas-máquina no preparo do solo, plantio e colheita, comercialização, junto ao grupo de manejo agroecológico do arroz composto por representantes de todas as aglomerações da região de Porto Alegre que estão envolvidas na produção de arroz orgânico, e também por meio da COOTAP (Cooperativa Regional) que centraliza a comercialização da safra de arroz orgânico.

No que diz respeito às duas matrizes tecnológicas do sistema de produção de arroz presentes no assentamento Santa Rita de Cássia II, uma delas baseia-se no uso racional dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente sem recurso a insumos de síntese química; utilizam no lote os pesticidas naturais que eles produzem, como biofertilizantes; usam práticas de controle de pragas, adubação orgânica (biomassa, bokashi, esterco) ou o uso de urina de vaca conforme mostrado na figura 15 a seguir, a fim de cumprir a lei no. 10.831, criada em 23 de dezembro de 2003, no art. 1º, que estipula:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Animais, como o gado, são utilizados pelos agricultores familiares de forma eficaz para reduzir a resteva de arroz e assim manter uma quantidade de resíduo

suficiente para a preservação e até mesmo o aumento da matéria orgânica do solo. Também permite o estabelecimento como espécie forrageira para pastagens. O animal funciona como um catalisador do sistema de produção, reciclando matéria orgânica por meio da ingestão de pastagens, liberando a maior parte dos nutrientes na forma de esterco e, principalmente, urina. Esse retorno de nutrientes ao solo leva a uma necessidade reduzida de fertilização (Carmona et.al., 2013).

Em alguns casos, os agricultores assentados entrevistados usam carvão e cinzas no controle de pragas. A experiência do arroz ecológico foi embasada no manejo ecológico, uma vez que não são utilizados nenhum tipo de produtos agroquímicos.

Figura 15: Biofertilizantes, adubação orgânica (biomassa, bokashi, esterco) produzidos pelos agricultores



Fonte: foto do autor (2021)

A partir dessas práticas, visualizamos o resgate dos saberes e fazeres adquiridos pelos assentados com o modo de produção camponês, que eram negados pelo paradigma do capitalismo no campo. Segundo MESQUITA; SANTOS; MENDONÇA, essas práticas não se limitam às técnicas de produção, mas fazem parte da cultura camponesa carregada por esses colonos. Embora reconheçamos a necessidade de ter um relacionamento mais próximo com instituições, como a Universidade, para uma transição coerente das práticas agroecológicas (MESQUITA e al.,2015).

A outra matriz tecnológica é baseada no manejo convencional, recorrendo ao uso de herbicidas, fertilizantes químicos, fungicidas e inseticidas, aumentando as externalidades econômicas que envolvem essas famílias. Deste modo, a agroecologia

entrou em cena na década de 1960 com a constatação de que “ela não pode continuar a produzir alimentos suficientes para a população mundial no longo prazo porque deteriora as condições que a tornam possível” (GLIESSMAN, 2001, p. 33).

Ressalta-se, entretanto, que o arroz convencional ainda é plantado no assentamento de Santa Rita de Cássia II e está localizado em frente à roça de arroz orgânico/ecológico. A diferença entre essas culturas na paisagem é visível, embora estejam separadas por uma estrada para o transporte. Na produção de arroz orgânico existe até mesmo uma vegetação natural que cresce ao longo dos diques durante o preparo do solo como mostra a figura 16 a seguir. Nenhum tipo de herbicida é utilizado para a secagem o que pode ser observado, ao contrário do que ocorre no plantio convencional que é marcado pela presença de aplicação de herbicida. Por isso os fazendeiros usavam a roçadeira.

Figura 16: Imagem da vegetação ao longo dos diques durante o preparo do solo do arroz orgânico



Fonte: foto do autor (2021)

Atualmente, o cultivo convencional de arroz está perdendo espaço e gerando conflitos com os produtores de arroz orgânico. Entre os produtores convencionais, há forte resistência às mudanças implementadas pelos assentados cooperados que buscam produzir sem agredir o meio ambiente e a si próprios. Diante das muitas dificuldades encontradas na produção de arroz orgânico, durante as entrevistas, os

agricultores familiares esclareceram que o objetivo do grupo não é extinguir os tradicionais arrozais do assentamento, mas:

1) por um lado, acabar com o sistema de pulverização aérea de veneno; 2) por outro lado, reduzir a gravidade dos impactos que ocorreram no meio ambiente local quando o cultivo de arroz irrigado e de hortas e outros. Segundo eles, “um tipo de cultura não pode interferir inadequadamente nos assuntos dos outros, na vida e na nossa produção como agricultores familiares e na sociedade em geral” (entrevistado 7).

Para muitos deles, o que mais os assustava eram as doenças que podiam ser provocadas na população pelo uso de agrotóxicos, contaminando as águas e os solos, principalmente em áreas de várzeas. Nesse Assentamento, o modelo de produção de alimentos praticado pelas famílias, seja comercializado ou para autoconsumo, é compatível com o modelo de produção agroecológico. Assim, a agroecologia simboliza para os agricultores familiares não apenas o fortalecimento socioeconômico, mas também uma instrumentalização política contra o capital para enfrentar qualquer forma de luta, estimular a produção sem veneno em escala e preservar os recursos naturais. Martins também afirmou em sua tese que:

[...]A experiência do arroz ecológico se edifica como um conglomerado de cooperação, orientado por aspectos políticos, ideológicos e organizativos, que marcam a condução das ações econômicas. É a dimensão política orientando a esfera econômica. Os diversos grupos e cooperativas seguem a orientação de um programa político e estão sob a direção de uma organização política e isto faz muita diferença no transcorrer dos processos cotidianos (MARTINS,2017, p.208).

7.1 Custo da água para irrigação e renda da terra no PA SRC II

A linha de produção mais relevante no assentamento de Santa Rita de Cássia II é o arroz, aproveitando as condições físicas, geográficas e ambientais locais, amplamente favoráveis a esta cultura. Nos assentamentos de reforma agrária, a produção de arroz ecológico no campo tecnológico, contribui para a mudança da matriz produtiva da convencional para a outra, de base agroecológica, o que reduz o efeito poluente e degradante da agricultura convencional (GUTIÉRREZ, 2012). Porém, a percepção dos benefícios da não utilização de agrotóxicos é a mais frequente e clara, tanto entre os técnicos quanto entre os agricultores familiares.

No assentamento Santa Rita de Cássia II, no que tange a produtividade, o arroz orgânico teve um rendimento médio de 85 sacas por hectare nos últimos anos. Presumivelmente, uma produção não muito vantajosa em relação à produtividade do arroz convencional (que utiliza o pacote tecnológico), que ultrapassa em média as 180 sacas por hectare no PA SRC II. No entanto, a produção convencional tem custos duas vezes maiores que a orgânica. Assim, para os agricultores familiares, o rendimento econômico da produção orgânica é mais interessante e importante.

As pessoas cometem erros com o arroz convencional porque colhem muito, mas têm que entregar a maior parte da produção para pagar os custos dos venenos, dos fertilizantes. A gente orgânica colhe um pouco menos, mas gasta muito menos na agricultura, então ganhamos mais, porque sobram mais sacas de arroz para a família. Não esqueçamos o ganho para a nossa saúde, o benefício para a natureza, que não tem preço porque, ao produzirmos organicamente, protegemos o ambiente (entrevistado 8).

Levando em consideração os fatores que compensam a queda de produtividade, o diferencial é o preço dos produtos orgânicos. No entanto, a diferença de preço em relação ao arroz convencional produzido com agrotóxicos não tem se mantido significativa, o que dificulta a atração de agricultores familiares que ainda não são produtores para esta cadeia. A luta pela produção continua mesmo no preço, apesar do baixo custo dos insumos; a produção de arroz orgânico é intensiva em mão de obra, como explica um dos agricultores familiares desses dois tipos de produção no assentamento Santa Rita de Cássia II.

No que diz respeito à produção convencional, o agricultor familiar tem a tarefa de semear, espalhar o veneno e colher, então pode se dedicar a outras atividades produtivas e outras, pode até trabalhar fora do assentamento. Para a produção orgânica, você tem que estar na fazenda todos os dias consecutivos, pois sempre há trabalho a ser feito, e tem que observar para fazer o manejo correto da água. É um cuidado durante todo o período de produção (entrevistado 9).

Portanto, implica uma grande necessidade de se ter um bom preço para o produto ecológico como forma de compensar economicamente o trabalho cotidiano do/a agricultor/a familiar por essa dedicação.

No depoimento dos agricultores familiares, também é necessário ter uma linha de crédito para a produção agroecológica, com condições mais vantajosas que a convencional, o que permitiria ao produtor ter recursos tanto para financiamento

quanto para produção. Isso porque o estabelecimento de uma agricultura ecológica implica numa série de transformações, em particular nas relações sociais de produção, ou seja, requer uma participação ativa do agricultor. Esta produção contribui com o combate aos impactos provocados pelas mudanças climáticas, aos problemas dos processos produtivos e com o desenvolvimento sustentável.

Um aspecto importante que pode ser lembrado é que em ciência e tecnologia há muito pouco investimento na produção agroecológica. Os agricultores e os técnicos aprendem fazendo, é como funciona em um assentamento. No entanto, isso nem sempre é aplicável em outros da mesma forma, uma vez que, é um processo de transição agroecológica e que inicialmente implica em menores rendimentos financeiros.

Nesse sentido, a política agrícola diferenciada desempenha um papel importante na motivação dos agricultores familiares, em particular nesta fase de transição da produção convencional para a agroecologia, cujo período de tempo é muito variável, pois depende de um conjunto de fatores como condições de relevo, de solo, de água, bem como do envolvimento das famílias e da equipe técnica disponível em cada lugar.

Grande parte da irrigação existente no assentamento Santa Rita de Cássia II é destinada à produção de culturas de alto valor agregado - por exemplo, a produção de arroz e hortaliças com uso de tecnologia maior, com controle no uso da água. A questão da água é um dos elementos fundamentais para entender esse processo pois ela fundamental para a produção de arroz, além do preparo da terra e de muito sol. As condições naturais do meio ambiente e do solo, que geram renda diferencial I, também permeiam a qualidade e a quantidade de água disponível para a produção. Para uma melhor compreensão do uso dos recursos hídricos, é importante analisar os modos de irrigação de produção do arroz, ou seja, os modos de uso da água. Por falar em renda, ela é gerada por duas causas diferenciais, segundo Oliveira (1985, p. 94) “a diferença da fertilidade natural dos solos e a localização das terras”. Esta forma de renda, portanto, independe do capital aplicado na produção específica.

O assentamento Santa Rita de Cássia II, como apontado, é muito bem localizado em relação à fertilidade natural, o que determina que o território seja uma arena de conflito por renda, das forças produtivas locais. O custo da água de irrigação é incorporado ao seu custo de produção é apenas uma parte dos custos reais suportados pela sociedade como um todo. A fim de avaliar de forma mais completa o

custo total de irrigação, Kelman & Ramos (2009, p.32) consideram dois itens relativos aos custos da água.

1.Custo de capital: representa o valor dos investimentos em infraestrutura hídrica, necessários para levar a água até a área irrigada (construção de canais, barragens, instalação de bombas, etc.). 2. Custo de O & M: representa os recursos despendidos para operação e manutenção da infraestrutura (energia elétrica, pessoal, reparação de equipamentos, entre outros).

No assentamento Santa Rita de Cássia II, na produção de arroz orgânico, a irrigação teve um custo de investimento, para assim fornecer água ao lote, onde se localiza a produção. Nesse assentamento, o custo da irrigação está vinculado ao transporte da água fluvial até o ponto de irrigação que é o ponto de chegada de cada lote, e o custo da eletricidade que corresponde ao tempo de funcionamento da bomba. Os procedimentos tecnológicos de irrigação reduzem os custos de energia, o que reduz, automaticamente, os custos de produção. No assentamento, o gasto com água foi somado ao valor da produção, pois o processo de irrigação não está sendo financiado pelo Estado, mas pela Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre-COOTAP. Esta cooperativa se beneficia de uma saca de arroz por hectare para irrigação e transfere o ônus deste investimento agrícola para os próprios assentados produtores. Nesta tabela 4 a seguir, os dados apresentados referem-se à produção de arroz orgânico e arroz convencional no assentamento Santa Rita de Cássia II no âmbito da rentabilidade.

Tabela 4: Assentamento Santa Rita de Cássia II – Produção de arroz orgânico e convencional

	Arroz orgânico	Arroz convencional
Custo total preparação (há)	R\$ 2.700,00	R\$4.700,00
Custo da água para irrigação(há)	R\$ 350,00	R\$ 600,00
Produção média de arroz por (há)	85 Sacas	180 Sacas

Fonte: Trabalho de campo, 2021

O quadro 2 apresenta um resumo das diferenças entre os sistemas de produção de alimentos convencional e orgânico levando em consideração o trabalho de campo realizado.

Quadro 2: Diferença da produção de arroz orgânico e convencional

Características	Sistema de Produção	
	Orgânico	Convencional
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparo do solo 	<ul style="list-style-type: none"> • Considerado um organismo vivo, o solo deve ser revolvido o menos possível para evitar sua degradação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Violentamente, a vida do solo é constantemente perturbada
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adubação 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de adubações orgânicas com baixa solubilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de adubos químicos altamente solúveis: uréia, NPK, entre outros
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controle de pragas e doenças 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle com medidas preventivas e produtos naturais por exemplo: uso de carvão vegetal e cinza 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de produtos químicos como: fungicidas, inseticidas, bactericidas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controle do mato 	<ul style="list-style-type: none"> • Os matos fazem parte do sistema: podem atuar como cobertura do solo e abrigo para insetos. O controle é preventivo: manual ou mecânico na maioria dos casos com uma roçadeira 	<ul style="list-style-type: none"> • O mato é considerado uma planta daninha é eliminada com o uso de herbicidas e também com controle mecânico ou manual
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teor de nitrato na planta 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Médio
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos no meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura sustentável, proteção ambiental, com preservação de solos e de mananciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição das águas e degradação do solo

Fonte: Trabalho de campo, 2021

7.2 Comercialização da produção orgânica do PA SRC II

No exercício das atividades de campo e das entrevistas, pode-se notar certas pressões sofridas pelos agricultores familiares por se encontrarem no limite da proximidade dos centros urbanos. É uma zona reconhecida como de produção agroecológica, na qual se encontra o assentamento Santa Rita de Cássia II com seu centro urbano muito próximo.

Essa proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre, principalmente para as produções altamente perecíveis como hortaliças, frutas e pães, é muito benéfica. Para a produção de arroz a perspectiva é diferente, já que este produto pode ser facilmente produzido em áreas remotas, como por exemplo o caso da COOTAP. Segundo um agricultor familiar do assentamento Santa Rita de Cássia II:

Os diversos produtos orgânicos são a base das feiras relacionadas e são vendidas principalmente em feiras da capital. Tenho clientes em Viamão, Antônio Prado, Farroupilha, Morrinhos do Sul, além do Lami e da banca que possuo na Feira da Redenção em Porto Alegre, mais principalmente aos sábados onde comercializo, mudas de legumes, chás e flores, que das comestíveis morreram quase todos os pés. Também em cestas orgânicas em Porto Alegre, como parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (entrevistado 10)

Esta breve análise do campo da produção orgânica, como arroz e hortas, apresentado nesta pesquisa, partiu dos elementos envolvidos desde a produção até as formas de interação entre o agricultor familiar e a comercialização. Nesse aspecto, a aproximação da CONAB com o mercado público tem se mostrado um instrumento muito importante para viabilizar a comercialização dos produtos que antes percorriam longos canais tradicionais de comercialização. Esse ponto incentivou outras famílias de agricultores a entrarem no processo produtivo orgânico, pois a produção orgânica é adquirida com um pagamento de até 30% acima do arroz convencional. Essa garantia institucional oferece uma garantia ao agricultor familiar assentado no sentido de consolidar sua opção produtiva. Muitas discussões são realizadas sobre alternativas de estratégias de ação para ampliar os horizontes do marketing, porém, destacam a falta de informação, de conhecimento e de noções sobre o comportamento do mercado por parte do grupo biológico do arroz.

Há pois uma necessidade de avançar no tempo e no espaço que se reflete, obviamente, no avanço da conquista do reconhecimento do produto local pelo

consumidor. Progressivamente, o objetivo é facilitar a comercialização da produção orgânica, mas com estratégias diferentes do modelo tradicional. Os agricultores familiares entrevistados notaram a importância dos profissionais especialistas da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova-COOPAN no campo, quando a cooperativa decidiu contratar um profissional de marketing para investir e divulgar a marca, o rótulo e enfatizar a qualidade do produto junto aos consumidores. Ao mesmo tempo, segundo Dambrós (2018), os agricultores dos assentamentos de Nova Santa Rita têm feito mais avanços com o arroz cateto, por ser a preferência dos consumidores de produtos orgânicos da capital (Porto Alegre) e também por atingir os mercados de Brasília, Curitiba e São Paulo. Por isso, a tendência é consolidar a marca da produção orgânica camponesa, distanciando-se da competição por economias de escala.

É importante despertar a ideia do trabalho em diferentes campos para inserir uma atividade produtiva dinâmica, tanto no domínio do curto-circuito do mercado privado (feiras de produtores, exposições, na cooperativa local, loja de reforma agrária, etc.), do campo do mercado público (escolas, prefeituras via PAA, PNAE) quanto do mercado privado de longo circuito (grandes redes de supermercados).

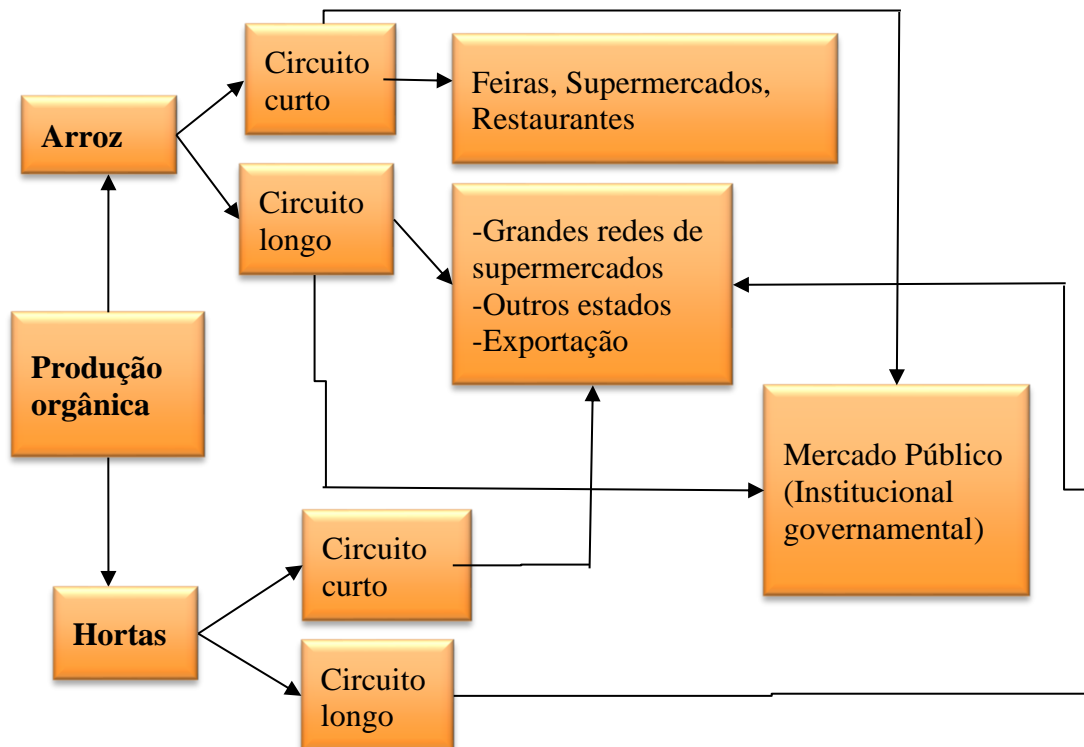
O mercado privado serve de guia para a oferta do produto orgânico pelos agricultores familiares. Os constrangimentos financeiros, estruturais e humanos continuam a ser obstáculos à construção de mercados próximos e sólidos, para não falar da identidade territorial. No momento, a inserção do produto no curto-circuito é pautada mais pelo interesse do consumidor e novamente pela força das cooperativas instaladas no município e na região metropolitana de Porto Alegre, complementada pela liderança da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul – COCEARGS. “Isso é bom mais por força externa do que por força interna” (entrevistado 11).

A figura 17, a seguir, mostra que a realização da produção é direcionada diretamente para o mercado público, mas busca-se via mercado privado com duas outras possibilidades, que é o curto-circuito e o longo-circuito. Segundo SILVA e al (2017), o enfoque dos curtos-circuitos na comercialização dos produtos orgânicos implica relações de maior conexão entre os agricultores familiares. Pierri e Valente (2015), consideram os curtos-circuitos de comercialização muito importantes para a economia local, pela geração de trabalho e de renda e a oferta da produção orgânica. Segundo Schneider e Ferrari (2015), o curto-circuito se apresenta como uma opção

com uma dimensão espacial diferente, reduzindo as distâncias que os alimentos percorrem entre a produção e o consumo. Os curtos-circuitos, mais difíceis de consolidar, apesar da vulnerabilidade, são considerados pelos agricultores assentados entrevistados como ideologicamente interessantes (inovação, autonomia, agregação de valor), mas existem incertezas e dificuldades inerentes de sua característica dinâmica (insegurança, dificuldade de previsão da demanda, esforço constante na busca de potenciais consumidores), e, de fato, representam uma alternativa para o surgimento da agricultura familiar na comercialização.

O circuito longo, levando em consideração um conjunto de cuidados já mencionados, permite que o produto seja inserido com requisitos mínimos, simulando todo um conjunto de sistema de integração. É confortável para as lideranças da cooperativa, pois já é possível estimar a demanda pelo produto, graças à formalização de contratos com grandes redes. E com a existência de ambos (circuito curto e longo) não dando resultados significativos, existem mercados públicos disponíveis em outros municípios.

Figura 17: Esquema representativo da inserção da produção de arroz orgânico no mercado, produzido no assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita, RS



Fonte: Pesquisa de campo do autor, 2021

7.3 Conflitos gerados pela expansão da cadeia produção ecológica

A expansão da cadeia de produções orgânicas, mais especificamente arroz e hortaliças nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), há algum tempo, não é feita de forma harmoniosa. Ao contrário, gera uma série de conflitos em relação à produção convencional. Todavia, esses agricultores familiares já participaram de lutas e manifestações de resistência por autonomia, respeito e direitos, até porque operam com desvantagens estruturais e sujeitas à coerção. Tais formas de luta cotidiana podem ser a única opção disponível para resistir a um tipo de estrutura social que não atende às suas necessidades.

O ponto de partida da análise territorial que desenvolvemos, consiste em identificar as transformações nas formas de produção de arroz produzidas pela cadeia. A análise do território, a partir desta abordagem, considera que as formas de produção estruturam e são estruturadas pelo território em que estão instaladas, fazendo a gravitação da dinâmica econômica, social e política em torno das formas das atividades realizadas (MEDEIROS e SOSA, 2009).

Esse viés analítico também possibilita compreender os conflitos e as estratégias territoriais dos diferentes atores, uma vez que as formas de produção produzem uma “expressão territorial de interesse econômico” (HEIDRICH, 2000). Na maioria dos casos, as formas cotidianas de resistência camponesas não produzem manchetes de jornais, de forma que uma fração do território dedicada a uma determinada forma de produção se opõe a formas distintas ou a inovações que resultam em formas que não lhe são interdependentes.

De acordo com HEIDRICH, isso corresponde a três fatores.

[...]1) a elite dirigente tende a organizar-se em defesa do desenvolvimento da atividade principal e, ao agregar o interesse das demais classes, amplia-o como um argumento de defesa vinculado ao território; 2) a ação do Estado no atendimento das necessidades de um determinado setor produz efeito direto sobre aquele território; 3) a população abarcada tende a ver a reivindicação como condição necessária para si, à medida que a mesma representaria uma melhoria para o ‘seu’ território (HEIDRICH, 2000,p.99).

Esse conflito, entre agronegócio e camponeses, disputa os meios de produzir no espaço. No entanto, segundo Almeida, o processo de luta pela terra fez do

confronto com o capital uma luta permanente pelos meios de produção, ou seja, o território disputado não foi apenas na luta por um pedaço de terra, mas também na luta por um projeto de desenvolvimento (ALMEIDA,2011). Aliás, para os agricultores familiares, a produção de arroz orgânico requer uma série de mudanças na forma de produção do arroz convencional, o que gera conflitos dentro do assentamento. Esses conflitos existem até em outros assentamentos ou mesmo no estado do Rio Grande do Sul, que é o maior produtor de arroz do Brasil. A criação de assentamentos em uma determinada região está ligada a conflitos territoriais e a desapropriações de terras para fins de estruturar a reforma agrária, conforme aponta SANTOS (2010. p. 27).

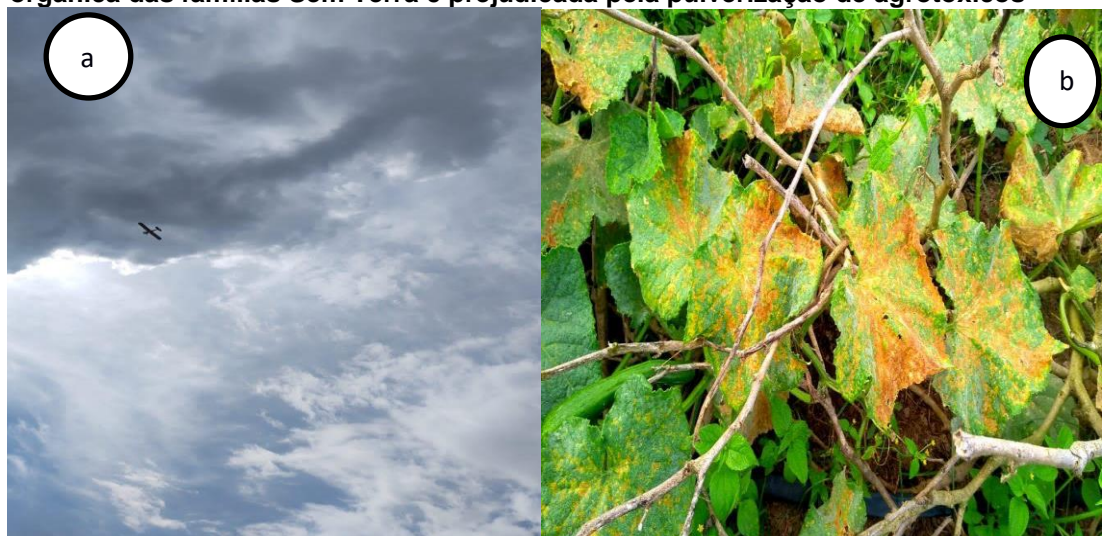
A implantação de grandes projetos criou um novo modelo de relação social no campo baseado na contratação de camponeses para trabalhos assalariados em contraposição ao modelo vigente baseado na agricultura familiar. O resultado mais visível desse processo foi a intensa derrubada da floresta e a concentração fundiária e de renda que vieram junto com muita violência contra os trabalhadores rurais, além de conflitos resultantes da expropriação de centenas de povoados.

As transformações socioeconômicas do espaço rural dessa região metropolitana adquirem proporção e intensidade tanto maiores quanto os estabelecimentos inovam por meio da produção ecológica do produto. A mudança na forma de produção vai de encontro aos interesses dos diversos atores que se beneficiam da dependência dos agricultores de pacotes tecnológicos e de redes convencionais de armazenamento e comercialização. Em assentamentos como Santa Rita de Cássia II, onde a maioria das famílias produz produtos orgânicos, o conflito em termos de produção costuma ocorrer com vizinhos de produtos convencionais.

Para obter a certificação de lavouras como culturas orgânicas, famílias assentadas, além de não usarem venenos, também não podem ter suas áreas de plantio afetadas por pulverizações. Como de costume, ocorre a pulverização de agrotóxicos com aviões nas lavouras de arroz vizinhas, atingindo as produções ecológicas do Rio Grande do Sul. Este foi o caso do assentamento Santa Rita de Cássia II em novembro de 2020 que sofreu perdas em suas lavouras devido à deriva de agrotóxicos figura 18 que intensificaram os conflitos entre os produtores orgânicos de um lado e os representantes da produção convencional do outro (grandes proprietários, donos de armazéns, sem esquecer os empresários da área de aviação

agrícola e empresas de venda de agrotóxicos). Esse conflito em alguns municípios resultou na delimitação de áreas de irrigação por funcionários públicos, como prefeituras e Ministério Público. Para a cadeia orgânica, limitar essa prática de pulverização de agrotóxicos é essencial e, mesmo no contexto da cultura do arroz, orgânico e convencional são separados por uma estrada para evitar qualquer contato, já que a certificação é uma das condições necessárias para um melhor acesso ao mercado institucional.

Figura 18: a) um avião pulverizando a produção orgânica dos agricultores e, b) a produção orgânica das famílias Sem Terra é prejudicada pela pulverização de agrotóxicos



a) Fonte: Arnaldo Soares Borges; b) Fonte: MST no RS.

8 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DESENVOLVIDAS POR AGRICULTORES FAMILIARES

8.1 A Produção de arroz ecológico como ação de resistência desenvolvida pelos agricultores em relação à pressão da expansão urbana

Considerado como um grande espaço em transformação, a agricultura é uma força econômica no processo de desenvolvimento dos países. Mas ainda permanecem grandes dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, e é nessas condições que os agricultores familiares assentados no assentamento Santa Rita de Cássia II estão sob pressão urbana dada a proximidade com o centro urbano do município. Ou ainda, pelas propriedades que não têm como objetivo principal a produção agrícola, mas que são utilizadas como moradias pelas famílias que trabalham nas cidades. Esse processo não ocorre apenas na área de estudo, mas é uma realidade presente em vários outros assentamentos de produção, conforme afirmado CUNHA (2009, p.84).

Esses fatos levam à resignificação desse espaço que passou a ter outros usos e ocupações de acordo com as funcionalidades da nova realidade. A área rural, passa pelo processo inverso no âmbito populacional, ou seja, se torna mais rarefeita. E ainda, mas não menos importante, todas aquelas extensões que produziam alimentos, hoje servem, em sua grande maioria, como mercadoria nas mãos dos especuladores imobiliários, e como áreas de lazer que não produzem nada mais além do prazer para seus novos proprietários, que cercam suas terras, com suas águas, suas cachoeiras, seus rios, restringindo cada vez mais o espaço público e as possibilidades de lazer da população local.

Os agricultores assentados ao desenvolverem suas atividades agrícolas para atender às suas necessidades, permanecem no campo. Ao mesmo tempo, é em seus lotes que produzem o arroz ecológico considerado como uma das atividades agrícolas mais importantes no desenvolvimento do assentamento e na resistência ao enfrentamento à expansão urbana de Nova Santa Rita/RS. Embora esses agricultores sejam mantidas a produção de arroz orgânico para o autoconsumo, a comercialização do mesmo proporcionou renda suficiente para sustentar o grupo familiar e manter a unidade de produção, para permanecer no campo, e assim evitar o êxodo rural.

O Brasil nos últimos 40 anos passou de importador de alimentos a grande fornecedor global. Aumentos significativos na produção e na produtividade agrícola foram alcançados. Nas décadas de 1950 e 1960, com o processo de desenvolvimento agrícola, o Brasil adotou o modelo de modernização da agricultura, denominado “Revolução Verde”, que trouxe para o campo a ciência e a tecnologia da produção, tendo como elementos básicos, sementes melhoradas, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e máquinas que multiplicaram o rendimento do trabalho. Sendo este um fator fundamental na produção atual em larga escala, capaz de atender parte da demanda mundial de consumo de alimentos ao mesmo tempo em que aumenta a superfície agrícola. Com o objetivo de aumentar a extração do campo, a indústria forneceu os insumos químicos, máquinas e capacitação de técnicos necessários para a consolidação da modernização da agricultura, para assim realizar o processo de industrialização da produção primária da agricultura em prol do novo modelo de desenvolvimento proposto.

O setor agrícola se modernizou, aumentando sua produtividade, mas não havia resolvido seu principal problema, que era vender seus produtos em forma de matéria-prima para os demais países. Com isso acontece a disseminação da indústria para o campo, para dinamizar o meio rural e desenvolvê-lo. São criados os grandes Complexos Agroindustriais-CAIs, os quais na sua maioria fazem contratos com os agricultores para realizarem o processo de integração, onde o agricultor produz matéria prima e a indústria realiza o processo de industrialização dos produtos. (SANTOS, 2007, p. 32).

Os investimentos realizados nesse período resultaram em um setor agrícola extremamente desenvolvido, com isso, os benefícios obtidos atingiram apenas um pequeno grupo de grandes produtores rurais e isso levou à concentração de terras, conflitos agrários e desigualdades sociais. Com essa produção em larga escala, havia a necessidade de padronização da produção pela indústria. Conseqüentemente, a qualidade nutricional desses alimentos foi muito perdida, deixando os alimentos homogêneos. No entanto, existe uma demanda, principalmente entre as classes média e alta da sociedade de países desenvolvidos e em desenvolvimento, por alimentos de melhor qualidade nutricional e benéficos à saúde. Alimentos que são classificados com termos diferentes, mas que têm como elemento básico os alimentos produzidos sem agrotóxicos ou insumos sintéticos.

Conscientes de atender a essa demanda, os agricultores familiares aproveitam a oportunidade da forte demanda por produtos orgânicos, fazendo da produção de

arroz ecológico uma das principais atividades de desenvolvimento sustentável. Esta é a forma de combater a pressão urbana. Lançada no final da década de 90 em caráter experimental, hoje é a maior produção de arroz ecológico da América Latina e agrega uma identidade específica a esses assentamentos (LINDNER e al.,2021). Por outro lado, o desenvolvimento rural tradicional, ganhou um novo termo, denominado Agronegócio, que Batalha (2000) define a seguir, seja o desenvolvimento da produção baseado em princípios mais ecológicos.

Agronegócio também chamado de agribusiness, segundo Batalha (2002), é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico. Costuma-se dividir o estudo do agronegócio em três partes. A primeira parte trata dos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas). Na segunda parte, os negócios à montante (ou "da pré-porteira") aos da agropecuária, representados por indústrias e comércios que fornecem insumos para a produção rural. Por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos, etc. E, na terceira parte, estão os negócios à jusante dos negócios agropecuários, ou de "pós-porteira", onde estão a compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários, até chegar ao consumidor final. Enquadram-se nesta definição os frigoríficos, as indústrias têxteis e calçadistas, empacotadores, supermercados e distribuidores de alimentos.

Segundo CERQUEIRA, o agronegócio, também denominado "agrobusiness", consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, inclui, também, as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária (CERQUEIRA, 2015). Segundo Santos (2011) nesta nova fase do desenvolvimento rural, que adotou o modelo do Agronegócio fica evidente a importância dessa atividade, pois muitas outras dependem da produção primária, para que diversos setores da indústria e de prestação de serviços possam funcionar e obter seus lucros. Nesse conjunto de atividades está um terço da riqueza produzida no país, o que mostra a força desse setor para a economia nacional. O agronegócio se intromete na atividade agrícola por meio da instalação de infraestrutura como a construção de estradas, que resulta no parcelamento de terras, fragmentação das propriedades rurais, a ruptura das condições de trabalho dos agricultores familiares e,

por vezes, a desvalorização das paisagens existentes (HOUIMLI, 2008), além do enfraquecimento e do abandono das lavouras pelos agricultores familiares.

É importante ressaltar, portanto, que a produção de arroz ecológica é um elemento que contribui fortemente para o desenvolvimento socioeconômico, auxiliando os agricultores familiares no atendimento de suas necessidades. Além disso, fortalece a relação rural-urbana ao cumprir o objetivo de produzir alimentos saudáveis para o consumo nas cidades. Os agricultores familiares da AP SRC II, mostram que a produção de arroz ecológica participa das estratégias de resistência que fazem, mas também são conscientes enquanto atores sociais que se integram e se identificam com o movimento social, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

De acordo com LINDNER e al., a evolução e a crescente importância da produção ecológica de arroz demonstram claramente o papel que essa produção desempenha em qualquer luta ou estilo de vida dos assentados no qual os agricultores se envolvem e servem de exemplo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (LINDNER e al., 2021) além da organização em grupos de produção que é uma forma de resistência que incentiva os agricultores e evita o abandono dos lotes.

8.2 Produção de hortaliças como ação de resistência à expansão urbana em Nova Santa Rita/RS

A produção de hortaliças é quase sempre presente em propriedades familiares, seja como atividade de subsistência ou com o objetivo de comercialização dos excedentes agrícolas de pequena escala. Essa produção de hortas orgânicas também começou no final da década de 1990, em pequenas áreas de assentamentos como Itapuí, Capela localizada no município de Nova Santa Rita sem esquecer que o mais recente foi o assentamento Santa Rita de Cássia II e Integração Gaúcha em Eldorado do Sul, na RMPA (LINDNER e al., 2021). Segundo FAULIN (2010), a produção de hortaliças, comercial ou subsistência, desempenha um papel importante na agricultura familiar, contribuindo para o seu fortalecimento, garantindo a sua sustentabilidade e também permitindo rápido retorno econômico, promovendo assim maior exploração com rendimentos a médio e longo prazo.

Nesse contexto, em 2008, foi criado o Grupo de Gestão de Hortas, Frutas e Plantas Medicinais, que, segundo informações deste Grupo, segue a mesma

organização de outros grupos de gestão como o Grupo de Gestão Organizada do Arroz, vinculado à Cooperativa dos Agricultores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e o grupo gestor do leite, com agricultores familiares e suas coordenações, em municípios localizados em duas regiões intermediárias, incluindo a região metropolitana de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul.

Para a Embrapa (2007), a produção e o utilização de hortaliças são importantes. Considera uma alternativa à agricultura familiar, tanto pelo fornecimento de nutrientes quanto pela facilidade de adaptação a essa prática, principalmente nas ações de resistência lideradas por agricultores familiares, pois são plantas de consistência herbácea, geralmente de ciclo curto que permitem um retorno econômico mais rápido e tratamentos culturais intensivos, dos quais as partes comestíveis são utilizadas diretamente no consumo.

Trata-se de uma cultura que necessita de uma extensão de terra muito pequena, em relação a outras produções agrícolas, para que seja economicamente viável, além de exigir pouco conhecimento técnico e um baixo nível de investimento para se iniciar na atividade. (FAULIN e al, 2010. P.24).

Os agricultores familiares produzem mudas de hortaliças ao longo do ano e, portanto, também podem ter uma fonte de renda mais ou menos estável. De fato, essa atividade agrícola contribui enormemente para a resistência feita à expansão urbana de Nova Santa Rita com o maior número de agricultores familiares interessados em lotes individuais ou coletivos. As hortas são significativas e tão importantes quanto a produção de arroz, pois representam um dos principais pilares para a instalação das famílias dos trabalhadores assentados no campo devido às suas características de intenso envolvimento da mão-de-obra na produção e circulação capital constante. As hortas desempenham papel fundamental na ocupação do espaço e ao mesmo tempo, na renda dos trabalhadores.

As manifestações de resistência dos agricultores familiares são importantes diante da expansão urbana, mas também no estudo da questão agrária, utilizando como armas o desenvolvimento da produção de hortaliças e de arroz contra a expansão urbana. Os camponeses, em sua luta de resistência, construíram seu lugar social no sistema dominado pelo capitalismo, que insiste em fazê-los desaparecer. A partir dessa reflexão e, principalmente, por pensar nas dificuldades encontradas pelos

agricultores familiares, eles têm papel fundamental na consolidação do seu território. E um dos resultados evidentes é a expansão das hortas e do arroz agroecológico nesse assentamento, uma vez que esses agricultores familiares assentados ao expandirem suas produções orgânicas asseguram sua manutenção na terra.

8.3 Contribuição do PAA nas estratégias de resistência dos agricultores familiares

Muitos países no mundo, como o Brasil, precisam construir e ampliar sistemas de produção cujas práticas visem ao desenvolvimento sustentável, com ações que visem a geração de mais empregos e a melhoria das condições de vida da sociedade. Para isso, os governos devem buscar cada vez mais incentivar os agricultores a melhorarem a produção e também auxiliar na comercialização dos produtos, com políticas voltadas para os agricultores familiares.

Como parte das estratégias de resistência dos agricultores familiares para o enfrentamento da expansão urbana, diversos programas contribuíram a seu modo. Entre os quais podemos citar o PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que é uma política pública do governo federal, que tem como eixos centrais o incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional (INSAN), atuando também na inclusão produtiva das famílias na situação econômica e social mais vulnerável (BRASIL, 2003).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) construiu elementos em sua formação que levaram a uma reorientação do papel da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente na perspectiva de um desenvolvimento mais equitativo. Graças ao PAA, os setores marginalizados integram a economia e os agricultores familiares se fortalecem como agentes de promoção do desenvolvimento (MARTINELLI et al., 2015).

O ingresso dos agricultores familiares neste programa permite que eles se beneficiem de suporte técnico introduzindo mudanças na dinâmica interna da unidade produtiva familiar, com reflexos na dinâmica de consumo, diversificação e sustentabilidade da atividade econômica familiar, para atender às necessidades e critérios do programa. E à medida que os produtos da agricultura familiar passam por melhorias qualitativas e quantitativas, eles encontrarão seu caminho para novos mercados (RAMBO & DENZ, 2015). Isso leva os agricultores familiares a aumentar o

número de hectares para atender outros mercados, pois a disponibilidade do mercado é uma das limitações e essa expansão da produção se opõe à expansão urbana.

Imediatamente que o PAA se torna mais uma fonte de renda e incentiva a diversificação produtiva, há redução na ameaça de perdas por pragas ou intempéries e interrupções e inconsistências na produtividade. Porém, os efeitos da sazonalidade também são minimizados com as diferentes fontes de renda, mas também com a renda da produção agrícola (ALMEIDA et al., 2010). Pela dimensão dos impactos ambientais, ANTUNES & HESPANHOL (2011) identificaram que o programa é capaz de estimular não só a diversificação da produção, ARAÚJO & KUBO (2017), mas também estimular a produção de produtos orgânicos e/ou de boa agricultura práticas.

Diferentes estudos mostram, em conjunto, que o PAA consegue estimular mudanças relevantes na matriz produtiva das unidades agrícolas familiares e esse fenômeno tem impacto direto na diversificação e diversidade produtiva, uma vez que o PAA tem conseguido destacar produtos da socio biodiversidade (BRASIL, 2017) e promover o restabelecimento da policultura característica do modo de produção camponês (AGAPTO et al., 2012). Em suas ações, incentiva o estabelecimento de mecanismos de produção mais inovadores, a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas que facilitem o trabalho das famílias rurais. Assim, torna-se possível aumentar a produção para que haja valor agregado aos produtos, bem como inserir novas e melhores tecnologias, exigindo menos esforço humano para a execução do trabalho. Com tudo isso, contribui fortemente para a resistência dos agricultores e estende a produção às áreas agricultáveis. Isso respeita a conformidade da eficiência schumpeteriana e keynesiana exposta em seu relatório (CEPAL/FES, 2019, p.13) afirmou por três eficiências:

- (i) eficiência schumpeteriana, que se refere a um novo tipo de especialização produtiva em processos intensivos em conhecimento e aprendizado, que seja capaz de irradiar a mudança tecnológica e a inovação por toda a economia;
- (ii) eficiência keynesiana, que ressalta relevância de atuar em mercados em rápida expansão doméstica e internacional, permitindo obter ganhos de escala e escopo que aceleram a economia e multiplicam empregos, e (iii) eficiência ambiental, que trata de desacoplar o crescimento econômico das emissões de gases do efeito estufa e favorecer a proteção ambiental.

Esse programa contribui tanto para a promoção da agricultura familiar, para a inclusão social, para a segurança alimentar e nutricional, para o desenvolvimento local, quanto para a construção de boas práticas produtivas que permitam aos

agricultores familiares superar os problemas encontrados. As boas práticas favorecem os agricultores familiares para que não abandonem suas terras e mantenham relações recíprocas com o campo, para assim garantir a expansão da produção orgânica no assentamento Santa Rita de Cássia II. Buscam minimizar os efeitos da produção convencional em favor da produção orgânica e dos modelos de mercado, tentam reduzir as assimetrias de renda e os contextos de vulnerabilidade.

O PAA é um instrumento de forte capilaridade para os agricultores familiares no combate à expansão urbana, sendo uma medida pontual com efeito indireto, pois o programa já está elaborado e consolidado, com marcos regulatórios em vigor e estrutura implantada em além de possuir benefícios econômicos e sociais, comprovados em estudos de caso realizados em todas as regiões do Brasil.

O impacto desse programa é positivo para os agricultores familiares, conforme evidenciado pela análise de DORETTO E MICHELLON (2007) comparando a renda dos agricultores que acessaram o PAA e daqueles que não acessaram. Esses pesquisadores descobriram que a renda dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi 50% maior do que a dos não beneficiários. Na análise realizada entre os agricultores familiares que se encontravam no estrato de até 1 salário mínimo, o aumento da renda média foi de 87,8%. No entanto, apesar de tudo, hoje, é necessário retomar os investimentos em Ater no Brasil, já que desde 2015 o orçamento para políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável foi fortemente reduzido. Os gastos com ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar são afetados, como o próprio PAA e as ações da Ater para os pequenos produtores são reduzidos de 33,7% para 99,9% entre 2014 e 2018 (FIAN BRASIL, 2019).

Em Nova Santa Rita, especialmente no assentamento Santa Rita de Cássia II, desde a redução dos investimentos do PAA, os agricultores familiares não escondem seu descontentamento. De acordo com as informações colhidas de campo, há uma forte demanda das organizações da agricultura familiar pelo programa no PA SRC II, visto que a situação no campo se agravou nos últimos anos e o COVID-19 tem intensificado problemas como os de acesso a mercados. São demandas de agricultores familiares que fazem parte de organizações de camponeses familiares, como o 7 de julho e o 29 de outubro.

8.4 A Consolidação da Transição como ação de resistência em relação à pressão da expansão urbana do município Nova Santa Rita/RS

No âmbito da consolidação da transição, três fatores parecem ser determinantes para a consolidação do arroz orgânico: as restrições impostas pelo INCRA aos arrendamentos, a atuação da COOTAP, COCEARGS, a formação e atuação do Grupo de Gestão (FERREIRA, 2011).

O Grupo de Gestão do Arroz Ecológico foi formado a partir da união de famílias de diferentes assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre que se reuniram para compartilhar suas experiências e aprimorar suas visões de coletivo, avançando assim na produção de arroz orgânico. Com a crise do setor arrozeiro em 1999, devido ao preço baixo de comercialização, que não cobriam os custos de produção, surge a necessidade de dar uma resposta a este problema, formou-se então uma equipe que representava os grupos e os assentamentos que tinham potencial para produção e que se propunham a produzir o arroz ecológico e aí surge o nome do Grupo Gestor do Arroz Ecológico (Grupo Gestor Arroz Ecológico, 2012). Criou-se novos espaços de produção e de ideias que fortaleceram o território dos assentamentos, cuja principal fonte de renda sempre foi o cultivo de arroz irrigado. As produções visadas foram os produtos orgânicos, ou seja, todos aqueles de origem vegetal ou animal, produzidos sem agrotóxicos ou qualquer outro tipo de produto químico, pois essa prática de cultivo busca estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola (BRASIL, 2007).

Segundo Souza Filho, a agricultura orgânica foi uma prioridade, reunindo todos os modelos agrícolas não convencionais, tais como biodinâmica, natural, biológica, permacultura ou agroecológica, para se contrapor ao modelo convencional (SOUZA FILHO, 2001). Quando os agricultores familiares conseguem consolidar formas de cooperação, é imprescindível que reflitam, pois não têm as mesmas condições de uma empresa capitalista, devido a fatores, como a formação técnica e a capacidade financeira para investimento. No entanto, o conjunto de inovação técnica e inovação organizacional na agricultura aumenta o conflito existente entre os assentados e o capital, que tenta de todas as formas possíveis incluírem o campesinato como consumidor das técnicas produzidas pelo mercado capitalista e Santos explica que:

Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, e consegue contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Juntos, as novas técnicas e o novo capital, deixam de ser, como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e espalham por todo corpo social, tornando-se os verdadeiros regedores do tempo social (Santos, 2006, p.207).

No entanto, o desafio do Grupo Gestor do Arroz Ecológico é reduzir a área de superfície do sistema convencional. O Arroz Ecológico já ocupa uma área e envolve um complexo agroindustrial que faz parte da cadeia agroalimentar e agora também contribui para a estratégia de resistência dos agricultores familiares no enfrentamento da pressão urbana. Para agregar esses produtores, o Grupo Gestor do Arroz Ecológico busca mostrar os impactos ao ambiente, à saúde e à cultura gerados pelo sistema convencional e, por outro lado, mostra a viabilidade econômica, o desenvolvimento ambiental e social do uso da nova matriz tecnológica. Este trabalho é realizado pelo Grupo de Gestão através de seminários, conferências, reuniões, dias de campo, conversas informais e outras formas, com o objetivo de salvar a cultura camponesa e a luta de classes (VIGNOLO, 2010).

Todas as experiências acumuladas pelos agricultores na cadeia produtiva do arroz agroecológico, no entorno da região metropolitana de Porto Alegre, constituem uma ferramenta estratégica fundamental para resistir à expansão urbana, para dar continuidade ao processo de expansão da produção ecológica na região e em outras partes do estado. Esta produção já é referência para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTec, foram o suporte para esse grupo que buscou também apoio institucional no ensino, na pesquisa e nas vivências práticas na produção de arroz orgânico no estado do Rio Grande do Sul (Grupo Gestor Arroz Ecológico, 2012).

A estrutura organizacional do trabalho cooperativo facilitou a consolidação da rede de relações sociais, estimulou práticas recíprocas nas diversas obras e permitiu a participação social como elemento essencial na construção do conhecimento agroecológico. Além disso, as diferentes formas como os grupos se organizaram internamente mostraram as famílias, enquanto atores nas estratégias de expansão da produção, apoiando os agricultores familiares, recriando acordos tácitos que permitiram atingir os objetivos respeitados em todas as ações desenvolvidas.

O grupo gestor de agroecologia representa um forte passo na resistência dos agricultores familiares, pois foram os pioneiros no uso das técnicas agroecológicas, respondendo às discussões propostas pelo MST, de que os assentamentos da reforma agrária aderissem a esta nova forma de produção (OLIVEIRA, 2011).

Assim, as ações coletivas do grupo permitem perceber que sua organização não visa apenas seguir o padrão imposto, mas tem sido interpretada pelos atores envolvidos como a melhor estratégia para essas famílias, para que possam desenvolver o cultivo da terra e obter lucros.

Com relação ao arrendamento das áreas de arroz, os agricultores familiares entrevistados revelam que é algo nocivo à organização dos assentamentos, mas destacam que a prática surge em um contexto de inúmeras dificuldades de relações, com conflitos e até mesmo perdas de safras no trabalho em coletivos. Esses fatos levariam a uma predisposição para firmar parcerias e arrendamentos com terceiros:

O cultivo do arroz exige uso intensivo de máquinas e equipamentos adequados para preparo do solo e muito insumo, tu não tens recurso, o que restava? Não tinha alternativa, era alguém fazer isso pra ti. A nossa organização em cooperativa é que deu condições da gente tocar a produção, nos organizamos e conseguimos recursos. Também ajudou muito o INCRA exigir o fim do arrendamento.

Por isso, deve-se destacar que a predisposição à mudança também é decorrente do controle e redução dos arrendamentos e parcerias, restritas pelo INCRA. Esse controle foi feito pela instituição através de chamada pública - edital do INCRA, por meio dos quais eram avaliadas cada uma das propostas dos grupos de produção, em conjunto com a assistência técnica -, representantes de cooperativas dirigentes e lideranças regionais que apoiavam o processo de produção e comercialização.

O papel do INCRA na consolidação do arroz ecológico consiste se expressa na citação a seguir,

Além do apoio com políticas de custeio e investimento na perspectiva da organização da cadeia produtiva, o que foi viabilizado em certa medida na construção da experiência do arroz, deveria ter uma ação mais regulatória do processo de arrendamento nas áreas. Neste sentido, a experiência do PA de Viamão, que por força de um termo de ajuste e conduta estabelecido pelo Ministério Público que amparou uma ação punitiva ao arrendamento (como forma de “driblar” as regras o termo usado é parceria) por parte do INCRA, criou as condições para um avanço significativo na produção do arroz de base

ecológica. Além do que, permitiu um processo de organização interna no sentido de as famílias retomar o controle sobre o território conquistado.

O INCRA-RS acrescenta que:

A atuação do INCRA mais robusta a partir de 2009, quando ocorreram as ações da Autarquia visando acabar com arrendamentos e agressões ambientais nos assentamentos de Viamão, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Manoel Viana. Estas ações abriram maior espaço para o cultivo de arroz ecológico. Mais do que isto, no PA Viamão, situado dentro de uma área de proteção ambiental - APA somente é admitido a cultura ecológica. Tornou-se a única opção para as famílias com lotes na várzea. Porém o INCRA não estava pronto para oferecer alternativas para viabilizar a cultura ecológica. Foi de fundamental importância as cooperativas ligadas ao MST apoiarem os agricultores assentados nesta época, impedindo assim, de certa forma, o retorno do arrendamento às áreas. Este é um dado importante, na minha opinião, pois não bastam as ações conflituosas corretivas (embora as vezes necessárias), elas devem ser sucedidas de medidas de apoio para que se viabilizem as atividades, neste caso, a implantação do arroz ecológico. Posteriormente a este momento, algumas ações foram sendo realizadas tendo como foco a implementação do arroz ecológico em assentamentos novos ou de difícil implementação da matriz orizícola (ALDRIGHI,2015, P163).

No entanto é importante destacar a importância da atuação da COOTAP e da COCEARGS na região metropolitana de Porto Alegre com relação à produção de arroz ecológico e de outras 3 cooperativas de assentados: COPAC – Cooperativa de produção agropecuária de Charqueadas, COOPAN – Cooperativa de Produção de Nova Santa Rita, COOPAT – Cooperativa de Produção dos Assentados de Tapes.

Em 2002, a lavoura da unidade Tapes foi considerada pelos agricultores assentados e pelas lideranças do Grupo, como o impulso que faltava na região para consolidar o Grupo Gestor. Com isso a Cooperativa Regional (COOTAP) passou a centralizar as ações, a coordenador regionalmente o Grupo Gestor, além de se tornar a compradora oficial do arroz nos assentamentos.

De acordo com a COPTec (2010), o planejamento estratégico do Grupo Gestor do arroz ecológico, estabeleceu como meta, o controle de toda a cadeia produtiva pelos agricultores familiares, entre elas a secagem, armazenagem e beneficiamento do produto em estruturas regionais. As cooperativas cumprem papel central como podemos observar na tabela a seguir.

Quadro 3:Objetivos Estratégicos, os Eixos Estratégicos, os meios e as metas do Grupo gestor do Arroz Ecológico.

Objetivos estratégicos	Eixos estratégicos	Meios	Metas
1-Motivar as Famílias à produção agroecologia como opção de vida; 2-Produção de arroz ecológico sob o controle dos assentados; Produção, secagem, armazenagem; beneficemente, comercialização; 3- Contra posição ao agronegócio com a armação do projeto camponês; 4-Produção de semente de qualidade; 5-Fazer a relação com a sociedade; 6-Cuidado com o meio ambiente; 7- Deputa por políticas públicas incentivo à agroecologia; 8- Estratégia de certificação; 9-Mercado:local, procurar outros grupos; 10-Fortalecer a organização (MST).	1-Produção de arroz ecológico uma estratégia de conversão do lote e para a agroecologia; 2-Certificação forme as normas agroecologia; 3-Secar e armazenar; 4-Beneficiar; 5-Comercializar.	1-Formação e capacitação; 2-Troça de experiência; 3-Articulação e parceria na formação, capacitação e comercialização; 4-Planejamento estratégico da grande região de POA; 5-Sistema interno de controle (GG e Certificação); 6-Viabilização de recursos; 7- Assistência técnica especializada; 8-O seminário anual agroecologia.	1-Arroz seco e armazenado em 7 unidades (COOPAT, COOPAC, COOPAN, Viamão, Guaíba, COOTAP, Eldorado do Sul); 2-80% do arroz produzido beneficia do em 4 unidades (COOPAT,COOPAC, COOPAN,COOTAP); 3-Custo de produção médio das unidades de R\$950.00/ha; 4-Produzir 100% da semente; 5- Aumentar em 20% o número de famílias; 6-150 famílias capacitadas em boas práticas de produção, secagem, armazenagem, beneficiamento e comercialização de arroz orgânico.

Fonte: COOPAN.

Segundo ALDRIGHI, a função principal da COOTAP corresponde a dar suporte para o conjunto de atividades e iniciativas desenvolvidas pelos grupos, associações, cooperativas ou mesmo agricultores individuais dos assentamentos da região de Porto Alegre. Seu papel é ser a referência legal ou comercial no momento de negociações envolvendo compras de insumos, serviços e máquinas ou agenciando a

comercialização dos produtos dos assentados da região de abrangência. É através dela que a organização coletiva assume escala suficientemente ampla para negociação em condições vantajosas que são negadas aos agricultores isolados (ALDRIGHI, 2015).

Segundo o mesmo autor, o grupo gestor tem como função principal apropriar-se de todo processo produtivo do arroz orgânico bem como organizar, gerenciar, potencializar e planejar as ações. Nesse sentido assegurar a implementação de objetivos e eixos estratégicos definidos pelo coletivo mais amplo. O grupo gestor faz parte integrante do setor de produção, cooperação e meio ambiente da região. Em COPTec (2010), são detalhados os objetivos e eixos estratégicos e metas do Grupo gestor do Arroz Ecológico.

9. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ao adotar este termo que é agricultura sustentável, pretendíamos nos concentrar na qualificação do tipo de agricultura que vamos levar em consideração para relacionar as estratégias de resistência dos agricultores familiares assentados com o crescimento econômico⁹ do assentamento. A história do pensamento econômico sobre o desenvolvimento local está, de fato, repleta do papel fundamental que a agricultura familiar desempenha na emergência dos processos de desenvolvimento. Segundo WAMBA (2009), quaisquer que sejam os mecanismos que se qualifique como fundamentais, as hierarquias que se queira propor, todos concordam que a agricultura constitui o reservatório de excedente que deve permitir iniciar uma acumulação de capital produtivo em outros setores econômicos. Os efeitos econômicos e sociais de tal sistema estão longe de ser desprezíveis, embora em algumas atividades agrícolas, haja algumas que muitas vezes funcionam com empregos sazonais, existem outras, como a produção de hortaliças, permitindo que os trabalhadores agrícolas ativos se beneficiem de uma renda adicional muitas vezes essencial.

Segundo o MILANI, o desenvolvimento local é um processo de melhoria das condições econômicas e sociais que ocorre "de dentro para fora". Isso significa uma mudança no padrão de vida da população de um determinado território, no qual diferentes ações convergem para o desenvolvimento social (MILANI,2005). Assim, nas zonas rurais, a agricultura familiar é realmente um importante pilar da economia brasileira. De acordo com dados do novo relatório das Nações Unidas, "O Estado da Alimentação e da Agricultura", este sector tem capacidade para colaborar na erradicação da fome global e no alcance de uma segurança alimentar sustentável (ONU ,2021).

Conforme já mencionado anteriormente, segundo o Censo Agropecuário (2006), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar é responsável por mais de 80% da mão-de-obra geradas no campo, o que justifica

⁹O crescimento econômico sustentável e a distribuição de renda são temas indissociáveis hoje. Para um breve resumo do debate sobre este tópico, consulte C. E. Guanziroli (1999).

sua importância na geração de renda local e no crescimento da economia no campo. Segundo dados de 2013 das Nações Unidas, em tempos de crise econômica, em que o desemprego atinge mais de 12 milhões de brasileiros, a agricultura familiar responde por mais de 77% dos empregos no setor agrícola. Em meio a várias demissões devido à retração econômica de 2016, o Ministério do Trabalho e Emprego revela que apenas o setor agropecuário não teve contração dos postos formais de trabalho. Os agricultores familiares que atualmente estão envolvidos no processo produtivo estão viabilizando essa atividade, conseguindo em pouco tempo aumentar a qualidade de vida de suas famílias.

Assim, grande parte das definições de agricultura familiar adotadas na literatura sobre o assunto se baseiam na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Segundo Santo, há em comum que ao mesmo tempo que possui os meios de produção, a família assume o trabalho da propriedade e também possui um sistema de gestão econômica da atividade (SANTOS, 2011).

Segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a agricultura familiar é importante economicamente, pois 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar garante a produção de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 38% do café, 21% do trigo e, na pecuária, 60% leite, 50% aves, 59% rebanho suíno e 30% gado. Outro aspecto muito importante, segundo Guimarães, é que este segmento da economia agrícola não emprega uma grande quantidade de maquinaria, o que é mais comum nas grandes explorações agrícolas, evitando assim a substituição de trabalhadores agrícolas por equipamento (GUIMARÃES et al, 2011).

O município de Nova Santa Rita / RS depende muito da participação dos assentamentos em sua economia, podendo potencializar ainda mais seu processo de crescimento e desenvolvimento local¹⁰. A produção agroecológica, o emprego em

¹⁰É tudo aquilo que contribui para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. GWEN SWINBURN, SORAYA GOGA, FERGUS MURPHY (2006), o propósito do desenvolvimento econômico local (DEL) é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os não governamentais trabalham coletivamente para criar condições

atividades agrícolas traz algumas facilidades em sua dinâmica (SANTOS et MASSUQUETTI, 2017). Exemplo disso são os agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II, que com os recursos que receberam, geraram um importante impulso econômico principalmente devido à produção agroecológica (Arroz e Hortaliças).

A coordenação do trabalho dos agricultores familiares nas diversas atividades agrícolas desenvolvidas seria um dos exemplos mais fortuitos desse nível de compreensão. A natureza multifacetada do desenvolvimento rural, permitindo práticas interligadas, por exemplo a produção orgânica, a qualidade dos produtos e mesmo o agroturismo associados a regiões específicas, agregam valor e atribuem novos papéis e funções ao rural e à agricultura. A criação e a consolidação de novos vínculos entre a agricultura e a sociedade em geral, se dá a partir da reconstrução das práticas agrícolas e das economias rurais bem como da reconstituição dos recursos locais mediante a utilização de modelos e práticas agrícolas mais sustentáveis que estabelecem novas relações entre as áreas rurais e urbanas. Assim, VEIGA (2001) e Abramovay (2003) argumentam que a reprodução da agricultura familiar depende cada vez mais da sua capacidade de fazer escolhas e de desenvolver competências face aos desafios que lhes são impostos pelo meio social e econômico em que vivem.

A agricultura contém várias funções, dentre as quais, se pode citar, a produção de alimentos de forma barata e em quantidade suficiente para abastecer toda a população mundial. No que se refere à função da economia, segundo ALBUQUERQUE (1978, p.1) atribui cinco funções fundamentais ao setor agrícola.

a) Oferta de alimentos e de matérias-primas a baixos preços aos setores urbanos; b) contribuição na geração de divisas necessárias principalmente, às importações de equipamentos e matérias-primas industriais; c) liberação de mão-de-obra para os setores urbanos; d) criação de poupanças canalizadas ao processo de formação de capital na indústria; e finalmente; e) formação de um mercado para produtos industriais.

Muitas famílias precisam contratar mão de obra, o que está se tornando cada vez mais difícil, deixando as famílias com uma dependência externa muito elevada. Como exemplo, a produção de hortaliças e legumes que exige muita mão de obra e que faz com que várias famílias contratem esse serviço, gerador de dificuldades em

melhores ao crescimento econômico e geração de emprego. Segundo (BUARQUE, 1999), cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local.

razão da exigência de contratos de trabalho. São poucas as pessoas que gostam ou que estão dispostas a fazer esse tipo de trabalho, uma vez que a produção de hortaliças exige muito trabalho, que vai desde o preparo do solo até a colheita, a classificação e o acondicionamento para comercialização. Segundo estudo do Ministério da Agricultura de São Paulo, as hortaliças geram muitos empregos, de 3 a 6 empregos diretos por hectare/ano e outros tantos indiretos.

A maioria dos assentamentos tem historicamente uma tradição camponesa de autoconsumo agrícola e autoprodução de diversos bens de consumo. Sabemos que esses dois fenômenos diminuem à medida que aumenta a renda econômica. Nas visitas de campo, observando a dinâmica do local, podemos observar que a prática da produção agroecológica pela agricultura familiar aumenta tanto na produção de arroz como de hortaliças no assentamento Santa Rita Cássia II, sendo essas as principais atividades de renda familiar dos assentados. O relato dos representantes das famílias confirma a afirmação de LANNER (2011) e SIQUEIRA et al. (2012), que consideram a produção de arroz e hortaliças uma das atividades mais intensivas em mão de obra, nessa ordem.

A partir das pesquisas e visitas realizadas na área de estudo, podemos articular a teoria sobre o conceito de agricultura familiar e sua prática. A produção agroecológica através de arroz e hortaliças, no município de Nova Santa Rita em geral e em particular na área de estudo (Assentamento Santa Rita de Cássia II), é muito importante pela contribuição nas estratégias de resistência dos agricultores familiares assentados associado à proximidade com os grandes centros consumidores urbanos da Região Metropolitana Porto Alegre. Nova Santa Rita possui cerca de 30.482 habitantes, Canoas - 349.728 habitantes, Porto Alegre - capital do Rio Grande do Sul com aproximadamente 1.492.530 habitantes¹¹. Apesar de ser um município menor que os demais, Nova Santa Rita está próximo dos grandes centros urbanos e tem fácil acesso à cooperativa (COOPAN), o que contribuiu com a comercialização e a fluidez de sua produção.

O setor primário é importante para a economia municipal e alguns dos principais produtos (arroz e hortaliças) tem origem na agricultura familiar, com o apoio da COOPAN. A produção de arroz ecológico contribui muito com a economia do

¹¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População estimada, 2021. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>

município, além de ter marcado o início das atividades da Cooperativa. De fato, os agricultores familiares mostram que a atividade agrícola real nessas áreas representa mais do que anunciam as estatísticas. A diferença vem essencialmente da pluriatividade indireta, que é praticada também por alguns membros da família que moram em outra cidade do entorno. O Assentamento tem uma reserva de produção agroecológica de qualidade que está mobilizada e que continuará a mobilizar os assentados na busca pela expansão em outros setores que não praticam a atividade agrícola agroecológica.

Esse papel particular da agricultura familiar em relação ao desenvolvimento local pode, portanto, ser importante para os agricultores familiares, bem como para outras categorias socioprofissionais (SACHS; VEIGA,2001). Também interessa à análise econômica, porque representa um certo paradoxo pois permite um nível de vida real comparável ao da população urbana com rendas significativas fazendo parte de grupos sociais geralmente identificados como mais bem dotados economicamente.

Mais uma vez, é importante lembrar a importância da agricultura familiar no cenário agrícola nacional, pois segundo EXTERCKOTER; NIEDERLE (2012), sua produção diversificada é capaz de atender às necessidades do grupo familiar e abastecer com alimentos o mercado interno (seja local, regional ou nacional) seja da população urbana, ou seja, da rural.

Os agricultores familiares dos assentamentos de Nova Santa Rita comercializam sua produção de hortaliças para a merenda escolar das escolas públicas municipais, e em algumas, também escolas públicas de Canoas. Estes projetos têm o apoio e a contribuição do ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) de Nova Santa Rita/RS, atualmente Assistência Técnica fornecida pela Prestadora de Serviços Técnicos Ltda. – COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda) , tanto na organização quanto na integração das famílias assentadas produtoras.

No lugar da pesquisa (Assentamento Santa Rita de Cássia II) existe uma forma particular de comercialização que acontece de maneira particular e que muito contribui na economia local. Se dá de duas formas: a primeira quando os agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II vendem a produção para uma agroindústria municipal, que beneficia os diversos produtos, comercializando esses produtos higienizados nos mercados de Canoas e Porto Alegre. A segunda forma não é propriamente uma venda, mas sim a transformação dos produtos agrícolas na

agroindústria familiar onde a mulher (mãe) é responsável pela produção de chimias, doces, sopa kit etc.

No assentamento Santa Rita de Cássia II ocorre uma tendência muito grande dos agricultores familiares de se inserirem na produção de arroz ecológico e de hortas, conforme mostra a comparação das informações nas duas tabelas abaixo. Com a atualização dos dados da safra 2021/2022, realizado em 2021, apresenta-se a situação atual, sistematizadas na tabela 5 para hortaliças e na tabela 6 para arroz. A principal fonte de renda no assentamento é a atividade agrícola e os entrevistados pretendem permanecer nesta atividade, permitindo a melhoria das receitas e também contribuindo no desenvolvimento local.

Tabela 5: Produção de hortaliças no PA SRC II na safra 2010-2011

Atividade-cultural HORTALIÇAS	Safra 2008/2009	Safra 2010/2011	Safra 2021/2022
No famílias na 4 atividade	4	32	40

Fonte: COOTAP, 2011; pesquisa de campo do autor, 2021.

Tabela 6: Produção de arroz no PA SRC II na safra 2010-2011

Atividade-cultural ARROZ	Safra 2010/2011	Safra 2021/2022
No de famílias na atividade	53	80

Fonte: COOTAP, 2011; pesquisa de campo do autor, 2021.

Esse crescimento das famílias envolvidas com a produção de arroz ecológico e de hortaliças está evidente no assentamento de Santa Rita de Cássia II, graças ao engajamento dos agricultores familiares e com a contribuição de um conjunto de atores como o Grupo Gestão das Hortas e de Arroz, sem esquecer a COOTAP. Em termos de geração de renda, para os agricultores familiares do Assentamento Santa Rita de Cássia II, as hortaliças geralmente são lucrativas, desde que os produtores atendam aos elevados padrões de qualidade exigidos pelos consumidores ou pelo mercado.

Nesse sentido, quando falamos em expansão da cadeia produtiva agroecológica na RMPA, deve-se ter em mente que um dos fatores que complicam a problemática no local são as várias relações entre “o campo e a cidade”, constituindo um amplo tecido econômico, social e político que permeia as várias transições e processos que são experimentados lá.

No âmbito deste trabalho de pesquisa no que se refere à agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa ações que estimulam a economia local, incluindo a estratégia dos agricultores familiares, o programa pode ser considerado um caso de grande impulso para a sustentabilidade no assentamento. Segundo ALMEIDA et al (2020), esse programa promove tanto a valorização da agricultura familiar, quanto a inclusão social, o incentivo a práticas sustentáveis, a segurança alimentar e nutricional e o estímulo à economia no contexto local. Segundo LIMA, 2018; SALGADO ET. al, 2017; SACCO DOS ANJOS E BECKER, 2010, além de ser um segmento estratégico para a criação de empregos e rendimentos, com a criação deste programa, a agricultura familiar adquiriu um papel fundamental na manutenção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

DIAS E ROCHA (2015), em estudo realizado, mostram que o governo federal, ao aumentar em 1% as compras de produtos das cooperativas e associações da agricultura familiar, resultou em um crescimento do PIB per capita em torno de 0,062%. Concluíram também que, dada a complexidade dos elementos que sustentam o crescimento do PIB per capita, a variável “compras federais” têm forte influência no crescimento do PIB per capita dos municípios atendidos pelo PAA. O impacto do PAA no PIB é maior, indicando que geralmente contribui para o desenvolvimento econômico municipal.

SANTOS, SOARES E BENAVIDES (2015) realizaram uma análise no município de Ibicaraí / BA, sobre a quantidade mensal de produtos vendidos antes e depois do PAA, além do preço médio dos produtos e da renda média dos agricultores familiares. Constataram que houve aumento no volume de vendas de produtos da agricultura e aumento nos preços médios vendidos ao PAA, pois isso impactou diretamente na recuperação dos preços regionais. Em termos de consequência, houve um efeito positivo na receita média, lucro líquido, investimentos totais dos agricultores e tempo de recuperação de capital. A rentabilidade, indicador mais impactado, em 2009 e 2010, aumentou 395,9%, o que pode ser explicado pela melhoria dos preços e pelo aumento das quantidades vendidas. Este programa, por suas dimensões

econômicas, segundo SILVA; FERREIRA; AMODEO (2014) garante a comercialização. Isso tem impacto direto na renda dos agricultores familiares, impulsionando a economia no contexto local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto desta pesquisa, a observação do lugar da pesquisa, a elaboração das entrevistas semiestruturadas, a aplicação das entrevistas com os agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II e suas respostas às perguntas foram úteis para detalhar a situação desse assentamento. Este conjunto contribuiu na tarefa de compreender, ao longo da pesquisa, as estratégias de resistência dos agricultores familiares através da produção agroecológica, face à expansão urbana do município de Nova Santa Rita/RS e à peculiar à realidade pela qual passam nesse assentamento. Logo, os agricultores sublinharam nas suas entrevistas a sua participação nas estratégias de resistência, o que contribuiu para o crescimento da economia local. Durante as visitas de campo, observando a dinâmica do lugar, podemos ver que a prática da produção de arroz orgânico/ecológico e hortaliças pelos agricultores familiares é a principal renda familiar, uma vez que se trata de um assentamento onde a maioria das atividades são agrícolas.

Temos a convicção que, para além das estratégias de resistência dos agricultores familiares, os conhecimentos transferidos pelos técnicos da COOTAP e Grupos Gestores e outros parceiros, tais como o PAA, contribuíram fundamentalmente para o avanço na produção agroecológica nos assentamentos de reforma agrária, particularmente na PA SRC II, frente à expansão urbana do município. Inspirados na luta estratégica do MST, os agricultores familiares, expressam através do slogan da reforma agrária popular a organização da produção agroecológica como “cavalo de batalha” contra esta expansão urbana.

Por esta razão, é necessário dar mais atenção à agricultura familiar, muito importante para este PA SRC II, que implementou políticas de incentivo, ajuda agrícola, extensão rural; apoiou os agricultores familiares na resistência à expansão urbana para que possam tirar o seu sustento da produção e assim se reproduzirem socialmente, economicamente e politicamente. Para que esta atividade não desapareça, é preciso lembrar que o arroz orgânico/ecológico e as hortaliças que abastecem os mercados abertos são, majoritariamente, produções agrícolas familiares. Graças a este trabalho de pesquisa, foi possível verificar que dar atenção a todos estes pontos é contribuir para o desenvolvimento sustentável e dar mais força aos agricultores familiares não só no assentamento de Santa Rita de Cássia II, mas em qualquer assentamento que deseje desenvolver e aumentar ou complementar as

suas rendas. O pouco ou nenhum apoio recebido pelos agricultores familiares assentados é um dos principais obstáculos à produção agroecológica. Os incentivos financeiros dos organismos governamentais são relevantes, mas tornam o acesso ao crédito burocrático e difícil, fazendo com que os agricultores assentados acabem por não ter as condições necessárias para permanecer na atividade até então exercida. A consequência disso é a pressão da expansão urbana nessas áreas cultiváveis. De acordo com Lima e Wilkinson (2002), a agricultura familiar é fundamentalmente importante para o desenvolvimento econômico sustentável das zonas rurais e como tal precisa ser reforçada, uma vez que o potencial dos agricultores familiares para gerar empregos e renda é muito elevado. É necessário, sim, garantir-lhes o acesso ao crédito, às condições e às tecnologias para a produção e gestão sustentável dos seus estabelecimentos, tendo como garantia seu espaço de vida, seu território.

Logo, manter áreas cultiváveis é fundamental para aumentar a produção, visto que seria esta a forma de acabar com a pobreza e contribuir para o crescimento econômico do campo. São estes pensamentos que permitem a manutenção de culturas, de tradições, de saberes e de conhecimentos transmitidos de pais para filhos, de geração em geração. Isso posto, fica evidente que se os agricultores familiares receberem apoio suficiente, serão capazes de resistir ao abandono da terra, de produzir uma renda que lhes possibilite sua reprodução social e econômica.

As remunerações obtidas das atividades agrícolas aumentam a renda média do setor rural, no assentamento Santa Rita de Cássia II, este potencial gerador de renda da agricultura familiar não está plenamente utilizado. Chegaram novos desafios ao território dos agricultores familiares deste assentamento, cuja expansão urbana já está a atingir seus. Portanto, para a agricultura familiar do assentamento Santa Rita de Cássia II, há uma interrogação para o futuro da agricultura ecológica ali praticada e por consequência para os sujeitos, agricultores assentados, que a praticam.

De fato, as pesquisas futuras devem ser: Reconhecimento urbano decorrente do processo de titularização dos lotes pelo Nova Santa Rita no assentamento Santa Rita de Cássia II; Resistência dos colonos em Santa Rita de Cássia II em relação a titularização dos lotes pelo Nova Santa Rita/RS; Aceleração da urbanização de Nova Santa Rita em relação a titularização dos lotes do assentamento Santa Rita de Cássia II.

Encerro com a afirmação de que a produção agroecológica no PA SRC II/RMPA gerou processos emancipatórios e com eles uma nova configuração territorial

caracterizada por estratégias de resistência ativa dos agricultores familiares, pela geração de uma nova qualidade de ambição política pública, organizando uma práxis social através da cadeia produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAPTO, J. P., BORSATTO, R. S., Souza-Esquerdo, V. F. de, & Bergamasco, S. M. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Revista Informações Econômicas**, v.42, n.2, 2012, p.13–21.
- AGOSTINI, C., & BOURSCHEIDT, H. J. A Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Municípios do Vale do Taquari (RS): uma análise da percepção dos executivos municipais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 2, 2018, p.275–292.
- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti. **As funções da Agricultura**,1978. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/0jlmnf01t1brawi/artigo_As_Funcoes_Folha-05-0378.pdf?dl=0. Acesso em: 04 de setembro de 2021.
- ALDRIGHI, César Fernando Schiavon. **Contribuição crítica à política de ater do INCRA para assentamentos de reforma agrária**, Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015, p.398.
- ALMEIDA, J.C. **A disputa territorial entre agronegócio x campesinato no Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS**. Monografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. 2011, p.56.
- ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa de Extensão Rural Um Manual de Metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.p. 182.
- ALMEIDA, L. M. de M. C., Ferrante, V. L. S. B., & Paulillo, L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 370–385, 2010.
- ALMEIDA; YURJEVIC, A. La agroecología y el desarrollo rural sostenible en América Latina. **Agroecología Y Desarrollo**, v.1, p.25-36, 1991.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. p. 240.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras**. Brasília – DF: ANA, 2017.
- ANTUNES, M. V. M. HESPANHOL, R. A. de M. **Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracenas**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 33, 2011, p.101–122.

ARAÚJO, M. de L. L. de, & Kubo, R. R. Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Ashaninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 132, p.195–210, 2017

AVSF (Agrônomos e Veterinários Sem Fronteiras). **L'agroécologie dans le Sud-Brésil** Lyon - France, 2005 (ré-édition 2010), p.29.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial/GEPAL**. 2. ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 2001, p. 690.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V; VEIGA, J. E. da; ABRAMOVAY, R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996, p.65.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: RDIUPF, 1999.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BRASIL. Decreto nº7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o Art.19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 08 de julho de 2021.

BRASIL. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. **Brasília, 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em:20/06/2021

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenadores Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília: IICA: MAPA/SPA; 17,5 x 24 cm – (Agronegócios; v. 5), 2007. P.108.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Superintendência Regional do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul. Portaria n. 52 de 14 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 244, p. 95, 21 dez. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=95&data=21/12/2005>. Acesso em: 29 agosto 2021.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. P.62. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/fao> Acesso em:20/05/2021

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, P.177.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**, Brasília (DF), 2009.P.111.

CARMONA, F. C.; DENARDIN, L. G. O.; MARTINS, A. P.; ANGHINONI, I.; CARVALHO, P. C. F. **Sistemas integrados de produção agropecuária em terras baixas**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2018. 160 p.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1997, disponível em:<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/106/102/213.assesoe> m:22/01/2021.

CARVALHO, Horácio Martins. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/MEPF/ NEAD, 1999.

CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) / (Fundação Friedrich Ebert Stiftung). **O Big Push Ambiental no Brasil: investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável**, Perspectivas, N. 20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo, 2019, p.27.

CERQUEIRA, Wagner de. **Brasil Escola: Agronegócio**, 2015. Disponível em: www.brasilecola.com. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

CMNSR. Câmara Municipal de Nova Santa Rita/RS. **Câmara realiza Tribuna Popular para ouvir agricultores de orgânicos**. Disponível em: <https://www.cmnovasantarita.rs.gov.br/?sec=noticia&id=12650>. em agosto,2021.

CMNSR. Câmara Municipal de Nova Santa Rita/RS. **Obra da quadra poliesportiva Do Assentamento Santa Rita de Cássia II**. Disponível em: <https://www.cmnovasantarita.rs.gov.br/?sec=noticia&id=12713>. Acesso em: agosto,2021.

CORRÊA, W.K. & GERARDI L. H. de O. **A Produção Familiar e os Desafios do Mercado**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.31, abril de 2002, p.09-29.

CUNHA, Alecsandra S da. **A resignificação do espaço de santo Antônio do aventureiro: considerações sobre as relações e alterações socioeconômicas e**

especiais no município. Monografia (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009, Belo Horizonte: PUCMINAS. p. 98.

DAMBRÓS, Gabriela; RADAELLI, Idiane Mânica; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone (org). **Questões Agrárias em Foco II**, Ituiutaba: Barlavento, 2018, p. 297.

DIAS, T. F., & ROCHA, L. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, 2015, p.16–25.

DORETTO, M., & MICHELLON, E. Avaliação dos Impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, 2007 p.1–28.

DUARTE, Anderson Pires. **Classificação das barragens de contenção de rejeitos de mineração e de resíduos industriais no estado de Minas Gerais em relação ao potencial de risco.** Dissertação (Mestrado)-Curso de Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p.117.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Recomendações Técnicas Cultivo de hortaliças em agricultura Familiar**, Embrapa, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/51663564/recomendacoes-tecnicas-cultivo-de-hortalicas-em-agricultura-familiar-embrapa>. Acesso em setembro 2021.

FAULIN, E. J; AZEVEDO, P. F. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações, **Revista Informações Econômicas**, SP, v.33, n.11, nov. 2010, p.24-37.

FEIDEN.A. Agroecologia: Introdução e Conceitos.In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST (1979-1999)**,1999. (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, São Paulo, p.316.

FERREIRA, Fernanda Figueiredo. **A formação e organização do grupo gestor do arroz orgânico nos assentamentos de reforma agrária no RS**, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, RS, 2011, p.101.

Fiam Brasil. **Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome.** Brasília, DF: Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição

Adequadas, 2019, p.18. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

FRABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, p. 75-94, Jun-Dez 2002.

FRABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/por enquanto território de resistência camponesa**, Tese(doutorado), Pós- Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente 2002, P.295.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 2a ed. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. **Para entender o campesinato**: a contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v. 19, n.2, 1994, p.123-140.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas, ed. 6. São Paulo, 2008.

GLIESSMAN, **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001, p.653.

GONÇALVES, José Sidnei.; SOUZA, Sueli Alves Moreira. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. Artigos: políticas públicas. Instituto de Economia Agrícola. Disponível em: Disponível em: <http://www.ifibe.edu.br/arq/201508131511581865597786.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

GRUPO GESTOR ARROZ ECOLÓGICO. COCEARGS. **Folheto da 9a Abertura da Colheita do Arroz Ecológico**. Safra 2011/2012. Assentamento Nova Capela. Nova Santa Rita/ RS. 02 de abril de 2012.

GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia** - o caso do Brasil, Convênio INCRA/FAO, n° 5, 1999.

GUIMARÃES, G.M.A.; RIBEIRO, F. L; ECHEVERRÍA, A.R. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de Municípios com predominância do agronegócio, **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.1, n.2., p.1-11, dezembro, 2011.

GUTIERREZ, Luiz Alejandro Lasso. **Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, p.399.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desarrollo rural sustentável. In: **Curso Intensivo em Agroecologia**: princípios e técnicas ecológicas aplicadas à agricultura, 11., 2002, Seropédica. Palestra. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, v. 1.200, p. 123.

HOUIMLI, Ezzeddine. **Fatores de resistência e fragilidade da agricultura litoral diante da urbanização: O caso da região de Sousse Nord na Tunísia**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Paisagem e Arquitetura, Instituto de Ciências da Vida e do Ambiente e das Indústrias, Agro Paris Tech, Paris, 2008, p. 417. Disponível em: <https://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>. Acesso em: 5 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área plantada (hectares) e quantidade produzida (toneladas) de lavouras temporárias (arroz) no Brasil, entre 1989 e 2019**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

Instituto Conexões Sustentáveis (CONEXSUS). **Plano de resposta ao Covid-19, 2020**. Disponível em: <https://www.conexsus.org>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

JORNAL DE UBERABA. **Sagri convoca agricultores familiares cadastrados para assinarem Termo do PAA". Jornal de Uberaba, Uberaba**. Disponível em: <https://www.jornaldeuberaba.com.br/noticia/12976>. Acesso em :20.05.2021.

KELMAN, J. & RAMOS, M. Custo, valor e preço da água utilizada na agricultura. REGA - Revista de Gestão de Água da América Latina / Global Water Partnership South América, Santiago: GWP / **South América**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2005.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. 1, Campinas:Ed. da UNICAMP, 1993, P.336.

LAMARCHE, H. "A agricultura familiar: uma realidade multiforme". Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In : Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales : Commission ou fascination. COLÓQUIO DA ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAISES. 19., 1994. Paris, [**Anais**]... Paris, 1994.

LANNER, Á. J. A cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita LTDA. **(COOPAN) do Assentamento Capela, Nova Santa Rita (RS): questões de atividade suinícola**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, UFRGS, Porto Alegre, 2011, p.104.

LIMA, Dalmo M de Albuquerque e WILKINSON, John (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq/Paralelo 15, 2002, p.400

LIMA, M. B. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), obtenção do Grau de Bacharel em Agronomia, Departamento de Agronomia-DEPA, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – Pernambuco, 2018, p.12.**

LINDNER, Michele; BRUSTULIN, Felipe Seitenfus et MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, « **A produção ecológica nos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul** », 50 | 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/37593>. Acesso em :24 agosto 2021

LUCCI, E. A., et al. **Território e sociedade no mundo globalizado: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005. p.317.

LUVISON, I.R.; BLUMM, I.M.L.; ALMEIDA, J.C.; KIRSCH, R.; KNIERIM, G.S. A conquista da terra e o acesso à saúde pública em Nova Santa Rita (RS): lutas coletivas. In: CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. DE A (org.). **Campo, floresta e águas práticas e saberes em saúde**. [S.I.] Editora Universidade de Brasília, 2017, p.464.

MANSUR, R. A. R; ROMANOS, S. A. B; SANTOS, M.R.R. **Secretaria de agricultura, pecuária, pesca e abastecimento**, EMATER-Rio, relatório de atividades, 2018, p.72.

Martinelli, S. S., Soares, P., Fabri, R. K., Campanella, G. R. A., Rover, O. J., & Cavalli, S. B. Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 1, 2015 p. 558–573.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação**. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017, p.279.

MATTOS.C. **Expressões agroecológicas a partir de percepções socioambientais da agricultura tradicional e camponesa em Paraty-RJ**, UFF, Niterói: [s.n.], 2011. p.7

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Brasília (DF), 2009. 14 p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (orgs.). **Expressões da Cultura no Território**. Evan Graf, Porto Alegre, 2015, p 31-51.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; SOSA JUNIOR, Denir de Oliveira. El proceso de territorialización de los productores asentados en la campaña gaúcha. In: Yang Villagomez. (Org.). **CEISAL**. Bruxelas: 2009, v. 1.

MELO, J. P. B. de. A problemática e as políticas de desenvolvimento local. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. **Compêndio de economia regional: teoria, temáticas e políticas**. Cascais: Principia, 2009. p.499-517.

MESQUITA, Natalia Lucas; SANTOS, Weudiney Rodrigues dos; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Práticas agroecológicas no Assentamento Serra Dourada, Goiás/GO, **Cadernos de Agroecologia**– v. 10, n. 3, 2015.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MINAYO, M. C. de S. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento**. 7. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-brasco, 2000. p.105-156.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assentados aumentam a produção de arroz orgânico em Nova Santa Rita** –RS. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/26/assentados-aumentam-a-producao-de-arroz-organico-em-nova-santa-rita/>. Acessado em 19 de dezembro de 2020.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Assentamento comemora 5 anos de unidade de saúde no RS**. Disponível em:<https://mst.org.br/2019/10/01/assentamento-comemora-5-anos-de-unidade-de-saude-no-rs/>. Acesso em :02 agosto 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos**, Caderno de Cooperação Agrícola 7. São Paulo: CONCRAB, agosto de 1998.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.218.

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra: **Diferencial I e II**. São Paulo: Editora. Revista Orientação. Instituto de Geografia N° 6. capítulo 09 e 10. Universidade de São Paulo, novembro, 1985, p. 93 a 104.

OLIVEIRA, Andriara Lima. **A produção agroecológica como forma de resistência camponesa no assentamento Itapuí-Nova Santa Rita-RS**, Monografia apresentado ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia, 2011, p.63.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.237.

PETITINGA, Carolina Santos. **Mais definições em trânsito: desenvolvimento local**, 2007. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento local, pdf](http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/desenvolvimento%20local.pdf). Acessado em 19 de fevereiro de 2022.

PIERRI, M. C. Q. M. & VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.53., Alagoas, 26 a 29 de Jul/2015. [Anais] ... - UFPB - João Pessoa - PB ,2015, P.201.

PNUD. **Human Development Report 2016**. Work for Human Development. UNDP. United Nations Development Programme. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/Default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA,2020. **Perfil do município**. Disponível em: <http://www.novasantarita.rs.gov.br/perfil_do_municipio.htm>. Acesso em: 25 de outubro 2021.

PREISS, P.V; SCHNEIDER, S (Org). **Sistemas alimentares no século XXI: DEBATES CONTEMPORÂNEOS**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p.360.

RAMBO, A. G; POZZEBOM, L& Denz, E. Von. Circuitos curtos de comercialização fomentando Novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. In Anais do 7º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional no Brasil, Santa Cruz do Sul, RS, **Revista Grifos**. Chapecó: Uno Chapecó, 2019. v. 28, n. 46, 2019, p. 9-26.

RODRIGUES, S.N.; PIETROSKI, C.; ROSA, V.C.; VIGNOLO, A.M.S; SANTOS, S.D. A participação das famílias do Assentamento Santa Rita de Cássia II na implantação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Nova Santa Rita – RS. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, 2016.

ROSA, Luís Fernando Silveira. **Assentamentos Rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre e a Formação de Cooperativas**, Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, IGEO/ POSGEA, BR-RS, 2018, p.79.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986. p.128.

SACCO DOS ANJOS, F. e BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, 2014, p. 92-101.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dez., 2001, p. 75-82.

SAINTE, G; MATHEUS, G. **Urbanização, riscos e vulnerabilidade socioespacial: impactos da dinâmica econômica na cidade de Lagos (Nigéria)**, Instituto de Geociências da Unicamp, 2019, p. 10.

SALGADO, R. J. dos S. F. et al. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, 2017, p. 661-678.

SANTOS, Angelo Fernando Gonzaga dos. **Determinantes da expansão urbana no Brasil**, Dissertação (Mestrado em Economia) – UFPE, CCSA, 2020, P.54.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. -4. ed. 2. reimpor. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1) Santos, Milton, 1926-2001.

SANTOS, Marcos Vanderlei. **Comercialização de hortigranjeiros nos assentamentos do MST**, no município de Nova Santa Rita: uma aplicação do modelo SWOT, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, SM,2011, p. 19-21.

SANTOS, R. L. S. **Estudo da realidade e as possibilidades para a proposição de práticas em ensino de ciências na E.M.E.F Álvaro Almeida/Nova Santa Rita-RS**, Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza, FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 2017, p. 20.

SANTOS, S. R. Q. Soares, N. S., & Benavide, Z. A. C. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): O Caso dos Produtores de Ibicaraí-BA. **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, 2015, p. 161–182.

SANTOS, W.L.S; MASSUQUETTI, A. A contribuição da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita para o desenvolvimento de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, 2017, **Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 23, p. 1-17.

SAVOLDI, A; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970, **Revista Geografar Curitiba**, v.5, n.1, jan./jun. 2010, p.25-45.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2003. 254p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese de doutorado, Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 99-121, 2003.

SCHROETTER, M. R. **Plano de trabalho dos técnicos das bases de comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária (bsc's)**. Santa Rosa. 2010.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**, 2016. Disponível em <http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/agricultura-familiar/o-que-e-a-agricultura-familiar.html>. Acesso em janeiro 2022.

Silgueiro dos Santos, F. C. A. Uma análise da expansão territorial urbana das cidades médias a partir da escala geográfica: o exemplo de presidente Prudente Prudente/sp SP. **Investigaciones Geográficas**, v. 62, p. 3–13, 2021. <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2021.61542>

SILVA, Monica Nardini; CECCONELLO, Samanta Tolentino; ALTEMBURG, Shirley Grazieli Nascimento; SILVA, Fernanda Novo; BECKER, Cláudio. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, 2017, p.14.

SILVA, T.C; FERREIRA, P.R.; AMODEO, N.B.P. A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos Estados de Minas Gerais e da Bahia: Criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). **Mundo Agrário**, v.15, n. 29, agosto 2014.

SIQUEIRA, D.L; SILVA, D.B; LOPES, F.A.M; AUGUSTO, H. A. Capital Social e desempenho socioeconômico: matriz tecnológica no Assentamento Capela, RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v. 2, n. 2, dez. 2012, p. 35-43.

SOUZA, M. R. P. F. de. **Interação entre o tradicional e o científico na construção do conhecimento agroecológico: o caso de agricultores de Casimiro de Abreu e Silva Jardim-RJ**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009, p.114.

STEFFENS, Claudia Eleonora. **A permanência da atividade agrícola de base ecológica em Porto Alegre**, (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, BR-RS,2018, p.113.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Artigo em Hipertexto. Disponível em<http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/Agric.Familiar/index.htm>. Acesso em: 29/3/2022

TOREZANI, Valquíria. **APOSTILA DE ESTATÍSTICA (2004)**. Disponível em:http://www.ifba.edu.br/dca/corpo_docente/MAT/ICCL/APOSTILA_DE_ESTAT_STICA.pdf. Acesso em 18 de junho de 2021.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; & SILVA, S.P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. **Nota Técnica** n. 69. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020, p.30.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, set./dez., 2001, p.101-119.

VIGLIZZO, E. F. **La trampa de Malthus: agricultura, competitividade y médio ambiente en el siglo XXI**. Buenos Aires: Eudeba. Universitária de Buenos Aires, 2001, p.189.

VIGNOLO, Antônio Marcos dos Santos. **Insumos Orgânicos na Produção de Arroz em Assentamentos da Reforma Agrária – Região de Porto Alegre/RS**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2010, p.83.

VITELLI, R. Mujeres rurales, trabajo y pluriactividad. El caso Uruguayo. In: NEIMAN, Guillermo; CRAVIOTTI, Clara (Compiladores). **Entre el campo y la Ciudad – Desafíos y estratégias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: **Fundación Centro Cultural Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS)**, 2005, p. 283-303.

WAMBA, Joseph Honoré. **La contribution du Projet d'appui à la Protection des Vergers Cacaoyer et Caféier (PPVCC) au renforcement des capacités des producteurs dans le bassin de production du centre**, (DESS)/MASTER II, Université de Yaoundé II Université de Rennes 1, 2009, p.103.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. (UnB) Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, Anuário Antropológico 87 1990. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf. Acesso em: 29 julho. 2021.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA-POSGEA

Aluno: Adler Salomon

Orientadora: profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

APÊNDICE A- Roteiro da Entrevista aos agricultores familiares em Santa Rita de
Cássia II- Nova Santa Rita/RS

PESQUISA: RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO
ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II FRENTE À EXPANSÃO DA
URBANIZAÇÃO DE NOVA SANTA RITA/RS/BRASIL (2006 a 2020)

Nº do questionário: _____ Data do levantamento: _____/_____/_____

1 Nome do(a) agricultor(a): _____

2. Número de pessoas na família: _____

3. Idade: _____ anos

4. Escolaridade: _____

5. Quais são as atividades agrícolas no Assentamento Santa Rita de
Cássia II?

6. Atividades

Agrícolas _____

7. Matriz tecnológica?

- Você utiliza trator, colheitadeira, ou outros equipamentos?
- Sua produção faz uso de sementes próprias, ou adquiridas na cooperativa ou no comércio local?
- Você usa adubos químicos, herbicidas, agrotóxicos em geral na sua produção?
- Caso não faça uso desses produtos agroquímicos o que utiliza na sua produção como adubo e controle de pragas?
- Quanto necessita desses produtos para plantar um hectare (Exemplo arroz)?
- Área e renda dos principais produtos produzidos no assentamento (Produtos, Nº de famílias envolvidas na produção, Área Cultivada, Renda líquida)?

8. Não agrícolas?

9. Consideras que existe pressão urbana sobre a área do assentamento? Como identificar esta pressão e quais são os envolvidos? Qual o apoio que recebem da prefeitura local diante deste problema?
10. Em sua opinião, quais as atividades que ajudam a enfrentar a pressão da expansão urbana?
11. Como essas atividades ajudam nesse enfrentamento com a pressão urbana? Vocês recebem apoio político?
12. Quais são as pessoas da família envolvidas no desenvolvimento econômico do assentamento, ou seja, participando das atividades produtivas, da direção do assentamento, da liderança dos grupos de produção? Como elas atuam, ou seja, como exercem essas atividades?
13. Você participa de alguma, cooperativas, sindicatos, associações, outro tipo de organização dentro do assentamento? Se participa, qual delas?
14. Como surgiu a oportunidade de você fazer parte de uma cooperativa? Como foi o início? O que mudou desde então?
15. Como se organizam as atividades agrícolas do assentamento, são coletivas ou são em grupos ou ainda individuais? Qual a área de cada agricultor assentado destinada para o plantio?
16. Qual a maior preocupação para com o futuro da sua agricultura familiar e da sua família?
17. Na sua opinião, quais são as atividades agrícolas que fazem parte da resistência dos agricultores familiares? Dessas atividades, quais são as que participam do desenvolvimento econômico do assentamento? Esta participação é na quantidade produzida? Ou no retorno financeiro?
18. Como você vê, de forma geral, o futuro da agricultura familiar frente à crescente da urbanização local?
19. Os seus filhos pretendem continuar no meio rural, na atividade agrícola? Explique sua resposta?
20. Você conhece agricultores familiares que abandonaram a atividade agrícola e partiram para a cidade? Você saberia a razão desta mudança?
21. Observações: